



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO**  
**AMBIENTE -PRODEMA**

**CAMILA AGUIAR DE OLIVEIRA LOPES**

**O LUGAR DA COMUNICAÇÃO NOS CONFLITOS AMBIENTAIS: EXPERIÊNCIA**  
**E REFLEXÃO A PARTIR DO PROJETO DE MINERAÇÃO DE URÂNIO E**  
**FOSFATO EM SANTA QUITÉRIA/CE**

**FORTALEZA**

**2019**

CAMILA AGUIAR DE OLIVEIRA LOPES

O LUGAR DA COMUNICAÇÃO NOS CONFLITOS AMBIENTAIS: EXPERIÊNCIA E  
REFLEXÃO A PARTIR DO PROJETO DE MINERAÇÃO DE URÂNIO E FOSFATO EM  
SANTA QUITÉRIA/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Linha de Pesquisa: Proteção Ambiental e Gestão de Recursos Naturais.

Orientadora: Prof<sup>fa</sup>. Dr<sup>a</sup>. Raquel Maria Rigotto.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

L8511 Lopes, Camila Aguiar de Oliveira.

O lugar da comunicação nos conflitos ambientais : experiência e reflexão a partir do projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria/CE / Camila Aguiar de Oliveira Lopes. – 2019.  
135 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2019.

Orientação: Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto.

1. Comunicação. 2. Justiça ambiental. 3. Contra-hegemonia. 4. Poder simbólico. I. Título.

CDD 333.7

---

CAMILA AGUIAR DE OLIVEIRA LOPES

O LUGAR DA COMUNICAÇÃO NOS CONFLITOS AMBIENTAIS:  
EXPERIÊNCIA E REFLEXÃO A PARTIR DO PROJETO DE MINERAÇÃO  
DE URÂNIO E FOSFATO EM SANTA QUITÉRIA/CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Proteção ambiental e gestão d recursos naturais.

Aprovada em: 08/05/2018.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Inesita Soares de Araújo Fundação  
Oswaldo Cruz (Fiocruz)

---

Profa. Dra. Glícia Maria Pontes Bezerra  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Helena Martins do Rego Barreto  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Antônio George Lopes Paulino  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Raquel Dantas Pinheiro  
Cáritas Diocesana Regional Fortal

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Aos meus pais e a toda minha família, por tudo o que são e pelo amor e suporte em toda a vida.

À Raquel Rigotto, professora da alma, do coração e do saber, que neste espaço acadêmico nos ensina a aprender, partilhar, pesquisar, trabalhar e, sobretudo, a amar e a nos encantar pela vida.

Ao Núcleo TRAMAS, com quem partilhei bons anos durante a graduação, o mestrado e em projetos de pesquisa e extensão. As vivências ao lado destes companheiros e companheiras me ensinou a ser gente e a olhar para o mundo a partir do chão em que nascemos, vivemos e lutamos.

Às professoras Inesita Araújo, Glícia Maria, Helena Martins, ao professor George Paulino e à jornalista Raquel Dantas pelo aceite à participação na banca avaliadora deste trabalho e pelas importantes contribuições não somente ao texto, mas também às reflexões vindouras a partir deste trabalho.

A tudo e a todos que me cercam e preenchem minha existência de sentido e afeto.

À natureza, à vida e ao tempo.

Todas as opiniões que há sobre a Natureza  
Nunca fizeram crescer uma erva ou nascer uma flor.  
Toda a sabedoria a respeito das cousas  
Nunca foi cousa em que pudesse pegar, como nas cousas;  
Se a ciência quer ser verdadeira,  
Que ciência mais verdadeira que a das cousas sem ciência?  
Fecho os olhos e a terra dura sobre que me deito  
Tem uma realidade tão real que até as minhas costas a sentem.  
Não preciso de raciocínio onde tenho espáduas. (PESSOA, 2006, p. 125).

Às vezes a gente fala poema porque não tem outras palavras pra dizer. Mas eu não sou tanto o que o povo diz: poeta popular? Apenas a gente diz alguma coisa da imaginação porque muitas vezes eu vou lhe dizer uma coisa e você não quer me compreender, aí eu digo cantando, ou digo rimando, mas com palavras típicas. Palavras do nosso jeito, porque nós não tem português elevado, porque somos analfabetos. (O TESOURO DE ITATAIA, 2017).

## RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é refletir sobre o lugar da Comunicação nos contextos de conflitos ambientais inerentes ao modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, desde a experiência vivenciada em torno de um projeto de implantação de um empreendimento de mineração de urânio e fosfato no sertão central do Ceará, o Projeto Santa Quitéria. Os conflitos ambientais se configuram a partir de disputas em que se confrontam distintas racionalidades e modos de vida nos territórios, nos quais se revelam assimetrias de poderes políticos, econômicos e simbólicos. No conflito em Santa Quitéria/CE, observamos que as estratégias de comunicação ocuparam posição central na construção do convencimento e da legitimação do empreendimento de mineração e do modelo de desenvolvimento capitalista perante a sociedade, ao mesmo tempo em que foram fundamentais na circulação dos questionamentos e posicionamentos de comunidades camponesas e movimentos sociais em resistência à mineração. A partir disso, indagamos de que forma a Comunicação, em suas mais variadas expressões, pode contribuir para o enfrentamento dos conflitos ambientais - fazendo parte da estratégia política de denúncia e resistência ou para o agravamento das situações de injustiça e violações de direitos - como espaço de construção e propagação de modelos hegemônicos. Trata-se de pesquisa qualitativa, cuja metodologia abrangeu técnicas de trabalho de campo e observação participante, pesquisa documental, análise do discurso e entrevistas semiestruturadas. O Consórcio Santa Quitéria elaborou materiais como cartilhas, boletins informativos e vídeos com informações sobre o empreendimento. A ação que mais teve “efeito” sobre a memória e os debates sobre o Projeto nas comunidades foi a presença de um “funcionário da empresa” em reuniões e visitas às casas das famílias, tentando estabelecer relações de afetividade. Entre os elementos que compuseram o discurso dos empreendedores, identificamos, evidentemente, uma perspectiva desenvolvimentista enquanto projeto para aquele território; a tentativa de identificação e aproximação com o lugar (como mostra o slogan “riquezas da nossa terra”); o argumento de que a segurança da operação estaria garantida; e o objetivo de desconstruir o “imaginário local” sobre os riscos do urânio. Por sua vez, os sujeitos e grupos que compõem a Articulação Antinuclear do Ceará (AACE) também se dedicaram a elaborar materiais e processos de comunicação como parte das estratégias de enfrentamento ao empreendimento. Foram produzidas cartilhas, documentários, campanhas etc. Na mídia impressa, observamos a reprodução do discurso empreendedor em notícias publicadas predominantemente na editoria de Economia/caderno

de Negócios de um jornal impresso local, repercutindo a perspectiva desenvolvimentista hegemônica. As discussões da pesquisa buscaram contribuir no delineamento de parâmetros iniciais de construção de ideias e estratégias de utilização da Comunicação como estratégia política no enfrentamento dos conflitos ambientais. Identificamos como aspectos orientadores as seguintes questões: promoção da autonomia e do protagonismo dos sujeitos e grupos sociais dos territórios; reconhecimento da potência do trabalho em rede; exercício da horizontalidade; pluralidade de linguagens; tradução de dados e informações científicas; diversidade de formatos; investimento em imagem e linguagem audiovisual. Consideramos que esses são resultados preliminares de um estudo acerca de concepções teóricas, metodológicas e práticas de uma noção de comunicação para a justiça ambiental, que pode ser aprofundado no decurso de subseqüentes pesquisas, tendo em vista a necessidade de se elaborar perspectivas teórico-práticas de um trabalho de comunicação afinado com uma visão crítica do desenvolvimentismo.

**Palavras-chave:** comunicação; justiça ambiental; contra-hegemonia; poder simbólico.

## RESUMEN

El objetivo de esta investigación es reflexionar sobre el lugar de la Comunicación en los contextos de conflictos ambientales inherentes de el modelo de desarrollo económico brasileño, desde la experiencia vivida en torno a un proyecto de implantación de un emprendimiento de minería de uranio y fosfato en el sertão central del río, Ceará, el Proyecto Santa Quitéria. Los conflictos ambientales se configuran a partir de disputas en que se enfrentan distintas racionalidades y modos de vida en los territorios, en los que se revelan asimetrías de poderes políticos, económicos y simbólicos. En el conflicto en Santa Quitéria / CE, observamos que las estrategias de comunicación ocuparon una posición central en la construcción del convencimiento y de la legitimación del emprendimiento de minería y del modelo de desarrollo capitalista ante la sociedad, al tiempo que fue tomada como herramienta para la difusión de posicionamientos de comunidades campesinas y movimientos sociales en resistencia a la minería. A partir de eso, indagamos de qué forma la Comunicación, en sus más variadas expresiones, puede contribuir al enfrentamiento de los conflictos ambientales - haciendo parte de la estrategia política de denuncia y resistencia - o para el agravamiento de las situaciones de injusticia y violaciones de derechos - como espacio de construcción y propagación de modelos hegemónicos. Se trata de una investigación cualitativa, cuya metodología abarcó técnicas de trabajo de campo y observación participante, investigación documental, análisis del discurso y entrevistas semiestructuradas. El Consorcio Santa Quitéria elaboró materiales como cartillas, boletines informativos y videos con informaciones sobre el emprendimiento. La acción que más tuvo "efecto" sobre la memoria y los debates sobre el Proyecto en las comunidades fue la presencia de un "funcionario de la empresa" en reuniones y visitas a las casas de las familias, intentando establecer relaciones de afectividad. Entre los elementos que compusieron el discurso de los emprendedores, identificamos, evidentemente, una perspectiva desarrollista como proyecto para ese territorio; el intento de identificación y acercamiento con el lugar (con el lema "riquezas de nuestra tierra"); el argumento de que la seguridad de la operación estaría garantizada; y el objetivo de desconstruir el "imaginario local" sobre los riesgos del uranio. Por su parte, los sujetos y grupos que componen la Articulación Antinuclear de Ceará (AACE) también se dedicaron a elaborar materiales y procesos de comunicación como parte de las estrategias de enfrentamiento al emprendimiento. Se produjeron cartillas, documentales, campañas, etc. En los medios impresos, observamos la reproducción del discurso emprendedor en noticias publicadas predominantemente en la editorial de Economía / cuaderno de Negocios de un periódico impreso local, repercutiendo la

perspectiva desarrollista hegemónica. Las discusiones de la investigación contribuyeron a delinear caminos iniciales de construcción de ideas y estrategias de utilización de la Comunicación como estrategia política en el enfrentamiento de los conflictos ambientales. Identificamos como aspectos orientadores las siguientes cuestiones: promoción de la autonomía y del protagonismo de los sujetos y grupos sociales de los territorios; reconocimiento de la potencia del trabajo en red; el ejercicio de la horizontalidad; pluralidad de lenguajes; traducción de datos e información científica; diversidad de formatos; inversión en imagen y lenguaje audiovisual. Consideramos que estos son resultados preliminares de un estudio sobre concepciones teóricas, metodológicas y prácticas de una noción de comunicación para la justicia ambiental, que puede profundizarse en el curso de subsiguientes investigaciones, teniendo en vista la necesidad de elaborar perspectivas teórico-prácticas un trabajo de comunicación afinado con una visión crítica del desarrollo económico.

**Palavras Clave:** comunicación; justicia ambiental; contra-hegemonia; poder simbólico.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Notícia publicada no site das Indústrias Nucleares do Brasil (INB).....	56
Figura 2 -	Boletim Informativo "Daqui Santa Quitéria", produzido pelo Consórcio Santa Quitéria.....	59
Figura 3 -	Cartilha "Mais Alimentos, Desenvolvimento e Energia", produzida pela consultoria de Comunicação do Consórcio Santa Quitéria.....	63
Figura 4 -	Cartilha "No Ceará A Peleja da Vida Contra o Urânio", produzida pela Cáritas Diocesana de Sobral.....	73
Figura 5 -	Arte da Capa do documentário produzido pelo Núcleo TRAMAS/UFC.	75
Figura 6 -	Infográficos produzidos pelo Núcleo TRAMAS/UFC com informações sobre o Projeto Santa Quitéria, que foram divulgados nas redes sociais e expostos em versão impressa nas audiências públicas em Santa Quitéria e Itatira (2014).....	76
Figura 7 -	Arte produzida pelo Coletivo Urucum para divulgação nas redes sociais.....	81
Figura 8 -	Arte produzida pelo Coletivo Urucum para divulgação nas redes sociais (2).....	81
Figura 9 -	Arte produzida pelo Coletivo Urucum para divulgação nas redes sociais (3).....	82
Figura 10 -	Infográfico produzidos pelo Coletivo Urucum, como parte da campanha #IbamaNãoLicencie.....	83
Figura 11 -	Infográfico produzidos pelo Coletivo Urucum, como parte da campanha #IbamaNãoLicencie (2).....	83
Figura 12 -	Foto da reunião da Articulação Antinuclear do Ceará (AACE), em abril de 2017.....	84
Figura 13 -	Artes produzidas pelo Coletivo Urucum, como parte da campanha #IbamaNãoLicencie.....	86
Figura 14 -	Fotografias produzidas pelos jovens na oficina Laboratório Criativo de Imagens.....	107

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACE	Articulação Antinuclear do Ceará
CCCS	Centre for Contemporary Studies
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEPAL	Comissão Econômica Para América Latina e Caribe
CONACAMI	Confederación Nacional de Comunidades Afectadas por la Minería
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EIA / RIMA	Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental
FECOISQ	Feira do Comércio e Indústria de Santa Quitéria
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ICICT	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
INB	Indústrias Nucleares do Brasil
LACES	Laboratório de Pesquisas em Comunicação e Saúde
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUCLEBRAS	Empresas Nucleares Brasileiras S/A
ONG	Organização Não-Governamental
PJC	Projeto Juventudes do Campo
PSL	Partido Social Liberal
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
STTR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TRAMAS	Trabalho, Meio Ambiente e Saúde

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1</b>	<b>Contexto da pesquisa e trajetória da pesquisadora com relação ao tema.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>INJUSTIÇAS E COFLITOS AMBIENTAIS.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1</b>	<b>O conflito ambiental e as disputas no campo simbólico.....</b>	<b>24</b>
<b>3.2</b>	<b>Comunicação e a questão ambiental.....</b>	<b>30</b>
<b>3.2.1</b>	<i>Comunicação como espaço de resistência e construção de contra-hegemonia.....</i>	<i>33</i>
<b>3.2.2</b>	<i>Comunicação na disputa em torno de grandes empreendimentos econômicos e projetos de desenvolvimento.....</i>	<i>35</i>
<b>3.2.3</b>	<i>Comunicação de Risco.....</i>	<i>37</i>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>42</b>
<b>5</b>	<b>COMUNICAÇÃO NO CONFLITO AMBIENTAL EM SANTA QUITÉRIA/CE.....</b>	<b>52</b>
<b>5.1</b>	<b>Como o Consórcio se anuncia / Como a sociedade se pronuncia.....</b>	<b>52</b>
<b>5.2</b>	<b>A mídia tradicional.....</b>	<b>89</b>
<b>5.3</b>	<b>O Projeto Juventudes do Campo.....</b>	<b>104</b>
<b>6</b>	<b>COMUNICAÇÃO PARA JUSTIÇA AMNIENTAL.....</b>	<b>109</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>122</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>127</b>
	<b>APÊNDICE A - NOTÍCIAS PUBLICADAS NO JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE.....</b>	<b>133</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Há um crescente interesse pelas questões pertinentes à Comunicação, em suas mais variadas formas, especialmente por sua transversalidade nos diversos contextos das relações sociais. A Comunicação é constitutiva de uma diversidade de dinâmicas em que se processam os aspectos econômicos, políticos, culturais e subjetivos na contemporaneidade, inclusive as questões ambientais.

Do latim *communicatio* – no qual a raiz *munis* significa “estar carregado de”, o sufixo *co* significa “reunião”, “simultâneo” e o *tio* expressa a ideia de “atividade, movimento” – a comunicação pode ser entendida como um produto do encontro social, onde sujeitos compartilham o mesmo objeto de consciência (HOHLFELDT, 2001 apud SANTOS, 2017, p.76), ou seja, é a ação de *pôr em comum*. Dessa forma, a dimensão simbólica das relações sociais é tão relevante quanto as questões políticas e econômicas, desde um enfoque que olha para a sociedade enquanto experiência comunicativa, “através da qual se descreve, se compartilha, se modifica e se conserva a prática social” (WILLIAMS, 1978).

É importante termos em mente que, estando inseridas no âmbito mais amplo das relações sociais desiguais dentro do modo de produção capitalista, as interações comunicativas estão, portanto, também inscritas em uma dinâmica de permanentes conflitos e disputas entre forças assimétricas. É ilusória a ideia de consenso e harmonia entre sujeitos que compartilham uma suposta compreensão recíproca daquilo que comunicam entre si. O espaço simbólico reproduz conflitos ideológicos e culturais e disputas por hegemonia, sobretudo porque as relações de comunicação se processam no contexto específico da sociedade capitalista.

*O sistema capitalista “não constitui apenas um modo de sobrevivência material, mas ele também é um modo de sobrevivência social, garantido pelos valores, crenças e ideologias. São eles que legitimam, justificam, sacralizam, quase que divinizam esse modo de viver. [...] A comunicação é o canal privilegiado de transmissão dessas dimensões valorativas (GUARESCHI, 2013, p.57-58).*

Nesse cenário, um dos papéis assumidos pela comunicação, principalmente por meio das corporações de mídia, é o de legitimar a dinâmica da globalização, propagando visões de mundo e modos de vida hegemônicos (MORAES, 2003). Concordamos com o geógrafo Milton Santos (2010) quando aponta o tratamento despótico da informação no atual período histórico, em que a utilização das técnicas está concentrada nas mãos de um punhado de atores em função de seus objetivos particulares: os Estados e algumas empresas, não só de mídia,

mas também corporações de outros setores econômicos que dominam a comunicação por meio de suas assessorias, agentes de relações públicas e de publicidade. Em um contexto de crescente mediatização social, aprofundam-se as desigualdades e “a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle” (SANTOS, 2010, p. 39).

Conforme Martín-Barbero (2003), as novas tecnologias de informação e comunicação no contexto globalizado criam a falsa sensação de um mundo intercomunicado que, na verdade, torna-se cada dia mais opaco.

Opacidade que remete, de um lado, ao fato de que a única dimensão realmente mundial até agora é o mercado, que, mais do que unir, busca *unificar* (Milton Santos). E atualmente o que está unificado em nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas sim de domínio, não é o desejo de cooperação, mas o de competitividade (MARTÍN-BARBERO, 2003, p.58).

Neste trabalho, reconhecemos a mídia como aliada do esforço de legitimação do modelo de sociedade capitalista hegemônico, por serem corporações capitalistas e por emitirem discursos e enunciados que reforçam visões de mundo e sociabilidades engendradas no âmbito da lógica de mercado. Recorremos, portanto, à ideia do pensador italiano Antonio Gramsci, segundo o qual os jornais – junto às escolas, igrejas e partidos políticos – funcionam como *aparelhos privados de hegemonia sob influência de classes*, que auxiliam na difusão de valores e visões de mundo, isto é, de ideologias. É parte desse processo, também, a existência de dissensos e contradições que compõem a contra-hegemonia.

Na teoria da Comunicação, entendê-la como um espaço de *produção de sentidos* implica assumir os conflitos e disputas existentes entre os sujeitos que se comunicam em condições de desigualdade de poder simbólico (BOURDIEU, 1989), isto é, de competência e autoridade legitimadas para enunciar o mundo.

Tendo em vista essas premissas, o objetivo dessa pesquisa é refletir sobre o lugar da Comunicação nos contextos de conflitos ambientais inerentes ao modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, desde a experiência vivenciada em torno de um projeto de implantação de um empreendimento de mineração de urânio e fosfato no sertão central do Ceará, o *Projeto Santa Quitéria*. São muitas as dimensões em que se caracterizam as injustiças e conflitos em torno da discussão desse projeto – ambientais, sociais, jurídicas, cognitivas.

Nossa intenção é olhar para o lugar da comunicação nesse conflito, já que ocupou posição central na construção do convencimento e da legitimação do empreendimento de mineração perante a sociedade, ao mesmo tempo em que foi essencial no ciclo produção – circulação – apropriação de contra-narrativas e posicionamentos críticos por comunidades camponesas, movimentos sociais, entidades religiosas e civis e pesquisadores em resistência à mineração.

A partir desse caso, buscamos ainda compreender, de maneira mais ampla, como a comunicação tem participado dos contextos de conflito ambiental no Brasil, para tentar delinear referências orientadoras de uma prática de *comunicação para a justiça ambiental*, tendo em vista a necessidade de se elaborar perspectivas teórico-práticas de um trabalho de comunicação afinado com uma visão crítica do desenvolvimentismo.

### **1.1 Contexto da pesquisa e trajetória da pesquisadora com relação ao tema**

Foi nos anos de 1970 que a jazida de Itataia foi descoberta, durante o regime militar, na região do sertão central do Ceará, município de Santa Quitéria. A jazida encontrada é a maior reserva de urânio do Brasil, contém 142,5 mil toneladas, que representam 46% da reserva total do país. Além disso, é a quinta maior do mundo (INB, 2011). Associados ao urânio estão presentes 8,9 toneladas de fosfato, que é matéria para a produção de fertilizantes agrícolas e produção para ração animal (EIA, 2014). A possível exploração desta jazida é “história antiga” na região, segundo a população. Ao município de Santa Quitéria, cunhou-se o título de “cidade do urânio e do fosfato”, denominação que está inclusive escrita nos postes de iluminação local.

Após quatro décadas de sua descoberta, finalmente havia se concretizado um plano de exploração da jazida. O *Projeto Santa Quitéria*, proposto pelo *Consórcio Santa Quitéria*, pretendia extrair 65,6 milhões de toneladas de fosfato e 80 mil toneladas de urânio em vinte anos de funcionamento. Estava prevista uma produção anual de 1 milhão e 50 mil toneladas de derivados fosfatados e 1.600 toneladas de concentrado de urânio para produção de fertilizantes, ração animal e energia nuclear. Para tanto, a planta industrial incluía a instalação de um Complexo Nuclear e um Complexo Minero-Industrial, uma pilha de fosfogesso, uma pilha de estéril e uma barragem de rejeitos e outros sistemas auxiliares ao sistema de funcionamento.

Em 2004, foi concedida às Indústrias Nucleares do Brasil (INB) pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Ceará (SEMACE) a licença ambiental para exploração da

jazida, que em seguida foi anulada pela justiça federal por irregularidades no processo de licenciamento<sup>1</sup>. Em 2010, um consórcio público-privado formado pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que detém o monopólio da exploração de minerais radioativos no país, e a empresa Galvani Indústria, Comércio e Serviços S/A, produtora de fertilizantes e ração animal, solicitou novo pedido de licença ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

O assunto se tornou presente nos debates públicos, seja nas conversas entre moradores, nas escolas ou nos meios de comunicação locais. Logo começaram a aparecer os contrapontos e os questionamentos quanto à viabilidade socioambiental do projeto, seus possíveis impactos ambientais e as consequências que recairiam fundamentalmente sobre as populações que vivem próximo à jazida, e também preocupações em torno das propriedades radioativas do urânio.

Em sua pesquisa, Melo (2015) aponta a origem dessas preocupações nas experiências negativas que as comunidades tiveram com a INB durante a fase de pesquisa e caracterização da jazida, “a insegurança diante das informações apresentadas pelas empresas e o conhecimento de inúmeros casos de acidentes ocorridos na unidade de mineração e beneficiamento de urânio no município de Caetité, estado da Bahia, única em funcionamento na América Latina” (MELO, 2015, p.15).

É viva na memória de moradores dos assentamentos de Morrinhos e Queimadas, localizados a cerca de 3 km da jazida, experiências durante a fase de pesquisa e caracterização de Itataia, uma vez que muitos deles trabalharam na construção das estruturas de suporte e na abertura de galerias subterrâneas. Relatam casos de violência física e verbal por parte de engenheiros da INB vindos de outros estados, de mulheres que foram abandonadas junto com filhos de relacionamentos com estes funcionários, um de acidente ocupacional que resultou em morte de um dos trabalhadores morador do assentamento e falta de informações sobre riscos do trabalho com minerais radioativos (MELO, 2015, p. 15).

Assim, essas comunidades, junto a movimentos e entidades sociais, como o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Cáritas Diocesana de Sobral, organizaram-se na busca por informações e esclarecimentos, bem como para construir um posicionamento acerca do empreendimento. Em 2011, formou-se a Articulação Antinuclear do Ceará (AAEC), a partir da construção de parcerias com grupos de pesquisa científica de universidades e outros movimentos sociais,

---

<sup>1</sup> Pela legislação brasileira, a exploração de materiais radioativos no país é de monopólio da União, de modo que a deliberação sobre a aprovação do empreendimento não poderia ser feita pelo órgão ambiental estadual, mas sim pelo IBAMA.

com o objetivo de ampliação do acesso e a construção de conhecimentos sobre os riscos tecnológicos e ambientais da mineração e do debate e participação social na decisão sobre a concessão da licença. A Articulação promoveu uma série de ações como eventos, seminários, intercâmbios de experiências e ações de comunicação que serão mais bem detalhadas ao longo deste trabalho.

Em fevereiro de 2019, o IBAMA decidiu pelo arquivamento do processo de licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria, declarando inviabilidade ambiental do estudo apresentado pelos empreendedores. De acordo com reportagem do Jornal O Povo (07/02/2019)<sup>2</sup>, o órgão teria concordado com pontos apresentados como questionamentos ao empreendimento em representação entregue pelo Núcleo TRAMAS (UFC) ao Ministério Público Federal (MPF) pedindo anulação do EIA-RIMA. Além desses pontos, também foram protocoladas manifestações da sociedade civil contra o empreendimento. Entre os questionamentos, foram apontados a ausência de dados sobre a radiação no processo de extração e beneficiamento do minério de urânio, o subdimensionamento de riscos, a ausência de comunidades no diagnóstico local, a ausência de simulação computacional sobre dispersão de poluentes radioativos etc.

Embora a decisão tenha sido comemorada por grupos sociais contrários ao empreendimento, pode-se dizer que trata-se de uma "vitória vigilante", em que não se pressupõe o fim de um processo de luta e resistência. Isso porque, em primeiro lugar, nada impede que o mesmo consórcio INB-Galvani reinicie o processo de licenciamento, com novos estudos ambientais. Em segundo lugar, porque no novo cenário político brasileiro, com a eleição do presidente Jair Bolsonaro (PSL), podem-se delinear novas configurações no campo da exploração de reservas brasileiras de urânio. O site Petronotícias anunciou, em 18/03/2019<sup>3</sup>, quando da visita do presidente brasileiro aos Estados Unidos, que um dos temas nas reuniões com o governo americano seria a possibilidade de abertura das reservas brasileiras de urânio para as empresas privadas internacionais. A fala do novo presidente das Indústrias Nucleares do Brasil destacou que "uma das prioridades de sua gestão é a retomada das atividades de mineração em Caetité, na Bahia, além da implementação do projeto de Santa Quitéria, no Ceará".

A chegada do empreendimento à região pode ser compreendida no contexto da

---

<sup>2</sup> Ibama nega licenciamento à usina de urânio de Itataia". Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2019/02/30058-ibama-nega-licenciamento-a-usina-de-uranio-de-itataia.html>>. Acesso em 08/04/2019.

<sup>3</sup> "INB FOCA NA RETOMADA DA MINERAÇÃO DE URÂNIO E VÊ COM BONS OLHOS A PARTICIPAÇÃO PRIVADA NO SETOR". Disponível em: <<https://petronoticias.com.br/archives/126407>> Acesso: 08/04/2019.

expansão do neoextrativismo e do neodesenvolvimentismo na periferia do mundo globalizado, em especial a América Latina, onde se intensificam as atividades de exploração de minérios, dos recursos energéticos e de produção de alimentos destinados à exportação. Esses empreendimentos chegam a territórios cada vez mais diversos, bem como suas infraestruturas de suporte. O *neodesenvolvimentismo* traz uma ressignificação da ideia de desenvolvimento sobre a qual se valida o modo de produção capitalista, com novas adjetivações que buscam compatibilizá-lo com as preocupações ambientais e os objetivos da sustentabilidade.

O contato com o contexto estudado se deu ainda na graduação em Comunicação Social, enquanto bolsista, desde 2013, do Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (TRAMAS), vinculado ao Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC).

O Núcleo TRAMAS foi um dos grupos de pesquisa convidados pela Cáritas Diocesana de Sobral, em 2010, para contribuir na investigação sobre o projeto de mineração e seus possíveis impactos, sobretudo, às comunidades camponesas que vivem próximo à jazida. Somando-se à Articulação Antinuclear do Ceará (AACE), o Tramas compôs o Painel Acadêmico-Popular constituído com o objetivo de construção de conhecimentos sobre os riscos tecnológicos e ambientais da mineração, articulando a contribuição dos conhecimentos acadêmico-científicos aos saberes populares locais. A partir dessa articulação, foi elaborado um contra- parecer técnico com foco nas questões relativas à saúde ambiental e saúde dos trabalhadores presentes no documento do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) apresentado pelo Consórcio Santa Quitéria ao IBAMA a fim de obter a licença prévia do empreendimento.

Entre os riscos associados à exploração da jazida, pode-se destacar que as pilhas de estéril e de fosfogesso e a barragem de rejeitos são depósitos de resíduos radioativos que se mantêm no ambiente por cerca de 80.000 anos e podem causar contaminação do ambiente. Com a ação dos ventos e chuvas na região, o material poderá ser espalhado pelo solo, água e vegetação. Além disso, considera-se a possibilidade de vazamentos, derramamentos e desastres como o ocorrido em Mariana e Brumadinho (MG) pela ocasião do rompimento da barragem de rejeitos. Além disso, diferentes pesquisas já apontaram relações entre a exposição ao urânio e aos elementos da sua série de decaimento, como o gás radônio e o aumento de casos de câncer.

O empreendimento prevê a utilização de 1 milhão e 100 mil litros de água por hora em seu funcionamento, numa região que se localiza no semiárido e que vivencia consecutivos anos de seca. O projeto de mineração prevê contar com o apoio do Governo do Estado do Ceará através da construção de uma adutora que levará água do açude Edson Queiroz até a

jazida. No entanto, de acordo com o Portal Hidrológico do Ceará, em 2017 o açude estava com apenas 9,84% de seu volume, o que coloca em questão a inviabilidade hídrica do empreendimento. Vale ressaltar ainda que o volume de água previsto para ser destinado ao empreendimento corresponde a 125 carros-pipa por hora, enquanto as comunidades que vivem no entorno da jazida sobrevivem, em média, com 14 carros-pipa por mês.

Ao longo dos 08 (oito) anos passados, diversas pesquisas foram feitas por membros do Núcleo TRAMAS, analisando diferentes dimensões do conflito<sup>4</sup>. A partir do contato cada vez mais próximo, as comunidades expressaram a necessidade de pensar e executar um trabalho junto às juventudes locais, com o intuito de somá-las à mobilização crítica à mineração, já que este é um dos públicos mais fortemente implicados pela chegada de um empreendimento como este, a partir das ofertas de emprego na mina e das questões relacionadas à permanência dessa juventude no campo, em um persistente contexto de êxodo rural. Daí nasceu a proposta do projeto intitulado *Meio Ambiente, Saúde, Comunicação e Cultura – Transformações territoriais e as juventudes do Sertão Central Cearense, o Projeto Juventudes do Campo (PJC)*, no qual a pesquisadora atuou como coordenadora e educadora, e que será mais detalhado posteriormente.

A vivência ao longo dos anos de mobilização com comunidades e movimentos sociais no embate pela não concessão da licença ambiental ao Projeto Santa Quitéria e com a experiência de formação com as juventudes camponesas nos trouxe reflexões sobre a comunicação no sentido de entender que ela, ao encontro do que afirma Santos:

impacta todos os processos sociais, culturais e políticos relacionados com o bem-estar físico, mental e social. Ela está na base da possibilidade de fortalecimento ou enfraquecimento do capital social das pessoas e grupos, pois ela pode oferecer ampliação do debate público [...], criando canais de expressão para que este debate

---

<sup>4</sup> ALVES, Pablo Araújo. *Vigilância popular da saúde: cartografia social dos riscos e vulnerabilidades socioambientais no contexto da implantação da mineração de urânio e fosfato no Ceará*. 243p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.; COSTA, Danielli da Silva. *As expressões da questão da saúde em contexto de conflito ambiental: vozes de um território ameaçado pela possível implantação da Mineração de Urânio e Fosfato no Sertão Central do Ceará*. 143p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.; MELO, Rafael Dias de. *Processos de Vulnerabilização e Controvérsias em torno do Projeto de Mineração de Urânio e Fosfato em Santa Quitéria, Ceará*. 209p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.; MONTEZUMA, Talita de Fátima Pereira Furtado. *Licenciar e silenciar: análise do conflito ambiental nas audiências públicas do Projeto Santa Quitéria, CE*. 341p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Ceará, 2015.; RIBEIRO, Livia Alves Dias. *Risco e Injustiça Hídrica no Semiárido: contribuição à Avaliação de Equidade Ambiental do Projeto de Mineração de Urânio e Fosfato em Santa Quitéria, Ceará*. 189p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.; RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; COSTA, Danielly da Silva; ALMEIDA, Emerson Ferreira de. *Análise do Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Santa Quitéria em suas relações com a Saúde Pública, a Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras e a Saúde Ambiental-Parecer Técnico*. Documento anexado ao Inquérito Civil Nº 1.15.001.000235/2012-55, em trâmite no Ministério Público Federal – Sobral. Fortaleza-Sobral, 2014, 35p.

reflita de fato os diversos interesses da sociedade, sobretudo de suas parcelas mais afetadas pelas iniquidades [...] e vozes e discursos silenciados (SANTOS, 2017, p.76).

Por isso agora buscamos investigar um pouco mais a fundo o lugar da comunicação nos contextos de conflitos e injustiças ambientais, a partir dessa vivência e do diálogo com outros comunicadores e comunicadoras, sejam profissionais ou populares, que também atuam ou atuaram nesse tipo de contexto. Nossa intenção é a de trazer contribuições para pensar a dimensão da Comunicação nos processos mais gerais de luta contra as injustiças ambientais.

Indagamos: de que forma a Comunicação, em suas mais variadas expressões, pode contribuir para o enfrentamento dos conflitos ambientais - fazendo parte da **estratégia política** de denúncia e resistência - ou para o agravamento das situações de injustiça e violações de direitos - como espaço de construção e propagação do modelo desenvolvimentista hegemônico? Para além desse objetivo geral, pretendemos ver como essas questões, bem como a problemática ambiental, têm sido tratadas na mídia tradicional e como têm sido trabalhadas por grupos e veículos alternativos e populares? Que estratégias podem ser utilizadas para consolidar a dimensão da Comunicação no centro das ações traçadas por movimentos sociais e ONGs no enfrentamento às injustiças ambientais?

## **2 OBJETIVOS**

### **OBJETIVO GERAL**

Analisar características, potências e desafios dos processos de comunicação associados a contextos de conflitos ambientais no Brasil, à luz do arcabouço ético-político da Justiça Ambiental.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- 1 – Descrever e analisar os seguintes elementos relativos aos processos de comunicação no contexto do conflito ambiental em torno da mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria (CE): as estratégias de comunicação adotadas pelo Consórcio Santa Quitéria, as estratégias de comunicação adotadas por sujeitos, movimentos e organizações da sociedade civil articulados em oposição ao empreendimento de mineração e a cobertura midiática local sobre o empreendimento;
- 2 – Conhecer como a comunicação tem sido trabalhada por organizações, entidades e movimentos em vista da promoção da justiça ambiental.
- 3 – Identificar e desenvolver referências orientadoras para a constituição de uma prática de *comunicação para a justiça ambiental*.

### 3 INJUSTIÇAS E CONFLITOS AMBIENTAIS

Dados da Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL), do ano de 2012, mostram que a América Latina teve crescimento econômico maior do que o nível mundial: 3,1% e 2,2%, respectivamente. No entanto houve, ao mesmo tempo, um aumento do número de conflitos sociais no continente, principalmente em torno de um denominador comum: a extração de matéria prima para abastecer a demanda do mercado mundial, o que marca o lugar da América Latina no mundo global (LANG, 2013). A crença dominante é de que o modelo extrativista é a única fonte de riqueza possível para a América Latina na atualidade.

A origem desse lugar na economia mundial remonta ao período de dominação política e econômica exercido pelas metrópoles europeias sobre as colônias americanas desde o século XVI, e se reconfigura no contexto da globalização neoliberal em que são criadas novas condições para que os capitais possam se deslocar livremente e alcançar territórios ainda inexplorados. Mesmo não sendo mais colônias oficiais, a integração dos países latino-americanos ao sistema internacional permanece a partir de uma posição subordinada, onde a *colonialidade* se perpetua como aspecto fundante da modernidade. A América Latina segue “ante o pensamento hegemônico global e as elites dominantes da região como um espaço subalterno, que pode ser explorado, arrasado, reconfigurado, segundo as necessidades dos regimes de acumulação vigentes” (ALIMONDA, 2011, p.22).

Embora a preocupação ambiental tenha emergido a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e se consolidado como tema nos debates políticos internacionais nas décadas de 1960 e 1970, a ideia dominante de que todos os países e todas as pessoas estariam igualmente sujeitos às consequências negativas “do modo equivocado com que temos frequentemente buscado a prosperidade” (CMMAD, 1991) – vistas de modo genérico nas mudanças climáticas e na poluição – não permite enxergar a reprodução das desigualdades do sistema capitalista também no campo ambiental. Queremos dizer que, a partir de uma perspectiva crítica, alguns estudos chamam atenção para um novo enfoque das questões ambientais a partir de termos de distribuição e justiça (ACSELRAD et al, 2004) e do olhar sobre as consequências sociais e ambientais do modelo de divisão internacional do trabalho e da natureza que impõe à América Latina um modelo de exploração econômica com graves impactos socioambientais.

Nasce nos Estados Unidos, no final da década de 1980, um movimento originado da percepção de que os lixos químicos e radioativos ou efluentes poluentes de indústrias eram

depositados em maior quantidade nas áreas habitadas por populações afrodescendentes. Iniciaram-se as denúncias sobre a imposição das maiores cargas dos danos ambientais do desenvolvimento aos grupos sociais discriminados ou de menor renda, caracterizando-a como *injustiça ambiental*, aspecto que deriva da

[...] condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania (ACSELRAD et al, 2004, p. 10).

No Brasil, esse debate tem se adaptado sob uma visão ampliada das inúmeras injustiças que demarcam o contexto social do país, alcançando temáticas para além da especificidade da contaminação química e do aspecto racial que fundamentaram o seu surgimento nos EUA.

As gigantescas injustiças sociais brasileiras encobrem e naturalizam um conjunto de situações caracterizadas pela desigual distribuição de poder sobre a base material da vida social e do desenvolvimento. A injustiça e a discriminação, portanto, aparecem na apropriação elitista do território e dos recursos naturais, na concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente e na exposição desigual da população à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento (ACSELRAD et al, 2004, p. 10).

O nexos entre a questão social e a questão ambiental tem contribuído para tecer críticas ao pensamento ecológico dominante, fundamentado numa concepção socialmente homogênea dos problemas ambientais e que estabelece estratégias e soluções a partir de uma perspectiva neoliberal, deixando o enfrentamento dos impasses ecológicos sob a responsabilidade do ajuste das forças de mercado, teoricamente capaz de regular a “escassez” de recursos produtivos e ambientais, porém inapto a considerar sua articulação com a desigualdade social (ACSELRAD, 2009).

Conforme Porto et al. (2013), a injustiça ambiental se estabelece como consequência das assimetrias de poder nas disputas políticas, simbólicas e materiais envolvendo diferentes projetos e aplicação de recursos nos territórios. O litígio acerca do uso da terra, da água, do ar e do modo de vida parte das divergências entre racionalidades e relações constituídas pelos diferentes atores (ACSELRAD, 2012).

As injustiças ambientais decorrem, sobretudo, dos processos de divisão internacional do trabalho e da natureza e dos modelos de desenvolvimento e de sociedade capitalistas impostos mundialmente, cuja face, especialmente na América Latina e na África, se revela na centralidade do modelo neoextrativista, que tem foco no crescimento econômico baseado na

extração e exportação de recursos não renováveis (minério, gás, petróleo) e atinge sobretudo as populações que têm na natureza a base de sua reprodução social como, por exemplo, indígenas, quilombolas e camponeses. São exemplos notáveis os grandes projetos de mineração e agronegócio espalhados por todo o Brasil, além das gigantescas infraestruturas de produção energética, como as hidroelétricas e termelétricas. “Estes projetos situam-se pela disputa por distribuição de bens ambientais (o acesso à água, terra), mas também por afirmação de modos de vida, de concepções de desenvolvimento, de significância dos impactos” (MONTEZUMA, 2015, p. 83).

A noção de “desenvolvimento sustentável” enquanto conceito e discurso tem feito parte de uma “nova” retórica desenvolvimentista que adapta o velho modelo extrativista às preocupações ambientais. No entanto, “o conceito moderno de desenvolvimento e suas novas adjetivações, referentes à sustentabilidade, continuam operando como um mecanismo de dominação” (GODFRID, 2016).

#### O desenvolvimento sustentável

aponta para uma perspectiva de compatibilização das questões sociais e ambientais e estratégias hegemônicas de mercado. Para Porto-Gonçalves (2012), a concepção de desenvolvimento sustentável consiste em uma “nova forma de colonização/exploração” no qual submete o desenvolvimento tecnológico à ideia de dominação da natureza. [...] Nesse sentido, a ideia de desenvolvimento sustentável tem sido estratégia fundamental para legitimar a expansão produtiva, utilizando-se da concepção de que através da eficiência tecnológica se alcançará o uso racionalizado dos recursos territoriais, seguindo como suporte ao avanço do capitalismo sobre os territórios (VIANA et al., 2016).

Cresce também a participação do termo “economia verde”, frente ao desgaste ideológico e esvaziamento de sentido do “desenvolvimento sustentável” e que tem se conformado como ponto central ao redor do qual se está reorganizando e ressignificando o discurso hegemônico atrelado ao modelo de desenvolvimento capitalista. A economia verde surge desde um “giro discursivo” determinante no que toca às mudanças necessárias para a mitigação e reversão dos processos de degradação ambiental, trazendo as políticas climáticas “negativas” ao campo de uma nova economia “positiva”, isto é, substituindo os objetivos de “desfazer”, “diminuir”, “reduzir”, “evitar” por ações de implementação de novas tecnologias de eficiência energética (MORENO, 2013).

A crise ambiental, desde essa perspectiva, não seria uma questão de política – dependente de relações de poder que garantem os regimes de propriedade, acesso, uso e gestão dos recursos e territórios – mas, em essência, uma falha de mercado (MORENO, 2013, p. 83).

Destacamos, assim, mecanismos pelos quais os grandes empreendimentos extrativistas e corporações avançam com seus negócios sobre uma diversidade de territórios ao lançar mão do discurso e da imagem da sustentabilidade, embora na verdade aprofundem as formas de exploração dos bens naturais e humanos para a produção de mercadorias que seguem agravando a degradação ambiental e as injustiças inerentes ao sistema capitalista global.

Não obstante, essa visão encontra resistências. Conforme Lander (2013), a América Latina é o continente mais ativo atualmente nas lutas contra as múltiplas modalidades de extrativismo (mineração, petróleo e gás, monoculturas, hidrelétricas), diante da persistência dessa lógica de inserção primário- exportadora das economias da região.

Em resposta às assimetrias de poder que resultam na imposição de riscos e vulnerabilidades ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, grupos formados por movimentos sociais, pesquisadores, comunidades, ONGs e outras entidades articulam-se em torno da concepção de *Justiça Ambiental*, que propõe a superação das desigualdades ambientais e traça críticas ao modelo de desenvolvimento hegemônico excludente.

### **3.1 O conflito ambiental e as disputas no campo simbólico**

O modelo de desenvolvimento capitalista hegemônico é desigual e excludente. As atividades econômicas e os processos produtivos que conformam esse modelo têm base em sistemas de dominação culturais e epistemológicos e engendram numerosas injustiças sociais e ambientais (ACSELRAD et al, 2009; ACSELRAD, 2004).

De modo concreto, um exemplo de como essas dinâmicas podem ser observadas no cenário brasileiro está nas questões relativas à construção e operação de grandes empreendimentos – especialmente do setor energético (hidroelétricas, termelétricas, parques eólicos, concebidos para acelerar o crescimento econômico do país), mineral e agropecuário (agronegócio). Predominantemente, as populações mais pobres, comunidades camponesas, indígenas, quilombolas e bairros da periferia das cidades são afetados pela maior carga de impactos sociais e ambientais decorrentes desse tipo de projetos, especialmente porque muitas dessas comunidades têm nos bens e serviços ambientais as bases para sua reprodução social, econômica e cultural. Na disputa entre as formas de apropriação do território dos distintos grupos sociais, se configuram os conflitos ambientais (ACSELRAD, 2004).

E a *justiça ambiental* sustenta um conjunto de princípios que buscam garantir tratamento justo e envolvimento significativo de todas as pessoas na elaboração, desenvolvimento,

implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais, bem como assegurar que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo e das consequências ambientais negativas de atividades industriais ou comerciais, da execução de políticas e programas públicos ou da ausência ou omissão dessas políticas (ACSELRAD et al, 2004).

Essas disputas configuram *conflitos ambientais*, em que se confrontam distintas racionalidades e concepções sobre os territórios. Neles se expressam as relações de poder assimétricas através da exploração/dominação/conflito articuladas em torno da disputa pelo controle dos meios de existência social que, para além do trabalho e dos recursos de produção, envolve a subjetividade e seus produtos materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento, e a autoridade e os seus instrumentos para assegurar a reprodução de um padrão de relações sociais (QUIJANO, 2009).

Interessa-nos particularmente observar as assimetrias no campo social e simbólico, compreendendo as suas interligações com os aspectos econômicos e políticos. Nesse sentido, há um embate entre racionalidades distintas, que se projetam nos territórios em disputa. Ao extrativismo e acumulação capitalista contrapõem-se formas de apropriação ancoradas na valorização da memória, identidade e reprodução do modo de vida no território. As desigualdades nestes campos abrangem questões relacionadas à legitimidade monopolista do conhecimento científico como único verdadeiro, em detrimento de saberes, culturas e práticas não-científicas e não-acadêmicas construídas ao longo de séculos de vivências de gerações nos territórios, bem como aquelas relacionadas à capacidade de acessar e de produzir informação e comunicação.

Diante do contexto político-institucional moldado segundo os preceitos da modernização, as especificidades locais, conferidas pelo caráter peculiar dos ecossistemas e das culturas rurais, deixam de funcionar como centro gravitacional das dinâmicas de inovação técnica e social (PETERSEN, 2015, p. 11).

O método científico e o conhecimento técnico esotérico dos especialistas sobrepuseram-se a todas as outras modalidades de conhecimento, inclusive da natureza. Foram destituídas de sua autoridade a experiência do senso comum e as habilidades herdadas que os povos usavam para viver e fazer coisas. Foram destronadas pelos objetos teoricamente construídos do discurso científico que são necessários para se lidar com coisas invisíveis como micróbios, átomos, genes e quasares (FUNTOWICZ e RAVETZ, 1997, p. 221).

Com a emergência da racionalidade tecnocrática e generalista e da predominância de parâmetros técnicos e econômicos prescritos pelas modernas ciências, um “*memoricídio cultural*” se processou em decorrência dessa ruptura histórica que tornou irrelevante a produção

local de conhecimentos, bem como a sua transmissão entre as gerações”. No entanto, o processo de tentar impor uma racionalidade não se fez sem a contra-elaboração de diferentes formas de resistência e de recriação cultural, que, “interpretadas pelo prisma hegemônico da teoria da modernização, [...] são consideradas arcaicas e irracionais, colocando-se, portanto, como obstáculos ao desenvolvimento a serem removidos” (PETERSEN, 2015, p. 12)..

Buscamos compreender as ações forjadas pelos atores envolvidos no conflito em Santa Quitéria, especialmente no que diz respeito à tentativa de legitimar o empreendimento sob o argumento das benesses do desenvolvimento e, por outro lado, as ações tomadas pelas comunidades, movimentos e entidades sociais e comunidade científica no sentido de se fazer ver e ouvir as vozes resistentes ao empreendimento e seus argumentos.

Os atores envolvidos no contexto estudado lançaram mão de diversas estratégias na disputa simbólica em torno do significado e das implicações do empreendimento para o lugar, em cujo contexto Rigotto (2017) identificou os seguintes processos:

a) Desqualificação e reafirmação dos saberes e modos de vida locais: no qual o Estudo de Impacto Ambiental apresentado pelos empreendedores descreve uma população de “baixa escolaridade”, “sem instrução” e de “baixa empregabilidade” e diagnostica a prevalência de atividades agropecuárias onde a tecnologia é escassa e a produtividade baixa, caracterizando a região em “situação de miséria”. Em contraponto a isso, as comunidades rememoram seus processos de luta pela conquista da terra e a articulação de seus conhecimentos e organização para acessar políticas públicas e recursos, e constroem contra-narrativas que reafirmam seu modo de vida camponês;

b) Desigualdades no acesso às informações sobre o projeto e suas consequências: evidenciadas pelo fato de que a informação nos estudos ambientais não foi produzida e/ou compartilhada com as comunidades, e de que tanto nos estudos quanto em “espaços de participação”, como as audiências públicas e seminários, as preocupações da população local não eram respondidas. Diante da demanda de maior conhecimento sobre o empreendimento, a sociedade se organizou em torno da Articulação Antinuclear do Ceará (AAACE), que promoveu diversos espaços de discussão como as Jornadas Antinucleares e intercâmbios entre a população de Santa Quitéria e moradores de Caetité (Bahia), onde existe uma unidade de extração e beneficiamento de urânio em funcionamento.

c) Controvérsias científicas e o diálogo de saberes para a construção compartilhada de conhecimentos: acerca da problemática da ausência ou deficiência de informações e dados importantes para responder as preocupações públicas, relativos aos impactos à saúde, ao ambiente e aos riscos de câncer e contaminação das águas, e das próprias

controvérsias científicas como evidência da limitação do conhecimento e racionalidade científica como única capaz de fornecer respostas. Os argumentos e preocupações das comunidades locais foram tratados pelos empreendedores e pelo Estado como “místicos, falaciosos e errados”, “informações equivocadas”, “imaginário do povo” e fruto de “muito preconceito” quanto à mineração. Uma práxis mais dialógica foi desenvolvida pela AACE, na qual os estudos ambientais apresentados pelo Consórcio Santa Quitéria e os impactos do empreendimento foram investigados e analisados por pesquisadores acadêmicos em parceria com as comunidades, que aportaram ao trabalho com seus conhecimentos sobre os ecossistemas e a organização da vida local. O processo de construção compartilhada de conhecimentos culminou em um parecer que foi protocolado no Ministério Público Federal, em que constam análises críticas ao EIA/RIMA, inconsistências metodológicas, insuficiências de informações e estudos básicos.

d) Desigualdades no poder de produção e difusão de conhecimentos sobre o empreendimento e seu enfrentamento: aspecto que perpassa o foco desta pesquisa, no qual se observam os esforços realizados pelos sujeitos e grupos sociais envolvidos no conflito ambiental para difundirem seus posicionamentos, argumentos e discursos. O empreendedor mobilizou seu capital econômico, político e simbólico em estratégias de difusão de suas narrativas, bem como a AACE buscou produzir discursos de contestação dos argumentos apresentados pelo Consórcio sobre a viabilidade de seu projeto. Há uma “enorme assimetria de poder de difusão dessas contra narrativas, delineada pela desigualdade dos capitais acionáveis pelos atores” (RIGOTTO, 2017, p. 18).

O tema da mineração está presente no cotidiano local e destacamos o lugar dos discursos enunciados por diversos atores desse jogo e, sobretudo, as práticas assumidas pelo Consórcio Santa Quitéria no âmbito de sua assessoria de comunicação e relações públicas e a abordagem da grande mídia e dos veículos locais de comunicação sobre o empreendimento.

Em sua pesquisa sobre as estratégias discursivas de legitimação do Projeto Santa Quitéria durante as audiências públicas do processo de licenciamento, Montezuma (2015) destacou que, no trabalho prévio realizado pela empresa de consultoria que produziu o estudo de impacto ambiental do empreendimento, trataram-se as posições de dúvida e não concordância com o projeto por parte das comunidades como resultado da ausência de informações, de modo a desqualificar suas posturas críticas. Ainda, a incursão nas comunidades foi encarada como uma “ferramenta para inserir “uma nova ideia”, ou seja, para gerar consentimento sobre o projeto” e conquistar a “licença social” para aprovação do empreendimento (MONTEZUMA, 2015).

O estudo de Bronz (2011) sobre conflitos e formas de gestão nos processos de licenciamento ambiental confirmou que no processo de implantação de um novo empreendimento produtivo no Brasil, as empresas precisam adquirir, para além da licença ambiental dentro de um processo formal junto aos órgãos licenciadores, a licença social junto às populações e comunidades afetadas. Para isso, mobilizam um “conjunto de tecnologias de prevenção contra mobilizações sociais contrárias” e um “modo de ação que procura constranger a ação do outro” (p. 213).

A aplicação de investimentos financeiros em estratégias de comunicação social abrange diversas ações voltadas para diferentes atores e grupos sociais. O Plano de Comunicação<sup>5</sup> do consórcio previa produção de material informativo, contato com órgãos de governo, líderes políticos e segmentos produtivos da região (comércio, indústria e serviços), ações educativas/informativas nas escolas e órgãos municipais de meio ambiente e agricultura, campanhas de mídia e relações diretas com as comunidades locais.

Entre os materiais de comunicação produzidos pela consultoria de comunicação social contratada pelo Consórcio Santa Quitéria, estão: a) chamadas publicitárias transmitidas nas rádios locais da região da jazida; b) um *site* na Internet onde estão sintetizadas informações sobre a Jazida de Itataia e sua localização, e onde estão hospedados para download público os produtos citados a seguir; c) um vídeo explicativo sobre o empreendimento; d) 03 (três) cartilhas temáticas informativas – sobre radiação, água e produção agrícola; e) boletins informativos com título “Daqui Santa Quitéria”. Esses materiais, bem como as estratégias de comunicação traçadas serão objeto de análise de nosso trabalho.

Do outro lado, no embate acerca da legitimação e aprovação do empreendimento, a Articulação Antinuclear do Ceará (AAE) elaborou ações na tentativa de tornar visíveis as resistências das comunidades camponesas e outros setores da sociedade civil ao projeto de mineração. Com a percepção da importância da comunicação neste processo, foram produzidos: a) um documentário intitulado “De Caetitê (Bahia) a Santa Quitéria (Ceará): as sagas da exploração de urânio no Brasil”, pelo Núcleo TRAMAS/UFC; b) a cartilha “No Ceará: a peleja da vida contra o urânio”, por meio da Cáritas Diocesana de Sobral; c) infográficos com sistematização de informações sobre o empreendimento, que foram divulgados à época da realização das audiências públicas dentro do processo de licenciamento; d) uma revista em quadrinhos pelo Coletivo Urucum – Direitos Humanos, Comunicação e Justiça; entre outros.

---

<sup>5</sup> Elaborado pela empresa Ouvidor Comunicação e disponível no endereço: <[https://prezi.com/tnnj7r\\_lgso/santa-quitiera/](https://prezi.com/tnnj7r_lgso/santa-quitiera/)>.

Há uma “enorme assimetria no poder de difusão destas contra- narrativas, delineada pela desigualdade dos capitais acionáveis pelos atores” (RIGOTTO, 2017). Compreendendo que a comunicação está no cerne das relações de poder (ARAÚJO & CARDOSO, 2007), concordamos com Montezuma (2015) quanto à ideia de que a capacidade de realizar o interesse de um grupo social ou o exercício de uma relação de poder “está relacionada com a criação das condições sociais de aceitação de um empreendimento em um contexto de conflito” (p. 90). A criação dessas condições sociais de aceitação é o objetivo das estratégias empreendidas pelo consórcio.

Além das estratégias e táticas elaboradas pelos sujeitos mais diretamente envolvidos no conflito ambiental, também observamos como suas ações reverberam no espaço midiático. Reunimos 62 notícias a respeito do tema (Anexo I), publicadas em um jornal impresso que circula no estado do Ceará, que também serão objeto de nossa análise. A maior parte desses textos trata dos benefícios econômicos que seriam trazidos pelo empreendimento, da demora na execução da exploração da jazida descoberta há tantas décadas e dos entraves ao processo de licenciamento.

Preocupamo-nos com a questão da mídia porque, a partir da concepção teórica que apresentamos, entendemos a sua importância na formação da opinião pública e na construção da realidade.

Sintetizamos algumas afirmações de Guareschi (2013) quanto à relevância deste tema na atualidade. Vejamos: a comunicação, hoje, constrói a realidade. É por meio, principalmente, da mídia que se determina aquilo que existe ou não, a partir do que é veiculado. Assim, os meios de comunicação definem a agenda pública e canalizam as demandas da população. Além disso, atribuem “uma conotação *valorativa* à realidade existente, dizendo se algo é bom e verdadeiro”. Por fim, reconhecemos a *recepção* como um processo ativo e a comunicação para além da transferência de informações, enquanto um lugar de trocas e disputas simbólicas entre os interlocutores. No entanto, “o risco aqui é que, se a mídia nem coloca o tema em pauta, nunca saberemos o que está acontecendo” (GUARESCHI, 2013, p. 34).

Finalmente, optamos por analisar a dimensão da comunicação no conflito ambiental em questão porque ela está intimamente relacionada com a *participação* dos cidadãos nos processos de decisão. A prática participativa só se dá verdadeiramente, em um nível mais profundo, quando viabilizada na fase de *planejamento* de um projeto, pois é quando “se decide quem faz o que – execução – e quem fica com o que – resultados”. E “essa participação no planejamento só é possível se houver participação na comunicação”

(GUARESCHI, 2013, p. 88).

Alertamos que se trata de algo maior do que simplesmente *informar*. A socialização das informações relativas aos riscos e alterações no ambiente gerados pela instalação de novos empreendimentos, no intuito de democratizar os processos decisórios, vai além da transferência unilateral de informações do proponente do projeto para os sujeitos afetados. Esses dados devem ser produzidos e dialogados numa permanente interação de comunicação e produção de conhecimento, em que pesem, senão igualmente, mas com equidade, os diferentes saberes, valores e visões de mundo, levando em conta o direito das populações locais de decidirem sobre seus territórios.

### **3.2 Comunicação e a questão ambiental**

Para abordar os conflitos ambientais e a comunicação como elemento-chave das relações de poder existentes, as contribuições teóricas de Antônio Gramsci trazem aportes para pensar, de modo mais abrangente, a inserção dos meios de comunicação na construção e legitimação da hegemonia, em que se consolidam as desigualdades e os processos de dominação, em suas variadas expressões.

O processo de construção da hegemonia se dá na esfera da sociedade política e da sociedade civil. Enquanto na sociedade política atuam mecanismos de repressão e violência por meio de aparelhos de coerção estatal, como nas forças armadas e na aplicação das leis, na sociedade civil atuam mecanismos de produção do consenso, incorporados pelo conjunto de instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo, quais sejam: o sistema escolar, a Igreja, os partidos políticos, as organizações profissionais, sindicatos, meios de comunicação etc. As duas esferas se articulam em torno da organização da vida cotidiana e na reprodução das relações de poder.

Segundo Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. Portanto, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (MORAES, 2010).

Esse poder invisível, porque não materializado sob a forma de força coercitiva, é, conforme Bourdieu (1989), “aquele que menos se vê e que é mais ignorado”. É o poder “de

fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica)” (BOURDIEU, 1989, p. 14).

O sociólogo francês apresenta os sistemas simbólicos como estruturas estruturantes, bem como as produções simbólicas como instrumentos de dominação. Enquanto estruturas estruturantes, os universos simbólicos (mito, língua, arte, ciência) são instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo, onde as estruturas subjetivas constroem formas simbólicas. O sentido do mundo é formado por meio da concordância dos sujeitos quanto às subjetividades estruturantes, ou seja, pelo consenso. Os sistemas simbólicos compõem um poder de construção da realidade, isto é, do sentido imediato do mundo através de uma concepção homogênea das coisas, de tal modo que contribuem para a reprodução de uma ordem social e para a “integração social” (BOURDIEU, 1989).

Como parte dos mecanismos de construção da hegemonia pertinentes à esfera da sociedade civil, portanto dentro de um processo enredado de disputas e contradições, as produções simbólicas exercem na sua função política a função de instrumentos de dominação relacionados aos interesses da classe dominante. As ideologias servem a interesses particulares que se travestem de interesses comuns. Dessa forma, a cultura dominante produz uma integração real da classe dominante; integração fictícia da sociedade e, portanto, desmobilização das classes dominadas, para legitimação da ordem estabelecida por distinções e hierarquias.

Na combinação de coerção e consenso tratada anteriormente, o poder simbólico, conforme Bourdieu (1989), aparece como uma transfiguração das outras formas de poder.

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 1989, p.14-15).

As relações de comunicação, desde suas expressões mais imediatas e cotidianas às mais abrangentes e complexas socialmente, constituem-se sempre como relações de poder que dependem do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes.

O poder simbólico de uma pessoa, grupo ou instituição está na razão direta do seu capital simbólico. Este resulta do reconhecimento, como legítimos, dos capitais de outra espécie – econômico, cultural ou social. A legitimidade se conquista, via de regra, no território da comunicação, que é o da produção e circulação dos sentidos sociais. E, num movimento circular, a comunicação é mais eficaz quando emanada de uma voz autorizada por legitimidade (ARAÚJO & CARDOSO, 2007, p. 38).

A linguagem, elemento das relações de comunicação, é instrumento de ação e de poder. Desde as interações interpessoais à comunicação midiática, uma análise social dos discursos produzidos revela as estruturas dos mecanismos de dominação e força simbólica entre os interlocutores, que deriva das suas condições de produção. São elencadas nessa análise – que soma aos aspectos essencialmente linguísticos as questões sociológicas – as noções de *aceitabilidade*, as *relações de força simbólica*, o *valor e o poder do discurso* e o *capital simbólico* (BOURDIEU, 1983).

A estrutura da relação de produção linguística depende da relação de força simbólica entre os dois locutores, isto é, da importância de seu capital de autoridade (que não é redutível ao capital propriamente linguístico): a competência é também portanto capacidade de se fazer escutar. A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos somente ser compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos. Daí a definição completa da competência como direito à palavra, isto é, à linguagem legítima como linguagem autorizada, como linguagem de autoridade. A competência implica o poder de impor a recepção (BOURDIEU, 1983, p. 62).

Dessa forma, entende-se que o que é dito “vale o que valem aqueles que falam, isto é, o poder e a autoridade, nas relações de força econômicas e culturais, dos detentores da competência correspondente”. “O discurso deve sempre uma parte muito importante de seu valor ao valor daquele que o domina”. “O que fala nunca é a palavra, o discurso, mas toda a pessoa social” (BOURDIEU, 1983, p. 63).

É fundamental, ao investigar os discursos e as relações de sua produção, buscar enxergar aquilo que determina *quem pode falar, a quem e como*. São diversas as composições dessas “regras” que atuam na definição daqueles que acumulam o capital simbólico dominante nas relações sociais. “Entre as censuras mais radicais, mais seguras e melhor escondidas, estão aquelas que excluem certos indivíduos da comunicação. [...] O discurso supõe um emissor legítimo dirigindo-se a um destinatário legítimo, reconhecido e reconhecedor” (BOURDIEU, 1983, p. 63).

No campo da comunicação social e midiática, essa compreensão revela sobretudo as empresas de comunicação no geral como autoridades com legitimidade socialmente conferida

para dizer “o que é o mundo” (STEINBERGER, 2005) e compreendemos que seus discursos não são apenas, como muitos acreditam, uma representação do mundo ou um relato imparcial do que acontece. O discurso é sobretudo uma forma de ação sobre o mundo e sobre o outro e, embora algumas vertentes da teoria da comunicação apresentem a *imparcialidade* e a *neutralidade* como aspectos do fazer jornalístico, argumentamos que, inevitavelmente, os discursos produzem uma modificação em seus destinatários, tornando intrinsecamente conectadas a *ação verbal* e as *ações não verbais*. Concordamos, portanto, com Maingueneau (2011), para o qual “uma sociedade [...] não se distingue das formas de comunicação que ela torna possíveis e que a tornam possível” (MAINGUENEAU, 2011, p. 72).

Nos conflitos ambientais e nas respectivas disputas de interesses sobre as formas de utilização dos bens naturais e os modos de apropriação dos territórios, a Comunicação assume contribuições diversas – mas relacionados entre si – nas mãos dos diversos sujeitos envolvidos nos conflitos. Identificamos pelo menos três tipos importantes:

- a) Comunicação como espaço de resistência e construção de contra-hegemonias;
- b) Comunicação na disputa em torno de grandes empreendimentos econômicos e projetos de desenvolvimento;
- c) Comunicação de risco, no contexto da sociedade moderna industrial, dentro de um campo mais amplo que é o da Comunicação Ambiental;

Destacamos que, para nós, em todos esses aspectos a Comunicação aparece como espaço onde se exercem as relações de poder desiguais entre atores com diferentes capitais simbólicos e em que uns buscam exercer dominância sobre outros de modo a fazer serem garantidos os seus interesses.

### ***3.2.1 Comunicação como espaço de resistência e construção de contra-hegemonias***

Grande parte das estratégias de comunicação adotadas por grandes empresas tem como base uma visão da comunicação enquanto transferência de informações, de modo que a persuasão e o convencimento seriam processos automáticos a depender da adequação da mensagem emitida ao objetivo que se quer alcançar.

Porém, seguindo o alerta de Jesús Martín-Barbero, deixar de responder apenas à pergunta “o que os meios fazem com as pessoas?” para questionar “o que as pessoas fazem com os meios?”, possibilita considerar outros elementos que constituem o processo de comunicação e produção de sentidos, opiniões, visões e crenças. Os meios e as mensagens não

são onipotentes. A gama de mediações que constituem o processo de comunicação e produção de sentido possibilita o surgimento de contra-narrativas, contra-discursos, enfim, de aspectos contra-hegemônicos, em que a comunicação também assume lugar relevante, como anteriormente apresentado na fundamentação teórica deste trabalho.

Diversas formas de resistências nos conflitos ambientais são criadas, e o campo da Comunicação se configura em articulação com outras ações políticas. Na obra “*Diferentes formas de dizer Não: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral*” (MALERBA, 2014), são apresentados alguns casos de países como a Argentina, Costa Rica, Estados Unidos, Peru, Filipinas e Equador.

No Peru, a mobilização no distrito de Tambogrande, na região de Piura, traz um exemplo de vitória. As comunidades camponesas da região organizaram-se contra o projeto de mineração de ouro, cobre e zinco da empresa canadense Manhattan Minerals Corp, e conseguiram garantir a realização de uma consulta popular em 2002 que rejeitou o projeto.

Conforme Mansur (2014), a organização inicial da Frente de Defesa de Tambogrande limitou-se a relações locais, sendo posteriormente fortalecida por meio de vínculos com redes externas, como a *Confederación Nacional de Comunidades Afectadas por la Minería (Conacami)* e ONGs ecológicas de Lima e regiões adjacentes. Nessa nova articulação, os movimentos visualizaram a possibilidade da criação de estratégias de marketing e propaganda sobre os danos ecológicos e sociais da mineração.

Uma das campanhas de conscientização sobre os impactos da mineração em Tambogrande, que se tornou emblemática à época, fez referência a símbolos nacionais, como o cebiche e pisco sour, e seu elemento chave, o limão produzido na região, já que Piura, em 2001, representava 63% da produção de limão do país, que era destinado prioritariamente ao mercado interno (DIACONIA e CEAS, 2006). A peça de marketing, conhecida como campanha dos limões, indagava: “*Cebiche, pisco sour, emoliente, limonada. ¿Te imaginas una vida sin limón? No a la explotación minera en Tambogrande. No a la aprobación del Estudio de Impacto Ambiental (EIA)*”. A importância das campanhas em Tambogrande reside no êxito de incorporar um tema local na agenda pública nacional (MANSUR, 2014, p. 85).

No Brasil, os movimentos por justiça ambiental apontaram a necessidade da socialização das informações relativas aos riscos, perigos e alterações nos ecossistemas causados pela instalação de novos empreendimentos para garantir a participação das comunidades nos processos decisórios. Uma das estratégias para promover essa participação é a produção de conhecimento em diálogo com os diferentes saberes e dimensões sociais, culturais, econômicas e institucionais dos territórios (ACSELRAD et al, 2009).

O trabalho de Santos (2017) apresenta o *documentário audiovisual* como uma ferramenta que tem sido bastante utilizada nesse processo de construção de conhecimento por

diferentes movimentos sociais e grupos civis organizados, especialmente os movimentos socioambientais, surgindo como uma forma alternativa de construção de saberes e conhecimentos para ser utilizado como estratégia de comunicação sobre determinado problema (SANTOS, 2017). Em sua tese, traz a produção e a exibição em cine debates do documentário *Suape: desenvolvimento para quem?* como um processo que “utilizou a pesquisa-ação como método e a interdisciplinaridade como um princípio de diálogo” e contribuiu para o empoderamento das comunidades pela devolutiva e debate dos resultados das pesquisas acadêmicas desenvolvidas junto aos sujeitos locais (SANTOS, 2017, p. 108).

Na experiência de construção e fortalecimento das resistências ao Projeto Santa Quitéria, também consideramos como parte do campo da comunicação os intercâmbios realizados entre as comunidades camponesas que vivem no entorno da jazida de Itataia e as comunidades de Caetitê (BA), onde existe a única mina de urânio em operação no Brasil, também gerenciada pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB). Nesses intercâmbios, foi possível a socialização de informações sobre a mineração de urânio e a empresa responsável, bem como o conhecimento dos relatos e da realidade das comunidades do semiárido baiano que convivem há 15 anos com profundos impactos nos seus modos de vida, no ambiente e na saúde. As Jornadas Antinucleares, organizadas pela Aticulação Antinuclear (AACE), também se destacam como espaços de socialização de informações e intercâmbios entre sujeitos de comunidades afetadas.

### ***3.2.2. Comunicação na disputa em torno de grandes empreendimentos econômicos e projetos de desenvolvimento***

O trabalho de Locatelli (2011) traz uma interessante avaliação sobre o poder da comunicação na implantação de grandes projetos com elevado impacto socioambiental. Sua investigação abordou os processos de comunicação vinculados à construção da usina hidrelétrica Foz do Chapecó, no rio Uruguai (SC), porém, as dinâmicas observadas podem ser identificadas, de modo geral, no contexto de implantação de outros tipos de grandes empreendimentos em todo o país, como outras infraestruturas energéticas, projetos de mineração e de agronegócio, entre outros. Sua abordagem olha para o lugar da comunicação a partir de uma perspectiva que assume as relações de poder existentes, que se produzem e se reproduzem também neste campo. É importante esse pressuposto porque, conforme o autor, a maioria dos trabalhos reserva pouco espaço para a questão da comunicação “e, quando a abordam, tendem a tratá-la em uma perspectiva funcionalista que credita às suas “falhas” os

conflitos que ocorrem entre os atores nos processos de implantação dos projetos” (LOCATELLI, 2011, p. 33).

No entanto, é preciso ter claro que essas “falhas” muitas vezes são, na verdade, reflexos das complexas relações de poder e estratégia para garantia de interesses de determinados grupos sociais. A mídia se constitui como uma instância de mediação social, portanto, está sendo permanentemente assediada por diferentes estratégias de apropriação dos outros campos sociais, disputando espaço na mídia. Entretanto, existe uma assimetria de recursos para cada um dos atores em disputa. Os atores do campo político, do governo e grandes empresas têm mais recursos materiais e simbólicos. Os grupos da sociedade civil não têm igual organização, recursos econômicos e logísticos para lidar com as organizações da mídia, segundo o autor.

A análise parte da atuação dos atores envolvidos no embate em torno da construção da usina hidrelétrica: a concessionária Foz do Chapecó Energia, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), o Ministério de Minas e Energia e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O estudo identificou que a comunicação produzida pelos diferentes grupos foi extremamente assimétrica. No campo da sociedade civil, a comunicação do MAB teve baixos níveis de visibilidade, enquanto a comunicação da empresa concessionária teve alta visibilidade. O autor também avaliou a atuação da mídia e observou que a cobertura dos meios de comunicação aderiu à comunicação da empresa e seu discurso desenvolvimentista, silenciando outras vozes.

Em que pesem as assimetrias, destaca-se a importância dos espaços criados pelas relações de comunicação como caminho para a garantia do acesso à informação e da participação dos cidadãos nos processos de decisão sobre a implantação de projetos como esses. São as organizações que detêm as informações necessárias, e

[...] elas têm, em diferentes escalas e por distintos interesses (ou obrigações), estruturas de comunicação potencialmente capazes de tornar públicas essas informações, simultaneamente instrumentalizando os cidadãos e promovendo (ou não) o debate público, quer por intermédio de mecanismos e produtos próprios ou por meio da mídia. Quanto à mídia, adota-se a perspectiva de que os meios de comunicação de massa têm potencial (que pode ou não se realizar) para dar visibilidade a todas as organizações envolvidas nos contenciosos e aos lances argumentativos da opinião pública, bem como acolher, amplificar e retroalimentar essas opiniões, gerar condições mais amplas para o debate na esfera pública e contribuir para influenciar a esfera de decisão política. Entretanto, há nessa comunicação temas, enquadramentos e argumentos silenciados [...] pelas próprias organizações e a mídia (LOCATELLI, 2011, p. 27- 28).

O espaço da mídia também é pleiteado pelos movimentos sociais para fazer serem vistos seus interesses e argumentos, para “mobilizar apoio e construir um discurso sobre a

situação em que estão envolvidos, [...] validar e legitimar a si próprios e o que estão tratando, [...] ampliar seu campo de ação e reconhecimento” (LOCATELLI, 2011, p.85). Ao mesmo tempo, reconhecem que a mídia não é um autor autônomo ou neutro, como afirma a si mesma, mas “uma das faces dos grupos dominantes” combatidos pelos movimentos.

A pesquisa de Santos (2011) sobre a cobertura da mídia do estado de Pernambuco sobre o Complexo Industrial de Suape, verificou que nos jornais impressos circulou um discurso hegemônico, no qual as situações de perigo e os riscos socioambientais do empreendimento foram minimizados e ocultados em favor de interesses econômicos. Conforme a autora, as questões sobre os problemas sociais e impactos da vida das pessoas e no território não foram devidamente debatidos, apresentando pouca diversidade de atores sociais como fontes de informação nas matérias analisadas.

Do ponto de vista das grandes empresas, a comunicação é utilizada como uma das ferramentas para atingir seus objetivos empresariais, tendo, portanto, uma característica *estratégica*.

Pode-se inferir que estratégia diz respeito à ação humana no futuro. Ou seja, trata-se de uma ou conjunto de ações que permitem reduzir o grau de incerteza quanto ao futuro, induzir de modo a torná-lo mais seguro e convergente a objetivos desejados previamente, o que pode implicar na necessidade de induzir outras pessoas a aderirem ou aceitarem em algum grau as ações da estratégia em curso, ou, no limite, neutralizar eventuais ações contrárias. De modo muito simples, estratégia é “[...] um método ou um conjunto de métodos para a resolução de um problema” (PEREZ, 2001, p. 23, tradução nossa). [...] Relaciona-se não apenas ao uso da força, mas também ao uso da linguagem, da comunicação e da retórica (LOCATELLI, 2011, p. 87).

As empresas lançam mão de uma comunicação estratégica com objetivo de persuadir e influenciar as pessoas, “tendo em conta o contexto das tendências políticas, econômicas, socioculturais e tecnológicas e, sobretudo, as possíveis decisões e reações dos públicos receptores que com seus cursos de ação podem favorecer ou prejudicar o êxito dos ditos objetivos” (LOCATELLI, 2011, p. 89).

### **3.2.3 Comunicação de Risco**

A Comunicação de Risco é um tema importante no contexto do processo de modernização, em que o próprio avanço técnico, tecnológico e econômico gerou problemas de ordem social, econômica, política e ambiental e impôs uma série de riscos socioambientais

relacionados às atividades industriais.

O trabalho de Silva (2014), sobre Comunicação Ambiental, construção do risco e a visibilidade dos conflitos socioambientais, fundamentado em Cox (2009) e Silva (2014), será a base das definições apresentadas para pensar de modo introdutório a Comunicação Ambiental e a Comunicação de Risco.

Os meios de comunicação, principalmente a mídia, são centrais na visibilidade dos riscos socioambientais, já a mídia é responsável pela maior parte dos nossos estímulos simbólicos e atua como um sistema de referência hegemônico na sociedade contemporânea globalizada (STEINBERGER, 2005). É por meio – não somente, mas também – dos meios de comunicação que é veiculada grande parte das informações sobre os riscos socioambientais de atividades industriais e grandes empreendimentos econômicos.

Apoiado em Cox (2009), Silva (2014) apresenta a Comunicação de Risco dentro de um campo mais amplo, que é o da Comunicação Ambiental, que abrange uma diversidade de formas de comunicação sobre meio ambiente. Essas diferentes formas são responsáveis por constituir a nossa compreensão sobre meio ambiente e nossas relações com o mundo natural, e são o meio simbólico onde se constroem os problemas ambientais e a negociação de diferentes respostas da sociedade a eles. Essa visão considera a “ação simbólica” dos diversos atores na Comunicação Ambiental e, portanto, as relações de poder intrincadas, em contraponto a um modelo racional de transmissão de informações. Ademais, três princípios fundamentam a Comunicação Ambiental: 1) a comunicação humana é uma forma de ação simbólica; 2) nossas crenças, atitudes e comportamentos em relação à natureza e aos problemas ambientais são mediados pela comunicação; 3) a esfera pública surge como um espaço de debate e ação sobre o meio ambiente.

Cox (2009) elaborou uma abrangente apresentação da comunicação ambiental como campo de práticas e de pesquisa, cuja definição busca abarcar tanto as ações comunicativas dos principais atores sociais envolvidos na questão (ONGs ambientais, técnicos/cientistas, gestores públicos, empreendedores, jornalistas e leigos) quanto os meios e situações por onde circulam mensagens associadas a temáticas ambientais e ecológicas. Cox (2009) manifestou como preocupação central os debates públicos sobre os problemas ambientais e as inevitáveis ambiguidades, antagonismos e controvérsias que os cercam. Por isso, com base em Habermas (1984), sua abordagem teórica central é o conceito de esfera pública como espaço discursivo, no qual se travam as disputas pela influência nos processos deliberativos (SILVA, 2014, p.122).

O autor apresenta uma tipologia da Comunicação Ambiental, com as seguintes categorias:

- a) Retórica ambiental e construção social e simbólica da natureza;
- b) Participação pública na tomada de decisão ambiental;

- c) Colaboração ambiental e resolução de conflitos;
- d) Estudos da mídia e do jornalismo ambiental;
- e) Representações da natureza em publicidades corporativas e cultura popular;
- f) Campanhas de defesa ambiental e construção de mensagem (marketing social);
- g) Comunicação de risco.

Algumas dessas categorias integram transversalmente a questão das injustiças e conflitos ambientais, as quais podemos citar, por exemplo, a *retórica ambiental e a construção social e simbólica da natureza*, que são constitutivas das relações sociais atuais que estabelecem determinadas formas de relação com a natureza, predominantemente considerando-a como “recurso” a ser utilizado em benefício da sociedade capitalista, sendo esse o raciocínio que embasa os interesses das grandes indústrias.

Sobretudo, a Comunicação de Risco é aspecto crucial no que diz respeito à avaliação do cenário de riscos associados à indústria e a outras atividades e práticas no modelo de produção capitalista atual. Ela também participa na disputa pela caracterização dos riscos, em que se contrapõem distintas racionalidades. Diferentes práticas conformam modelos de Comunicação de Risco que são também influenciados por essas distintas racionalidades no modo de compreender e caracterizar os riscos socioambientais, como veremos pouco mais adiante.

De modo geral, a comunicação de risco é definida como “qualquer comunicação pública ou privada que informa as pessoas sobre a existência, a natureza, a forma, a gravidade ou aceitabilidade de riscos” (PLOUGH; KRIMSKY, 1987, p.6). Já Powell e Leiss (2005, p.192) definem a comunicação de risco como “o processo de troca entre a comunicação acadêmica, os profissionais das agências reguladoras, os grupos de interesse e o público em geral, em que se considera como melhor avaliar e gerenciar os riscos” (SILVA, 2014, p.133).

Como espaço privilegiado de visibilidade dos riscos e conflitos socioambientais, os meios de comunicação e a mídia de massa são disputados por muitas vozes que “competem” para caracterizar, avaliar e definir os riscos, entre elas as de cientistas, especialistas em saúde pública, grupos de comunidades afetadas, assessores de imprensa das indústrias e das empresas, gestores públicos, ONGs ambientais etc. (SILVA 2014).

No entanto, pelo modo como a mídia participa da hegemonia capitalista, na maior parte das vezes ela “assume o lado” dos interesses das grandes corporações e do Estado. Assim, “muitas vezes, as informações sobre os riscos são “incompletas e (ou) deturpadas”; ou organizadas com a intenção de “tranquilizar um público assustado” com os possíveis riscos socioambientais aos quais está sujeito, em detrimento da divulgação de conteúdos relevantes

para a ação pública. Outro aspecto que se pode considerar na avaliação dos meios de comunicação e a da mídia de massa é que, geralmente, quem fala sobre os riscos nos textos publicados, aparecendo como fonte de informações credíveis, são funcionários do governo e da indústria e os especialistas que são convidados a falar, representantes de apenas uma esfera de interesses, enquanto são silenciadas as vozes de outros atores, como ONGs e comunidades afetadas, que questionam a caracterização dos riscos apresentada (SILVA, 2014).

Como citado anteriormente, as distintas racionalidades no modo de compreender e caracterizar os riscos socioambientais influenciam a constituição de dois modelos de Comunicação de Risco, conforme Silva (2014):

a) O modelo técnico de risco, onde o risco é considerado a partir de um cálculo numérico de probabilidade de morte de um certo número de pessoas em função de um período de tempo exposto a substâncias ou elementos que causam perigo à saúde e ao ambiente, assim como a probabilidades de acidentes, e tenta-se definir o que seria um “risco aceitável” para diminuir essas probabilidades. Esse modelo conjuga-se com a racionalidade técnica que constitui o pensamento moderno ocidental, o qual contribui para o domínio desse modelo por meio da crença de que o “público leigo é irracional na avaliação de riscos”.

b) O modelo cultural de risco, em que o público afetado é envolvido na avaliação dos riscos, reconhecendo a experiência das comunidades locais, seus conhecimentos e saberes. Esse modelo parte da crítica de que a comunicação sobre os riscos é restrita a uma esfera técnica e exclui os indivíduos e as comunidades que realmente são mais afetados pela exposição aos riscos socioambientais. Essa forma de comunicar e avaliar os riscos melhora a qualidade das decisões tomadas e aumenta a probabilidade de que elas sejam vistas de forma legítima pela comunidade como um todo, já que supõe a sua participação.

De volta à tipologia da Comunicação Ambiental apresentada anteriormente, trazemos a questão da *participação pública na tomada de decisão ambiental* como central na crítica aos processos de implantação de grandes empreendimentos econômicos, na qual a comunicação aparece como espaço de disputa pela garantia do direito à participação.

Cabe aqui articular essas duas questões – a dos modelos de comunicação de risco e a da participação – a partir da discussão sobre o papel da ciência na definição e investigação sobre os riscos à saúde e ao ambiente decorrentes de atividades humanas, especialmente daquelas relacionadas ao desenvolvimento econômico.

Na ciência ambiental, costuma-se dizer que os problemas ambientais atuais são complexos e demandam, para sua compreensão e solução, o exercício da inter e da transdisciplinaridade. Entretanto, mais do que isso, é preciso ter em conta que são problemas

*novos* – especialmente os que se produzem a partir da intervenção humana na natureza – com os quais a ciência não havia se deparado antes, e que se associam a fatos incertos, valores controvertidos e decisões urgentes, de modo que, entre outros aspectos, “a metodologia para lidar com os novos problemas não pode ser a mesma que ajudou a criá-los” (Funtowicz e Ravetz, 1997, p. 221).

Também não se pode ignorar o fato de que, na mobilização de conhecimentos científicos para definir os riscos ambientais e atenuar os perigos associados a grandes empreendimentos para garantir a sua viabilidade, evidencia-se a ideia ilusória de uma ciência neutra, uma vez que ela é determinante para importantes e urgentes decisões políticas, sendo, muitas vezes – o que é mais grave do ponto de vista ético – ela mesma influenciada, pressionada ou manipulada por esses interesses.

Funtowicz e Ravetz (1997) defendem que "o controle da qualidade dos resultados da pesquisa nesse contexto científico novo e mais amplo não pode mais ser delegado a comunidades isoladas de especialistas" (p. 220), propondo a extensão do diálogo sobre a qualidade e a formulação de políticas a todos os afetados, formando o que chamam de "comunidade ampliada de pares".

Complementamos essa ideia com Wynne (2014), levantando a questão de que, quando a pesquisa é demandada, também há controvérsias sobre quais problemas deverão ser estudados. Isso porque, enquanto para a ciência os valores e as questões mais importantes são uns, para o “público leigo” predominam outras preocupações, tanto porque possuem distintos e específicos saberes sobre seus locais e modos de organização de vida, quanto porque têm uma dimensão diferenciada sobre como os impactos podem os afetar.

## 4 METODOLOGIA

Partilhamos da compreensão de que o domínio da racionalidade econômica, tecnológica e mecanicista que se desenvolveu a partir do século XVI e se aprofundou com a Revolução Industrial embasou um modelo de desenvolvimento e exploração da natureza que culminou na crise ambiental característica da sociedade moderna (CAMARGO, 2003).

A ciência e seu *modus operandi* foram orientados pela racionalidade moderna ocidental, construída a partir da expansão europeia e por um modelo colonial de produção do conhecimento. O resultado foi o estabelecimento de uma escala hierárquica em que o conhecimento científico é considerado superior a todas as outras formas de conhecimento, assim como a deslegitimação de saberes tradicionais dos povos colonizados (LANDER, 2005; SANTOS, 2007).

O colonialismo produziu relações desiguais de poder-saber, o que levou à subtração de várias formas de conhecimento próprias dos povos colonizados, rotulados como “atrasados”. À ciência moderna foi concedido o monopólio do saber e da distinção universal entre o verdadeiro e o falso. Para Santos (2007), há uma monocultura do saber e do rigor do conhecimento, que produz um *epistemicídio* e o desperdício de experiências sociais, com base na exclusão epistemológica.

Sua crítica a uma epistemologia dominante tem base na análise das dimensões culturais, simbólicas e subjetivas associadas aos aspectos econômicos e políticos dos processos de colonização de territórios principalmente da América, África e Ásia pelas sociedades metropolitanas da Europa. De modo semelhante, Quijano (2009) descreve a permanência e transformação de elementos do mundo colonial nas relações históricas e atuais de colonialidade entre as antigas metrópoles e suas colônias.

O rompimento com conhecimentos e saberes tradicionais que historicamente promoveram sustentabilidade ecológica (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015) é central para pensar a questão ambiental hoje. Para além de ser um campo interdisciplinar (PORTO-GONÇALVES, 2006), demanda a construção de pensamento fundado no compromisso com o reconhecimento desses saberes.

Especialmente a partir da segunda metade do século XX, paradigmas epistemológicos descoloniais passaram a propor um reencontro entre a ciência e outros saberes, por meio de outros caminhos de produção do conhecimento, em contraposição à dominação epistemológica engendrada a partir da colonialidade do poder e do saber que dá as bases para o desenvolvimento do capitalismo e do neoliberalismo.

Santos (2007) propõe uma ecologia de saberes, firmada na interação sustentável e dinâmica entre conhecimentos heterogêneos e plurais (sendo um deles a ciência moderna), com base na ideia de que o conhecimento é interconhecimento. O conceito confere centralidade, sobretudo, à intervenção que determinado conhecimento pode produzir na realidade. O importante não é compreender o conhecimento como *representação* do real, mas considerar uma *concepção pragmática* do saber, isto é, uma reflexão sobre as *práticas de conhecimento*, as diferentes formas de conhecer o mundo.

Para um “conhecimento prudente”, Boaventura de Sousa Santos (2009) invoca uma ecologia de saberes como sendo o que chama de uma contra-epistemologia, divergente daquela que constituiu a racionalidade moderna ocidental e o pensamento científico, uma epistemologia dominante fundamentada em um pensamento abissal.

A contra-epistemologia possível para investigar essa realidade contesta a imposição do conhecimento científico como única racionalidade válida (QUIJANO, 2009; SANTOS, 2009). Dessa racionalidade provém a criação simbólica de que o sentido natural de “evolução” seria alcançar o modelo de sociedade ocidental, isto é, o “desenvolvimento”.

Complementa-nos Maldonado (2010), ao afirmar que no movimento contrário a essa dominação

Reconhecem-se, assim, as epistemologias autóctones produzidas pela multiculturalidade humana, negando-se o caráter “*absoluto*” e “*totalizante*” do saber ocidental (greco-latino, anglo-saxão e germânico) que se pretende como a “única epistemologia”. [...] o paradigma maior desse posicionamento é o *logos hegemônico ocidental*, que nega as alteridades epistemológicas e suas diversas faces (MALDONADO, 2010, p. 76-77).

Santos (2009) argumenta que para haver justiça social global deve haver justiça cognitiva global, e esta só pode ser alcançada por meio de um pensamento pós-abissal, que confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. “É uma ecologia porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos [...] e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia” (p. 44).

O impulso básico que a faz emergir resulta de dois factores. O primeiro é o novo surgimento político de povos e visões do mundo do outro lado da linha como parceiros da resistência ao capitalismo global, isto é, a globalização contra-hegemónica. Em termos geopolíticos, trata-se de sociedades periféricas do sistema mundial moderno onde a crença na ciência moderna é mais ténue, onde é mais visível a vinculação da ciência moderna aos desígnios da dominação colonial e imperial, e onde outros conhecimentos não científicos e não ocidentais prevalecem nas práticas quotidianas das populações. O segundo factor é uma proliferação sem precedentes de alternativas que, contudo, não podem ser agrupadas sob a alçada de uma única alternativa global. A globalização contra hegemónica destaca-se pela ausência de uma tal alternativa no singular. A ecologia de saberes procura dar consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo (SANTOS, 2009,

p. 47).

Com base em Santos (2009), Rigotto (2017) aplica a ideia de injustiça cognitiva ao contexto específico do conflito ambiental em torno da mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, desde uma abordagem ampliada que considera as desigualdades de poder e de saber no cenário de chegada do empreendimento e seu licenciamento. As preocupações dos grupos sociais afetados por projetos de desenvolvimento como este não são levadas em conta, bem como existe uma enorme dificuldade em acessar informações sobre as características do projeto e seus impactos, ou mesmo aos direitos garantidos às populações afetadas. Mesmo as informações disponibilizadas são de difícil compreensão, seja porque incompletas ou porque apresentam linguagem inadequada (RIGOTTO, 2017).

Nesse sentido, orientamos nossa práxis, a partir do construído na experiência do Núcleo TRAMAS, de modo a romper com esse sistema de desigualdade e exclusão e a promover uma construção compartilhada de conhecimentos fundada no diálogo e na ecologia de saberes.

Rigotto e Rocha (2015) propõem uma ressignificação do tripé universitário<sup>6</sup>, renomeado em formação – produção compartilhada de conhecimento – inserção social. Essa concepção nasce imbuída de críticas a respeito do papel da Universidade como peça fundamental à propagação do paradigma epistêmico hegemônico e do modelo colonial de produção do conhecimento. Uma vez que “não há justiça social global sem justiça cognitiva global, ou seja, sem justiça entre os conhecimentos” (SANTOS, 2007, p. 40), essa proposta fundamenta-se em epistemologias contra- hegemônicas e perspectivas descoloniais da ciência, na ecologia de saberes, na construção coletiva de conhecimentos e em processos educativos dialógicos.

Reconhecemos que é necessário

[...] construir coerência entre a visão crítica que temos sobre a ciência moderna e as nossas práticas acadêmicas, perscrutando caminhos que potencializem a articulação entre opções ético-políticas e teórico- metodológicas contra-hegemônicas e a formação e a produção de conhecimento na universidade (RIGOTTO & ROCHA, 2015, p. 2).

Essa busca não implica o descrédito do conhecimento científico, mas sua construção e utilização contra-hegemônica. Isso é, há um questionamento dos pressupostos epistemológicos e metodológicos da ciência moderna, somado a uma consciência crítica sobre o papel do campo científico diante da complexidade dos problemas ambientais atuais e das

---

<sup>6</sup> Ensino-pesquisa-extensão.

controvérsias científicas especialmente no que tange ao tema dos riscos e impactos ambientais, assim como sobre os conflitos de interesse e do uso do poder de enunciação de verdade dos *experts* da ciência para garantir os interesses econômicos.

Implica também uma concepção ampliada de conhecimento que, em vez de gerar uma representação do real, atua como intervenção no real (SANTOS, 2009). A contribuição deste autor é interessante para pensar caminhos teóricos e metodológicos de pesquisa e intervenção na realidade, uma vez que, pelo princípio de precaução, “deve dar-se preferência às formas de conhecimento que garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controlo e na fruição da intervenção” (p. 51).

No campo da Comunicação, o viés adotado neste trabalho alinha-se com o pensamento latino-americano constituído a partir dos anos 1980, no âmbito dos Estudos Culturais e das teorias da recepção e mediação, destacando uma visão da comunicação como cultura e dentro de um campo de relações sociais mais amplas do que apenas aquelas estabelecidas a partir da mídia e das tecnologias.

A perspectiva dos Estudos Culturais floresce na década de 1980 na Europa, no contexto pós- Segunda Guerra Mundial. Em 1964, forma-se o Centre for Contemporary Studies (CCCS) na Universidade de Birmingham, Inglaterra, tendo como “pais fundadores” Richard Hoggart, Raymond Williams e E. P. Thompson. Nestes estudos, “a questão central é compreender em que a cultura de um grupo, e inicialmente a das classes populares, funciona como contestação da ordem social ou, contrariamente, como modo de adesão às relações de poder” (MATTELART & NEVEU, 2004, p.14).

A partir dos anos 1980, esse tipo de investigação amplia-se e adapta-se aos contextos latino-americanos. Nomes como o de Jesús Martín-Barbero e Nestor García Canclini são expoentes em pesquisas sobre “mediações”, “hibridação cultural”, desterritorialização e “comunidades de consumidores” (MATTELART & NEVEU, 2004, p.143).

A visão que se constrói critica abordagens anteriores que supõem a passividade dos públicos diante dos meios de comunicação de massa. O novo enfoque privilegia as conexões entre comunicação e cultura, entre meios e sujeitos, olhando para as práticas simbólicas dos indivíduos nas relações de comunicação e reconhecendo as relações de poder existentes. Alguns estudos de recepção se desenvolvem a partir da apropriação do conceito de hegemonia, concebido pelo italiano Antônio Gramsci (1982), compondo uma visão cultural dos meios de comunicação.

Escosteguy (2007) esclarece que o colombiano Jesús Martín-Barbero

Criticou o mediacentrismo a que os estudos de comunicação estavam – ou ainda estão – vinculados, propondo uma outra abordagem do processo comunicativo. A comunicação, segundo Martín-Barbero, assume o sentido de práticas sociais onde o receptor é considerado produtor de sentidos e o cotidiano, espaço primordial da pesquisa. De um modo geral, trata-se de ver a comunicação a partir da cultura e atravessar sua proposta de investigação de uma aproximação antropológica, pois o cotidiano tem valor histórico para compreender a sociedade (ESCOSTEGUY, 2007, p. 75).

A essa visão soma-se a perspectiva de que, conforme Maldonado (2010), há a necessidade de uma “confluência metodológica” para estudar as problemáticas em comunicação, que, por sua vez, para Dias (2010, p. 257) demandam “um enfoque que considere muito mais o contexto e menos as análises sustentadas estritamente pelo texto”.

Nessa pesquisa, buscamos fluir entre a análise dos textos, materiais e discursos produzidos pelos sujeitos em conflito e a observação dos contextos que envolvem os circuitos de produção e distribuição dessa comunicação. Acreditamos que, mais do que uma análise profunda das mensagens e dos discursos, os contextos nos revelam sobre as dinâmicas de poder imbricadas nos conflitos ambientais.

Concordamos com Maingueneau (2011), para o qual todo discurso deve ser considerado no bojo de um interdiscurso, isto é, “o discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho. Para interpretar qualquer enunciado, é necessário relacioná-lo a muitos outros” (MAINGUENEAU, 2011, p. 55).

Assim, por exemplo, o discurso do *Consórcio Santa Quitéria* só adquire sentido na medida em que se compreende o que está por trás dele, ou seja, as situações relacionadas ao seu processo de licenciamento ambiental, ou à manifestação de críticas e questionamentos ao empreendimento, assim como o discurso dos sujeitos organizados na *Articulação Antinuclear do Ceará* toma forma na medida em que se tem acesso a novas informações sobre o empreendimento, ou que se objetiva contestar os dados fornecidos pelo Consórcio.

A pesquisa teve como base inicial o trabalho de campo com observação participante, que consideramos ter iniciado desde os primeiros contatos com o território. A participação em reuniões da Articulação Antinuclear do Ceará (AAACE) e nas Jornadas Antinucleares organizadas por esse coletivo, o acompanhamento de outras pesquisas desenvolvidas com a temática do conflito por pesquisadores do Núcleo TRAMAS e o trabalho durante o projeto com as juventudes camponesas das comunidades da região trouxeram os primeiros aportes para pensar a questão da comunicação.

O trabalho de campo é uma importante etapa da investigação qualitativa, pois existe

uma série de fenômenos relevantes para a pesquisa que não podem ser registrados por meio de perguntas ou documentos, por isso devem ser observados *in loco*. O pesquisador também deve estar atento às situações observadas em campo porque elas podem levar à reformulação de hipóteses ou até mesmo do caminho da pesquisa (MINAYO, 2009).

Pela experiência vivida de construção compartilhada com as comunidades do território, concluímos em concordância com Minayo (2009) que, na observação participante, o pesquisador não está separado do contexto que observa, analisando-o de forma distante e neutra. Pelo contrário, faz parte do contexto sob observação, modificando-o com suas intervenções e também sendo pessoalmente modificado por ele. Para nós, os territórios em conflito ambiental são espaço fecundo de formação e representam um “chão integrador de processo de produção de conhecimento e de aprendizagem” (RIGOTTO e ROCHA, 2015, p. 05).

Durante a fase exploratória da pesquisa, duas visitas ao território foram realizadas. A primeira nos dias 13 e 14 de janeiro de 2018, na comunidade de Riacho das Pedras, localizada a 12 km da jazida de Itataia, município de Santa Quitéria. Esse foi um momento de primeira aproximação com o território para dialogar sobre o projeto de pesquisa, a fim de perceber os novos elementos do contexto vivenciado pelas comunidades e de indicar os caminhos para a construção dessa pesquisa em conjunto com os sujeitos do território.

A segunda visita aconteceu nos dias 09 e 10 de março de 2018, durante o Intercâmbio Regional de Juventudes, organizado pela Rede Estadual de Jovens, Cáritas Diocesana de Sobral e Cáritas Regional Ceará, com parceria do Movimento pela Soberania Popular na Mineração/Ceará (MAM), com a temática “Juventudes do campo e cidade: tecendo redes de resistência pela soberania popular na mineração”. O evento aconteceu na comunidade Morrinhos, que fica a 3 km da jazida de Itataia, município de Santa Quitéria.

Participantes de diversas regiões do estado do Ceará debateram o tema da mineração no Brasil como um todo, identificando problemáticas centrais relacionadas às consequências sociais e ambientais desses grandes empreendimentos e os processos estrategicamente elaborados para permitir a imposição desse tipo de atividade, entre os quais se destacaram as promessas de “desenvolvimento”. Dentre esses processos, foi reconhecida a centralidade de práticas e discursos que legitimam os grandes empreendimentos, principalmente através das informações que são veiculadas na grande mídia e na comunicação produzida pelas próprias empresas.

Entre as falas expostas no debate, algumas destacaram o fato de que as grandes empresas “usam a mídia a seu favor” para construir uma imagem positiva, além de lançar mão

de estratégias de marketing, produzindo materiais próprios de comunicação onde se divulga a “responsabilidade socioambiental” das empresas.

A todo momento, o tema da comunicação se fez presente nas reflexões sobre o modo como esses grandes empreendimentos chegam aos territórios, seja de maneira direta ou transversalmente. Palavras como “discurso”, “lábria”, “propaganda”, “marketing”, “estratégia”, “maquiagem” e “convencimento” foram repetidas vezes citadas, e até mesmo a denominação “aparelhos ideológicos” para referir-se à mídia e outros meios de comunicação implicados no reforço do discurso do desenvolvimento.

Outra fala relevante foi a de um morador da comunidade de Morrinhos, que afirmou: “Sempre falaram da mina, mas nunca mineraram”. Refere-se ao fato de que muito se fala sobre a reserva de urânio e fosfato desde que foi descoberta, na década de 1970, e principalmente a partir de 2004 quando iniciaram os primeiros processos de licenciamento ambiental, no entanto, o empreendimento ainda não foi concretizado. A partir disso consideramos que o conflito ambiental em questão tem se caracterizado essencialmente na batalha discursiva entre diferentes sujeitos que disputam a legitimidade de seus interesses.

A observação em campo e as conversas informais ocorridas nesses momentos da pesquisa são fundamentais para delinear as características do estudo, a partir das falas dos sujeitos das comunidades sobre a realidade vivida e as principais questões relativas. Um dos apontamentos realizados por uma das pessoas entrevistadas nessa fase exploratória destacou a importância da comunicação para a mobilização social em contexto de conflito ambiental. A sugestão foi de que fosse realizada a exibição de diversos vídeo- documentários sobre conflitos ambientais em diferentes lugares do Brasil para gerar debate acerca da chegada de grandes empreendimentos em territórios camponeses, quilombolas, indígenas, entre outros, e “conscientizar” as pessoas sobre as injustiças ambientais. Percebe-se a compreensão do audiovisual como uma interessante linguagem para contribuir na divulgação das lutas diante das injustiças ambientais.

Tivemos, ainda, a oportunidade de observar o fato de que, após um período de “efervescência” nas discussões sobre a mineração, o momento – quatro anos depois das audiências públicas, ainda sem definição da decisão do IBAMA – parecia ser de refreamento nas mobilizações a respeito do tema. Do outro lado, também parecem ter cessado as intervenções por parte do Consórcio empreendedor, até mesmo as inserções publicitárias nas rádios locais. Essa percepção nos colocou a necessidade de considerar as mudanças inerentes à temporalidade do conflito.

Queremos dizer que a dimensão da comunicação no conflito ambiental esteve mais

evidente nos períodos próximos à realização das audiências públicas (novembro de 2014), momento de maior adensamento das ações por parte do Consórcio em busca da aprovação do projeto. Nessa época, segundo relatos dos moradores, eram constantemente veiculadas nas rádios locais propagandas sobre o Projeto Santa Quitéria, assim como era frequente a presença de um membro da equipe do Consórcio responsável pelo plano de comunicação nas comunidades, constituindo relações pessoais em que eram sempre trazidas as questões relativas às características do empreendimento e seus benefícios econômicos para a população local.

Para definir de que modo a pesquisa iria abordar os embates no campo da comunicação que se configuram no conflito ambiental em Santa Quitéria, fez-se necessária uma imersão mais prolongada no território para alcançar uma compreensão mais precisa sobre a percepção da população local sobre esses aspectos. Após a fase de qualificação da pesquisa, em abril de 2018, realizou-se mais um período de imersão no território, por cerca de 10 dias no mês de maio, no assentamento Morrinhos.

Inicialmente, a concepção metodológica desse trabalho trazia a proposta de realizar uma pesquisa qualitativa do tipo participante e pesquisa-ação (MINAYO, 2009; BRANDÃO, 2006; THIOLENT, 1983), reconhecendo que os sujeitos das comunidades em conflito ambiental são também detentores de conhecimento, sobretudo porque estão no cotidiano das relações em processo e constroem suas percepções, crenças e significados de valor igualmente importantes para a construção do conhecimento. Nossa intenção era a de analisar conjuntamente os aspectos relacionados aos processos comunicativos no contexto do conflito, no entanto, isso não foi possível devido a dinâmicas particulares dos territórios.

Redesenhamos o estudo e buscamos ampliar os seus objetivos. Se antes nossa intenção era a de analisar os processos comunicativos e os movimentos forjados pelos sujeitos localizados nos dois polos do conflito ambiental em Santa Quitéria, agora buscávamos compreender como essa experiência poderia aportar contribuições para pensar o lugar demarcado pela Comunicação nos contextos das disputas e das assimetrias inerentes ao modelo de desenvolvimento econômico brasileiro.

A pesquisa documental nos permitiu reunir e analisar os materiais de comunicação produzidos pela consultoria de comunicação do Consórcio Santa Quitéria, as notícias veiculadas na mídia impressa local a respeito do projeto de mineração (entre 2009 e 2015), bem como os produtos elaborados pelos sujeitos organizados em movimentos e entidades, pelos jovens dos territórios e por pesquisadores no intuito de difundir contra-narrativas a respeito do projeto de mineração. Essa etapa esteve mais especificamente relacionada ao

objetivo de entender as estratégias desenvolvidas por cada grupo de sujeitos envolvidos no conflito e o comportamento da mídia tradicional diante desse embate.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com comunicadores de três organizações que atuam junto a comunidades camponesas, quilombolas, indígenas e tradicionais e que têm na comunicação um importante campo de trabalho, adotando-a como estratégia central. São elas: a *Cáritas Diocesana – Regional Fortaleza*, o *Coleivo Urucum – Direitos Humanos, Comunicação e Justiça* e a *Rede Justiça nos Trilhos*.

Essas três organizações foram escolhidas porque, como dito acima, têm posicionado a Comunicação como elemento central em suas estratégias de atuação junto às comunidades com as quais trabalham, recorrendo não somente ao desenvolvimento de ações e à produção de materiais que visibilizem as questões e problemáticas com as quais atuam, mas também aos processos comunicativos enquanto recursos de formação e emancipação dos sujeitos.

A Cáritas tem desenvolvido projetos nas comunidades do Sertão Central Cearense, inclusive naquelas localizadas na região da Jazida de Itataia, e participou ativamente das movimentações forjadas no contexto da resistência ao projeto de mineração de urânio e fosfato, junto à Articulação Antinuclear do Ceará (AACE). Além disso, tem se destacado como referência de organização que destaca a comunicação em sua atuação, desenvolvendo importantes trabalhos de comunicação popular.

O Coletivo Urucum - Direitos Humanos, Comunicação e Justiça foi um parceiro fundamental da Articulação Antinuclear do Ceará (AACE), sobretudo entre os anos de 2015 e 2017, quando realizou projetos focados na Comunicação para colaborar com o processo de resistência das comunidades à mineração. O trabalho do coletivo está mais detalhado ao longo desta dissertação, na seção 5.1.

Da mesma forma, a Rede Justiça nos Trilhos foi escolhida pelo destaque da comunicação em seu trabalho. Apesar de não atuar no estado do Ceará, possui relevância por colaborar com comunidades que também vivenciam conflitos ambientais no contexto da mineração, no estado do Maranhão e na região Norte do país.

As entrevistas com a Cáritas e com o Coletivo Urucum foram realizadas pessoalmente, nos meses de julho e agosto de 2018, e a entrevista com a Rede Justiça nos Trilhos aconteceu via Skype, em julho de 2018. Os diálogos tiveram tempo de duração entre 1h30min e 2h00min.

As perguntas se referiam às seguintes questões: como se organiza o trabalho de comunicação na organização; qual a concepção de comunicação que orienta a atuação da entidade; quais são os desafios e estratégias adotadas; como se dá a relação com a mídia

tradicional; quais foram/são os principais obstáculos/falhas e ações bem sucedidas; como a organização acredita que a comunicação contribui na luta das comunidades; de que modo pensam que a comunicação deve ser trabalhada visando a promoção da justiça ambiental.

Junto a isso, realizamos observação participante durante o *Seminário Ciência, Universidade e Diálogo de Saberes: desafios à Justiça Ambiental*, ocorrido em março de 2018, a partir do qual fizemos a transcrição da gravação das discussões de um dos grupos de trabalho estabelecidos durante o seminário, cujo tema era *comunicação e incidência política*. Essas etapas nos auxiliaram no objetivo de conhecer como a comunicação tem sido trabalhada por organizações, entidades e movimentos em vista da promoção da justiça ambiental e de identificar e desenvolver referências orientadoras para a constituição de uma prática de *comunicação para a justiça ambiental*.

O texto da dissertação está organizado a partir de alguns versos escritos por um dos jovens educandos do *Projeto Juventudes do Campo*, apresentados após a realização de uma oficina de Comunicação, sob o título “Comunicação como forma de expressão”. As estrofes introduzem cada um dos três tópicos que compõem o capítulo a seguir.

## 5 COMUNICAÇÃO NO CONFLITO AMBIENTAL EM SANTA QUITÉRIA/CE

### 5.1 Como o Consórcio se anuncia / Como a sociedade se pronuncia

*O povo do nosso sertão  
Batalha todos os dias  
Tentando demonstrar  
Que esse consórcio só traz agonia  
Através de nossas vozes  
Vamos todos demonstrar  
Sem comunicação presente  
Não dá pra reivindicar  
Whatsapp e facebook  
Dá pra compartilhar  
Mostrar as grandes mazelas  
que podem nos acertar*

Conforme apresentado anteriormente, o Consórcio Santa Quitéria investiu tempo e recursos financeiros na contratação de profissionais com expertise para a construção da sua estratégia de comunicação, especialmente nos períodos que antecederam o processo de licenciamento ambiental e os momentos das audiências públicas ocorridas na região em novembro de 2014. Apresentamos a seguir um detalhamento do Plano de Comunicação<sup>7</sup> do consórcio, que foi elaborado pela empresa *Ouvidor Comunicação*, de Minas Gerais (MG). A proposta de trabalho está estruturada em quatro quadrantes e alguns princípios, discriminados abaixo:

#### FORMATÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO

*“A proposta de trabalho da Ouvidor Comunicação para o projeto Santa Quitéria está estruturada em quatro quadrantes. As ações são especificadas até a etapa de licenciamento.*

*Entretanto, a forma de atuação e de chegada da empresa na região visa estabelecer bases sadias da relação entre os empreendedores e a sociedade local/regional durante todas as etapas do projeto: licenciamento, implantação e operação.*

*Devido ao contexto histórico da jazida de Itataia, merece especial atenção a existência de extensão imaginário sobre o urânio e seus usos. É essencial que sejam fornecidas respostas adequadas para as inseguranças em relação ao projeto, com identificação de ações que correspondam aos anseios e expectativas da população.”*

<sup>7</sup> Sistematização em slides disponível online no endereço: <[https://prezi.com/tmnj7r\\_lgyso/santa-quitéria/](https://prezi.com/tmnj7r_lgyso/santa-quitéria/)> .

### **PRIMEIRO QUADRANTE: PREPARAÇÃO**

- I) *Entendimento do projeto. Esclarecimentos a serem repassados pela Galvani e pela INB;*
- II) *Análise do histórico das ações realizadas: atividades, material distribuído/veiculado;*
- III) *Análise de documentos que tratam de opinião pública, inclusive pesquisas e relatórios;*
- IV) *Validação do atual Plano de Comunicação. Analisar necessidade de alteração;*
- V) *Alinhamento com as áreas de comunicação das empresas do Consórcio. Definição de procedimentos de trabalho, responsabilidades e hierarquia.*

### **SEGUNDO QUADRANTE: PLANEJAMENTO DA AÇÃO**

- I) *Identificação dos segmentos de públicos a serem contatados;*
- II) *Definição de ações educativas/informativas sobre aplicação de fosfato e urânio. Parceria com órgãos municipais (educação, meio ambiente, agricultura);*
- III) *Definição de ações com o segmento produtivo da região (comércio, indústria e serviços);*
- IV) *Levantamento de órgãos políticos do estado que tenham ou possam vir a ter interface com o projeto;*
- V) *Definição de material informativo a ser produzido;*
- VI) *Validação do atual Plano de Comunicação. Analisar necessidade de alteração.*

### **TERCEIRO QUADRANTE: INÍCIO DA AÇÃO**

- I) *Visitas pessoais (corpo a corpo) com pessoas identificadas;*
- II) *Promoção de ações educativas junto a escolas e outros segmentos;*
- III) *Produção de material informativo;*
- IV) *Realização de palestras e reuniões com segmentos organizados (entidades de classe, clube de serviço, associações, dentre outros), com escopo específico para cada um. Necessidade da participação de técnicos que possam explicar sobre a atividade a ser desenvolvida;*
- V) *Contatos com órgãos de governo, líderes políticos que atuam na região;*
- VI) *Promoção de grupos de discussão (metodologia específica).*

### **QUARTO QUADRANTE: PERÍODO PRÉ-AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

- I) *Avaliação da necessidade de realização de nova pesquisa de opinião (quantitativa);*
- II) *Campanha de mídia;*
- III) *Reforço nas alianças estabelecidas;*
- IV) *Mobilização da comunidade;*

V) *Organização da logística do evento.*

## **PRINCÍPIOS**

*ARTIGO XIX: Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.*

O trabalho de apresentação e discussão do projeto à comunidade e pessoas envolvidas deve ser feito dentro dos princípios da "Declaração Universal dos Direitos do Homem" e de acordo com preceitos éticos da atividade de Relações Públicas.

As informações divulgadas pelo empreendedor serão pautadas na verdade. Será promovido o debate e a manifestação independente do pensamento, com respeito ao contraditório e estímulo ao livre arbítrio das pessoas.

*ARTIGO 28: Defender a livre manifestação do pensamento, a democratização e a popularização das informações e o aprimoramento de novas técnicas de debates é função obrigatória do profissional de Relações Públicas.*

Os quadrantes 3 e 4 são os que apresentam as fases em que ocorreram as ações que mais nos interessam nesta pesquisa. É importante destacar que, para o empreendedor, o Plano de Comunicação integra um conjunto de ações que marcam a “forma de atuação e de chegada da empresa na região”, com as quais deseja “estabelecer bases sadias da relação entre os empreendedores e a sociedade local/regional durante todas as etapas do projeto”.

O estabelecimento dessas relações se deu/dá, antes de tudo, por meio do convívio pessoal da população local com funcionários das empresas. Mesmo antes de conformar-se o *Consórcio Santa Quitéria*, no ano de 2010, a região já era frequentada por empregados das *Indústrias Nucleares do Brasil* (INB) e essas inserções de desconhecidos possíveis “exploradores” remontam ainda mesmo à década de 1970, quando funcionários da *Nuclebrás*, que posteriormente se tornou INB, já visitavam a região. Não se pode desconsiderar que essas antigas relações também marcam a memória das comunidades da região.

Nesse sentido, estava previsto no Plano de Comunicação a realização de “visitas pessoais (corpo a corpo) com pessoas identificadas” (quadrante 3). Essa é, provavelmente, a ação que mais alcançou as comunidades rurais localizadas no entorno da jazida, pois é a mais citada nos relatos de moradores locais quanto ao trabalho de comunicação da empresa. O diretor da *Ouvidor Comunicação*, empresa proponente do Plano, foi, pessoalmente, quem esteve presente por muitos momentos nas comunidades, tornando-se para elas uma das

principais referências de nomes da equipe do consórcio.

Na comunidade de Riacho das Pedras, município de Santa Quitéria, eram frequentes as visitas desse diretor à casa de uma das famílias mais antigas da região, considerada muito importante politicamente por ser a casa de alguns dos primeiros moradores da vila e por terem atuado ativamente nas lutas pela terra e pela emancipação dos trabalhadores do antigo patrão. Contam que buscava estabelecer relações de amizade e afetividade, participando de almoços e outros momentos junto à família e trazendo presentes. Os mesmos relatos se repetem no assentamento Morrinhos, onde contam que o diretor muitas vezes perguntava se as pessoas estavam se posicionando contra ou a favor do Projeto Santa Quitéria.

Junto a essas visitas, outros momentos frequentemente lembrados pelos moradores das comunidades camponesas da região são as palestras e reuniões promovidas pelo consórcio, especialmente com as associações comunitárias de cada comunidade/assentamento. De fato, o Plano de Comunicação previa a “realização de palestras e reuniões com segmentos organizados (entidades de classe, clube de serviço, associações dentre outros), com escopo específico para cada um” (quadrante 3), algumas das quais são noticiadas no *site* das *Indústrias Nucleares do Brasil*. Esses espaços mais “formais” somam-se às outras vezes em que, de forma “casual” e individualmente, ocorreram as visitas do Comunicador citado no parágrafo anterior, que em si já possibilitavam estabelecer uma série de diálogos e articulações com moradores e lideranças políticas locais.

Em 08/05/2014, alguns meses antes das audiências públicas – parte do processo de licenciamento ambiental – que se realizaram em novembro do mesmo ano, foi publicado no *site* da *INB* a notícia: “Consórcio leva informações à população sobre Projeto Santa Quitéria”. De forma bastante sintética, anuncia que o consórcio estava realizando diversas palestras durante uma semana nos municípios de Santa Quitéria e Itatira, em escolas, associações comunitárias, entidades comerciais e sindicatos, e quais temas eram explorados e de que forma.



Figura 1 - Notícia publicada no site das Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

Essa informação foi replicada em alguns veículos estaduais e locais. No jornal impresso *Diário do Nordeste*, que circula diariamente em todo o estado do Ceará, foi publicada no dia seguinte (09/05/2014) matéria com o título “Consórcio de Itaitira leva informações à população”<sup>8</sup>. No jornal *O Estado do Ceará*, também de alcance estadual, as ações só foram noticiadas no dia 12/05/2014, sob o título “Consórcio informa a população sobre o Projeto Santa Quitéria”<sup>9</sup>. Destaca-se que essas duas matérias, publicadas em dois grandes importantes veículos impressos do Ceará, apresentam pouca ou nenhuma edição do texto original divulgado pela INB. Elas reproduzem basicamente o mesmo conteúdo do texto oficial (*release*), com pequenas alterações de título, expressões e organização dos parágrafos.

Outra ação prevista no terceiro quadrante do Plano de Comunicação era o “contato com órgãos de governo, líderes políticos que atuam na região”. Uma parte do resultado dessas articulações pode ser visto nos *releases* publicados no *site* da INB em março e julho de 2014. Os dois divulgam a visita de representantes de municípios cearenses à Mina de Caetité, na Bahia, única unidade de mineração e beneficiamento de urânio em operação no Brasil. A primeira visita<sup>10</sup> foi realizada por uma comitiva composta somente por líderes políticos de Santa Quitéria: o prefeito de Santa Quitéria, Fabiano Magalhães de Mesquita; o secretário de Meio Ambiente, Homero Avelino de Lima Novaes; o Controlador do município, Renato

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://diarionordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/consorcio-de-itaitira-leva-informacoes-a-populacao-1.1012050>> . Acesso em 04/02/2019.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.oestadoce.com.br/economia/consorcio-informa-a-populacao-sobre-o-projeto-santa-quitiera>> . Acesso em 04/02/2019.

<sup>10</sup> Noticiada em “Autoridades de Santa Quitéria visitam Caetité”, de 25/03/2014. Disponível em: <<http://www.inb.gov.br/pt-br/Detail/Conteudo/autoridades-de-santa-quitiera-visitam-caetite-3577/Origem/593>> . Acesso em 04/02/2019.

Catunda Mesquita; e os vereadores Francisco Carlos Mesquita Ribeiro (presidente da Câmara de vereadores na época), Francisco Cordeiro de Farias, Francisco de Assis Ferreira Rodrigues, Hermelino Paiva Paulino, Leôncio José Muniz e Samuel Vaz Silva.

Já a segunda visita<sup>11</sup>, realizada em julho de 2014, foi fruto de articulação mais ampla, com participação de políticos e representantes da sociedade civil do município de Itatira. A comitiva era formada pelo prefeito de Itatira, pelo Secretário de Meio Ambiente, vereadores, um radialista, professores, um estudante e um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Itatira.

Ainda no bojo das ações do Consórcio com o objetivo de estabelecer relações e articulações locais, outros dois *releases* publicados no *site* da INB<sup>12</sup> informam sobre a participação do Consórcio Santa Quitéria em duas edições da *Feira do Comércio e Indústria de Santa Quitéria* (FECOISQ). O evento é promovido todos os anos pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), pelo SEBRAE e pela Prefeitura Municipal de Santa Quitéria, com o objetivo de fortalecer o comércio e a indústria locais.

Nos trabalhos de campo realizados durante a pesquisa, ao conversar com moradores das comunidades locais sobre as ações de divulgação do empreendimento na região, a participação do Consórcio nesses eventos se destaca como um momento em que, com um estande instalado na Feira, os empreendedores dialogam pessoalmente com cidadãos do município, comerciantes e empresários, distribuem materiais informativos e promovem palestras. Uma dessas palestras, promovida durante a edição de 2015 da Feira, tinha como título “*Como se tornar um fornecedor do Consórcio Santa Quitéria*”. O tema corrobora com a ideia de que a chegada do empreendimento vai possibilitar a geração de muitos empregos/trabalhos diretos e indiretos e alimentar a economia da região considerada “miserável”.

Os materiais informativos distribuídos em momentos como esses – as já citadas visitas, reuniões, palestras e articulações – também alcançaram as escolas públicas da região. Integrando o item “promoção de ações educativas junto a escolas e outros segmentos” (quadrante 3), a divulgação de cartilhas educativas temáticas fez circular em outra linguagem os dados, informações, argumentos e discursos do empreendedor. Os temas abordados em três

---

<sup>11</sup> “Municípios cearenses intensificam troca de experiências com Caetité”. Disponível em: <<http://www.inb.gov.br/pt-br/Detalhe/Conteudo/municipios-cearenses-intensificam-troca-de-experiencias-com-caetite-3804/Origem/593>> . Acesso em 04/02/2019>.

<sup>12</sup> “Projeto Santa Quitéria é citado durante solenidade de abertura da VI FECOISQ”. Disponível em: <<http://www.inb.gov.br/pt-br/Detalhe/Conteudo/projeto-santa-quitiera-e-citado-durante-solenidade-de-abertura-da-vi-f-4137/Origem/593>> ; “Consórcio Santa Quitéria participa da VII FECOISQ no Ceará”. Disponível em: <<http://www.inb.gov.br/pt-br/Detalhe/Conteudo/consorcio-santa-quitiera-participa-da-vii-fecoisq-no-ceara-4574/Origem/593>> . Acesso em 05/02/2019.

cartilhas foram: a) *Mais Alimentos, Desenvolvimento e Energia* (14 páginas); b); *Radiação: o que é isso?* (06 páginas); e c) *O caminho das Águas em Itataia* (02 páginas). Os materiais são compostos por textos curtos, que se pretendem claros e acessíveis popularmente, e bastante ilustração.

A capa da cartilha *Mais Alimentos, Desenvolvimento e Energia* é ilustrada por uma imagem que representa um cenário rural local, com as serras típicas da paisagem da região ao fundo, e um agricultor trabalhando no roçado. Um elemento inaugura uma possível mudança na paisagem real com a instalação do empreendimento: há presença de fios e torres de transmissão de eletricidade, em alusão à geração de energia elétrica a partir do urânio extraído da jazida de Itataia e ao aspecto que traduz a chegada do “progresso” e do “desenvolvimento” na região (energia elétrica). É discutível a investida neste tipo de discurso, já que a energia elétrica que se pode gerar a partir do beneficiamento do urânio não será produzida no Ceará. Aqui seria produzido apenas o *yellow cake*, concentrado de urânio que é matéria-prima para essa atividade, e que será enviado para o exterior e posteriormente retornará ao Brasil para utilização em usinas nucleares no sudeste do país. A presença desse elemento, entretanto, também pode estar associada com a chegada de energia elétrica na região por meio do “desenvolvimento” trazido pela implantação do empreendimento, que incluiria, além disso, a geração de empregos, a construção de postos de saúde, de estradas etc.

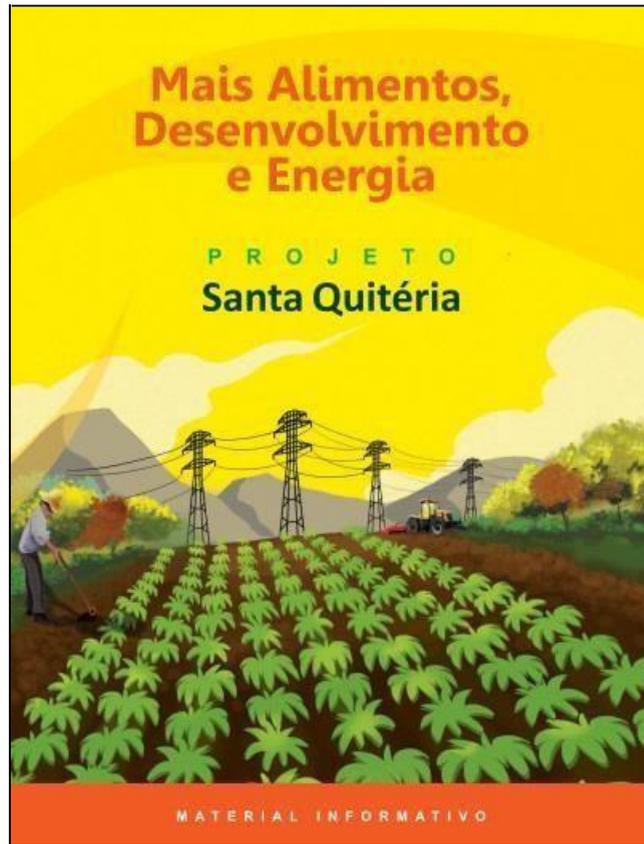


Figura 2 - Cartilha "Mais Alimentos, Desenvolvimento e Energia", produzida pela consultoria de Comunicação do Consórcio Santa Quitéria.

A primeira seção dessa cartilha traz uma página com três parágrafos introdutórios sobre a existência da jazida de Itataia em Santa Quitéria. Em poucas linhas, sintetiza a origem geológica das reservas de minérios na Terra, e localiza a jazida de Itataia sob "os angicos, juazeiros, catingueiras e imburanas", espécies vegetais da Caatinga típicas da região. Essa narrativa introdutória é seguida de mais informações específicas sobre as qualidades do urânio e do fosfato.

O nosso planeta se formou ao longo de milhões de anos. Nesse período a Terra passou por muitas transformações, provocadas por erupções de vulcões, movimentações de terrenos e mudanças do clima. Tudo isto fez com que os minerais que hoje conhecemos e utilizamos

- como o ouro, o ferro, a prata, o fosfato, o petróleo, por exemplo - se formassem e se concentrassem em alguns pontos da Terra. No solo de Santa Quitéria, debaixo dos angicos, juazeiros, catingueiras e imburanas, encontram-se milhões de toneladas de dois minérios que são raros na maioria dos países e por isso têm muito valor no mundo inteiro: o fosfato e o urânio (PROJETO SANTA QUITÉRIA. Mais alimentos, Desenvolvimento e Energia, 2014).

Na seção seguinte, “*A jazida*”, o texto trata de enfatizar que a quantidade em toneladas de reserva de fosfato é 800 vezes maior do que a de urânio. O destaque a essa informação se dá, em nossa apreensão, pelo fato de que as qualidades do minério de urânio são as que mais preocupam a população local e as organizações da sociedade civil, devido aos seus possíveis efeitos à saúde, principalmente cancerígenos.

Na página 08, mais uma ilustração complementa o cenário representado na imagem que ocupa a capa da cartilha. A "reconstrução" da paisagem do sertão após a chegada da mineração conta ainda com o retrato de uma família assistindo televisão na sala de sua casa. A "nova" aparência da casa moderniza o espaço residencial, assemelhando-o ao urbano. Ademais, o "progresso" é ainda simbolizado pela presença de um aparelho de TV grande e moderno e de um *notebook* nas mãos da criança mais nova da família representada. Através da janela, se vê replicada a paisagem do roçado com as torres de transmissão elétrica ao fundo.

Na seção "*Desenvolvimento Econômico e Social da Região*", declara-se que o Projeto Santa Quitéria vai possibilitar a criação de um "Polo Regional de Desenvolvimento" que, conforme o discurso, significa a chegada de uma série de "bônus" associados ao "desenvolvimento" local. Trata-se de:

- a) melhorias na infraestrutura de abastecimento de água, energia elétrica, educação básica, acesso rodoviário, telefonia, capacitação de mão de obra e apoio tecnológico;
- b) previsão de receita anual de R\$ 600 milhões a R\$ 1 bilhão;
- c) geração de R\$ 125 milhões/ano de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços;
- d) geração de empregos na fase de operação: 800 postos de trabalho diretos.

Essas são as promessas do desenvolvimento geralmente associadas aos contextos de conflitos e injustiças ambientais no Brasil. Não aparecem aí, entretanto, os ônus do "progresso" constatados por investigações científicas e articulações de movimentos sociais e entidades civis em busca da promoção da justiça ambiental em todo país.

Na cartilha “*Radiação: o que é isso?*”, o principal tema de preocupação da população local é trabalhado de modo a tornar as qualidades e características do urânio as mais naturais possíveis e semelhantes a outros elementos e minérios existentes e utilizados em diversas atividades humanas, inclusive na medicina, de modo que os riscos inerentes à radiação emitida são minimizados.

Finalmente, a cartilha “*O caminho das Águas em Itaitaia*” nos traz informações sobre

as fontes de abastecimento de água e os modos de sua utilização no Projeto Santa Quitéria. Entretanto, destaca-se que, embora seja um dos temas de maior importância, visto que o empreendimento está localizado na região do semiárido, a cartilha só contém 02 páginas e não informa sobre a **quantidade** de água que seria consumida pelo empreendimento.

O texto inicia reconhecendo a "importância da água para a vida no planeta", elencando seus usos para beber, cozinhar, manter hábitos saudáveis (banho, escovar os dentes etc.), na agricultura e na pecuária, trazendo em último lugar um "outro uso": o industrial. A opção por organizar a apresentação dos usos da água nesta ordem não corresponde ao que, de fato, cada um desses setores consome de recurso hídrico. Sabe-se que as atividades agropecuárias e industriais lideram o consumo de água no mundo (aproximadamente 70% e 22%, respectivamente), seguidas pelo uso doméstico (aproximadamente 8% do consumo total).

Além disso, na escala local, as atividades mineradoras e indústrias do *Projeto Santa Quitéria* também iriam consumir um volume de água muito maior do que o que é disponibilizado para as comunidades camponesas dali. Vejamos: as comunidades de Morrinhos, Riacho das Pedras e Saco do Belém são abastecidas com, respectivamente, 14, 36 e 96 carros-pipa por mês, enquanto que o empreendimento iria demandar para seu funcionamento uma quantidade de água equivalente a 125 carros-pipa por hora, ou seja, 37.500 carros-pipa por mês.

O texto ainda afirma que um dos planos é trazer água do açude Edson Queiroz, localizado no leito do Rio Groaíras, município de Santa Quitéria/CE, através de uma adutora que também vai "beneficiar" as comunidades locais como a de Riacho das Pedras e os assentamentos de Morrinhos e Queimadas. Porém, a quantidade de água necessária para o empreendimento representaria um aumento de 400% sobre a demanda deste açude, no contexto da escassez de água do semiárido nordestino.

Embora o formato de cartilha possibilite, de fato, uma comunicação com linguagem mais acessível, os materiais produzidos pelo consórcio apresentam informações vagas e incompletas. Além disso, não obstante o empreendimento estar sediado no estado do Ceará e apesar dos esforços do Consórcio Santa Quitéria de constituir vias de comunicação com a população, as informações de contato disponíveis ao fim dessas cartilhas são referentes a apenas um e-mail e um endereço na cidade de Paulínia, estado de São Paulo.

Quanto às discussões sobre a viabilidade hídrica do empreendimento, sublinhamos que a ausência de informações, mesmo que simplificadas, sobre o abastecimento hídrico do empreendimento nos materiais de comunicação do Consórcio refletem, de fato, a insuficiência e falhas no próprio processo de planejamento e de realização de estudos técnicos que

demonstrassem a garantia desse abastecimento sem ameaças ao fornecimento de água ao consumo humano.

Embora o empreendimento afirmasse que o abastecimento viria do Açude Edson Queiroz, por meio da construção de uma adutora, ao longo do processo de licenciamento ambiental se comprovou que não haviam dados plausíveis sobre isso.

Em audiência pública realizada no dia 07 de abril de 2014, na sede do município de Santa Quitéria, a Secretaria de Recursos Hídricos e a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do governo do estado levaram uma apresentação de slides com dados de um suposto relatório técnico comprovando a viabilidade hídrica do empreendimento.

Apesar de solicitações feitas pelo Núcleo TRAMAS através de ofício e pelo próprio Ministério Público Federal, esse estudo nunca foi apresentado integralmente, tendo sido fornecidos apenas a apresentação de slides e respostas vagas e insuficientes aos questionamentos do MPF sobre como se daria o fornecimento hídrico e a construção da referida adutora<sup>13</sup>.

Outro material produzido foi o boletim informativo "*Daqui Santa Quitéria*". A edição Nº 01, de janeiro de 2013, está disponível no site do Consórcio e traz as mesmas informações que estão nas cartilhas, de forma ainda mais sintetizada, em 04 páginas.

---

<sup>13</sup> Para mais informações sobre as controvérsias hídricas do empreendimento, ver Ribeiro (2016).



Figura 3 - Boletim Informativo "Daqui Santa Quitéria", produzido pelo Consórcio Santa Quitéria.

E, por fim, citamos o *site* do Consórcio Santa Quitéria<sup>14</sup>, que traz em sua página inicial o *slogan* que compõe a matriz do discurso que os empreendedores constroem sobre o Projeto: **A valorização das riquezas da nossa terra**. O trecho “riquezas da nossa terra” está presente tanto nas cartilhas temáticas quanto no boletim informativo e ao fim do vídeo institucional do Projeto Santa Quitéria, disponibilizado no *site*.

O vídeo é uma animação computadorizada de 03:10 minutos, hospedado na conta das Indústrias Nucleares do Brasil no *YouTube*, que apresenta visualmente a planta industrial do Projeto Santa Quitéria e as etapas de produção do empreendimento. Merecem destaque duas informações sobre a cadeia de funcionamento do empreendimento. No processo de beneficiamento do urânio, o *yellowcake* produzido em Santa Quitéria será enviado a outro país para mais uma etapa de beneficiamento antes de retornar ao Brasil como matéria-prima para a

<sup>14</sup> Consórcio Santa Quitéria: <<http://www.consorciosantaquiteria.com.br>> . Acesso em: 11/02/2019.

produção de energia elétrica em usinas nucleares. Em nenhum dos materiais verificados neste estudo está disponível a informação de qual país receberá esse *yellowcake* e apenas o vídeo supracitado informa que essas usinas nucleares estão localizadas no estado do Rio de Janeiro/Brasil.

O vídeo é concluído com a seguinte afirmação, transmitida em uma narração: *O Projeto Santa Quitéria vai contribuir para a melhoria da vida dos moradores e para o desenvolvimento de toda a região, com mais empregos, cursos de capacitação para o trabalho, mais água nas casas e mais recursos para as prefeituras.*

O site do Consórcio apresenta ainda uma aba intitulada “*Sustentabilidade*”, onde afirmam ser fundamental para a instalação e o funcionamento das atividades previstas no projeto a preservação do meio ambiente e da saúde das populações, e ainda que “a partir da identificação das áreas que deverão sofrer as maiores interferências com a implantação do empreendimento, foram propostas ações para prevenir, mitigar e controlar os impactos, bem como potencializar os aspectos positivos”.

O quadrante 04 do Plano de Comunicação trata de ações referentes ao período anterior à realização das audiências públicas do processo de licenciamento do empreendimento, ocorridas em novembro de 2014. Incluindo campanha de mídia, ações de mobilização e organização da logística para a participação das comunidades nas audiências, as ações relacionadas a esse quadrante incluíram a produção de diversas peças publicitárias radiofônicas veiculadas em emissoras locais e a disponibilização de transporte (ônibus) pelo Consórcio para garantir a presença das comunidades nas audiências.

Em entrevistas com moradores da região, eles nos relatam sobre as “propagandas que passavam na rádio”, em que apareciam falas de representantes do Consórcio Santa Quitéria e mensagens sobre a chegada do Projeto e de seus benefícios à região, mais uma vez destacando a geração de emprego, renda e tributos. Essas ações foram mais frequentes exatamente no período anterior às audiências públicas, e anunciavam a sua realização, convidando a população local a participar.

É importante destacar que, em nossa interpretação, o comparecimento de número considerável de cidadãos às audiências públicas não tem por consequência lógica a garantia de sua efetiva participação no processo decisório. Uma análise mais profunda desse momento está no trabalho de Montezuma (2015), mas para exemplificar relembramos que os diversos representantes institucionais presentes nas audiências tiveram, cada um, entre 15 e 40 minutos de exposição, enquanto o tempo oferecido ao público para fazer intervenções e perguntas foi de apenas 3 minutos por pessoa. A desigualdade no tempo de fala reflete as assimetrias de

poder entre os sujeitos envolvidos.

A partir da exposição feita até aqui, consideramos quatro aspectos que constituem a matriz do discurso construído pelo Consórcio:

- a) A explícita perspectiva desenvolvimentista que estrutura a concepção do empreendimento e as comunicações produzidas pelo Consórcio. Veremos mais adiante que essa visão se reproduz no discurso midiático, que tem na maior parte de suas produções representantes empresariais e autoridades políticas como fonte das notícias veiculadas;
- b) A investida em construir um processo de identificação e pertencimento do Consórcio Santa Quitéria com o lugar em que seria instalado o empreendimento, por meio do *slogan* “Riquezas da nossa terra” e da representação imagética da região;
- c) A centralidade da questão da segurança na operação do empreendimento, com informações sobre os procedimentos adotados. Consideramos, porém, que essas são informações vagas e que se sustentam muito mais na possível confiança do público em relação ao discurso empreendedor do que na veiculação de informações mais precisas sobre as ações previstas<sup>15</sup>;
- d) O objetivo de desconstruir o “imaginário” local sobre as características do urânio, o que constitui uma das maiores preocupações da população com relação aos riscos e impactos à saúde e ao ambiente.

Esses aspectos e os elementos até aqui expostos coadunam com o que afirma Bronz (2011), a respeito da busca dos empreendedores de alinhar em seus discursos as ideias de *desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e participação*. No entanto, no que pese especialmente à questão da participação, a autora destaca que, dentro da “cena participativa” nos processos de licenciamento ambiental, a verdadeira tentativa é a de “domesticar” possíveis conflitos sociais por meio de ações estratégicas que permitam prever comportamentos e estabelecer acordos antes dos momentos e espaços formais de participação dos processos de licenciamento, como as audiências públicas.

Além disso, no campo da *gestão estratégica dos impactos* dos empreendimentos, empresários e consultores trabalham com o objetivo de interferir na percepção dos atores sobre os efeitos dos empreendimentos, buscando garantir a conquista tanto da licença

---

<sup>15</sup> Sobre isso, sublinhamos o histórico de atuação das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) na única unidade de mineração e beneficiamento de concentrado de urânio em funcionamento atualmente no Brasil, localizada no semiárido baiano, no município de Caetité. Em operação desde 2000, a Unidade de Concentrado de Urânio de Caetité (URA-Caetité) é objeto de uma série de denúncias de irregularidades administrativas e operacionais, acidentes de trabalho e vazamentos de material radioativo. Melo (2015) expõe que a INB manteve em segredo casos de vazamento de *yellow cake*, opera com falta de transparência quando às práticas de gestão ambiental e sonega informações quanto aos riscos da atividade de mineração, problemáticas essas que são a causa de desconfiças de moradores e organizações locais com relação à empresa.

ambiental quanto da licença social, de modo que “a obtenção da licença social será uma decorrência da efetividade do discurso dos benefícios do ‘desenvolvimento econômico’ ” (BRONZ, 2011, p. 229). Desse modo, mais do que informar e colher informações sobre o empreendimento, as atividades de interlocução desenvolvidas no âmbito das estratégias dos empreendedores visam muito mais a constituição de uma rede de influências e relações (BRONZ, 2011, p. 315).

A seguir citamos um trecho do Plano de Comunicação do Consórcio relacionado ao último aspecto elencado quanto à matriz do discurso empreendedor (sobre o “imaginário” local): *Merece especial atenção a existência de extenso imaginário sobre o urânio e seus usos. É essencial que sejam fornecidas respostas adequadas para as inseguranças em relação ao projeto, com identificação de ações que correspondam aos anseios e expectativas da população.*

Frequentemente, os posicionamentos das comunidades e organizações civis da região de questionamento ao Projeto são considerados pelos empreendedores resultado da “falta de informação” e de “imaginário” popular não correspondente à realidade, demonstrando a perspectiva de desvalorização de seus saberes sobre seus lugares de vida, seus conhecimentos sobre as condições naturais do ambiente, as direções dos ventos, o curso das águas. A Comunicação construída pelo Consórcio Santa Quitéria em muito se assemelha com os “mandamentos para comunicar riscos aos cidadãos leigos” citados por Powell e Leiss (2005):

- o Tudo o que temos a fazer é conseguir os números corretos;
- o Tudo o que temos a fazer é fornecer os números para eles;
- o Tudo o que temos a fazer é explicar o que os números querem dizer;
- o Tudo o que temos a fazer é mostrar que eles já aceitaram riscos similares no passado;
- o Tudo o que temos a fazer é mostrar que é uma boa para eles;
- o Tudo o que temos a fazer é trata-los bem;
- o Tudo o que temos a fazer é torna-los nossos parceiros;
- o Tudo o que foi dito acima.

Baruch Fischhoff

(POWELL e LEISS, 2005, p.183).

Segundo estes autores, a questão da **linguagem** é influenciadora dos problemas relacionados à comunicação de temas que envolvem riscos. Há, de um lado, a “linguagem científica e estatística dos cientistas”, e de outro a “linguagem do público”, que seria “baseada na intuição”. Consideram ainda que a “avaliação pública” dos riscos deriva do contexto de suas próprias experiências cotidianas, e também que o contraste entre a linguagem dos “especialistas” e dos “cidadãos” está no fato de que se utilizam, respectivamente, de uma linguagem quantitativa e qualitativa. Assim, se expressam as desigualdades geradas pelo

sistema da racionalidade moderna e da colonialidade de saberes, que desacreditam desse “saber da intuição”.

Algumas contradições permeiam esse debate, sobretudo no que diz respeito à pretensão de verdade absoluta, neutra e imparcial da ciência, em detrimento dos modos de conhecimento, significados e experiências dos não-cientistas. Wynne (2014) sublinha que enquanto os cientistas e peritos técnicos estão ocupados em comprovar a segurança diante dos riscos associados a atividades danosas ao ambiente, ignora-se o fato de que as preocupações que constituem o pensamento do “público leigo” pode muitas vezes dizer respeito a outras questões que os *experts* ignoram, perpetuando uma prática de desvalorização desses saberes.

Importante destacar também o incoerente posicionamento frequente que os cientistas têm de valerem-se do conhecimento científico para tentar assegurar a proteção diante dos riscos ambientais, ao mesmo tempo em que costumam questionar semelhantes dados e metodologias científicas quando estes se propõem a demonstrar impactos de atividades ao ambiente e à saúde locais.

Não se trata, porém, de supervalorizar ou favorecer os conhecimentos populares em detrimento da ciência, ou de decidir quem sabe mais, mas de reconhecer que eles são capazes de levantar questões e preocupações para as quais a ciência não havia sido ou não é capaz de olhar, e que *ambos* assumem um lugar importante em discussões desse tipo.

Se, por um lado, os especialistas se baseiam em quantificações,

[...] o público espera que os especialistas entendam que são os danos aos indivíduos particulares que os preocupam acima de tudo; que algumas maneiras de adoecer e de morrer são mais temidas que outras; que, considerando-se as grandes bases de dados das substâncias químicas conhecidas, deveria haver mais certeza nas avaliações dos especialistas, ao contrário do refrão habitual de que “é preciso pesquisar mais”; que as opções de estilo de vida (com seus respectivos riscos) feitas voluntariamente são legítimas e não podem ser questionadas, enquanto são suspeitos os riscos involuntariamente impostos aos indivíduos; que os riscos e os benefícios muitas vezes não parecem ser distribuídos de forma equitativa; que os técnicos parecem condescendentes e arrogantes na sua relação com os não-especialistas; que obviamente não se pode confiar na franqueza dos especialistas empregados pelos governos e pelas indústrias quando eles falam sobre riscos; etc. (POWELL e LEISS, 2005, p. 105).

Relacionamos a questão da confiança do público no empreendedor com as *leis do discurso* apresentadas por Maingueneau (2011). Conforme o autor, a interação entre os sujeitos em diálogo é estruturada a partir da crença do destinatário de que o produtor de um enunciado está respeitando as “regras do jogo”, sendo uma delas a de que o enunciado transmitido é “sério” e “que foi produzido com a intenção de comunicar algo que diz respeito

àqueles a quem é dirigido. [...] cada um postula que seu parceiro aceita as regras e espera que o outro as respeite” (MAINGUENEAU, 2011, p. 31).

Ainda de acordo com o linguista, as *leis do discurso* estão sob um princípio de cooperação, segundo o qual a participação de um interlocutor em uma conversação deve estar de acordo com os objetivos da comunicação da qual se participa. Em nosso contexto de estudo, alguns dos objetivos dos processos de comunicação deveriam ser de fornecer informações corretas sobre o empreendimento e, mais importante ainda, de garantir a **participação** dos cidadãos impactados nos processos decisórios. Para garantir participação, não basta ampliar o alcance da chegada de informações à população, mas viabilizar também um processo de comunicação que não seja de mão única, isto é, que todos os sujeitos envolvidos possam, ao mesmo tempo, receber e produzir informação, possibilitando a veiculação de diferentes vozes, argumentos e opiniões, o que caracteriza um verdadeiro diálogo.

O que observamos especialmente nos contextos de conflitos ambientais no Brasil vai na contramão desse pressuposto. As interações sociais são marcadas por desigualdades econômicas, políticas e simbólicas, das quais fazem parte os processos comunicativos, perpetuando hegemonias e movendo-se conforme o embate de polos divergentes e de forças assimétricos.

Entretanto, a consciência da existência de expressões contra-hegemônicas e de manifestações resistentes às forças de dominação simbólica possibilita escapar do reducionismo que põe os sujeitos e grupos de menor capital simbólico na posição de audiência passiva. “Sem subestimar a reverberação do ideário dominante nos canais midiáticos, sabemos que existem respostas, interações e assimilações diferenciadas por parte do público consumidor, em função de diferentes capitais econômicos, culturais, escolares, familiares etc” (MORAES, 2010, p. 70).

É desde essa perspectiva que a teoria da comunicação tem se desenvolvido, especialmente na América Latina, a partir da década de 1980. Os estudos culturais e a teoria das mediações, que tem como expoente o colombiano Jesús Martín-Barbero, trouxe

para o centro da cena teórica a cultura, o cotidiano e as táticas e estratégias de apropriação da comunicação midiática e institucional. Os estudos de recepção exigiram maior conhecimento dos grupos sociais e seus contextos. As novas tecnologias e as perspectivas da sociedade da informação e do conhecimento ampliaram a discussão sobre a relação entre comunicação e poder. A teoria social dos discursos, que fala da produção social dos sentidos, começou a conquistar adeptos entre aqueles dedicados à reflexão da prática social (ARAÚJO & CARDOSO, 2007, p. 56).

Jesús Martín-Barbero opõe-se aos modos de pensar que resultam de um “otimismo tecnológico” e na crença do poder dos meios de comunicação, que legitimam uma *onipresença mediadora do mercado* e invisibilizam qualquer questionamento da ordem social, os quais compõem “o projeto hegemônico que nos faz submergir numa crescente onda de fatalismo tecnológico” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 12).

O conceito de *mediação* é central e permite expandir o olhar dos *meios* para as *mediações*, pensando a comunicação em articulação com os elementos do ordenamento social e histórico. A comunicação, portanto, torna-se uma questão de cultura, menos de conhecimento e mais de *reconhecimento* (ARAÚJO, 2009).

Conforme Araújo (2009), “a mediação é a propriedade exercida pelo elemento que possibilita a conversão de uma realidade em outra”, derivando de uma série de relações existentes nos processos comunicativos. São relações assimétricas e de confronto, em que são desiguais os capitais simbólicos dos diferentes interlocutores.

Essa perspectiva busca superar teorias e modelos de comunicação que a simplificam em torno da simples emissão de uma mensagem a um receptor, como o *modelo informacional* da comunicação, que considera que o processo se define na ação de um emissor que envia uma mensagem para um receptor, através de um canal, de modo a evitar ao máximo os ruídos<sup>16</sup>.

Esse modo de pensar é bastante problemático. Entre outras distorções, produz uma prática sem escuta e sem diálogo, que atribui o direito de voz e expressão apenas ao emissor [...], silenciando a maioria. [...] ao preconizar apagar os ‘ruídos’, expurga a diversidade, as diferenças, as muitas vozes sociais que estão presentes em qualquer situação vivida. Somando-se a isto sua linearidade, o modelo dificulta a compreensão da natureza em rede dos processos comunicacionais (ARAÚJO & CARDOSO, 2007, p. 47).

O conceito de mediação e os estudos de recepção vão de encontro a este reducionismo, reivindicando o lugar *ativo* da recepção e os aspectos *relacionais* do processo comunicativo, que não se resume a emissão ou transferência de informações de um sujeito a outro, mas que se constitui essencialmente por processos de *produção de sentidos* e por interações simbólicas entre interlocutores com poderes assimétricos.

---

<sup>16</sup> Também conhecido por modelo de Shannon-Weaver, foi apresentado em 1948, com o intuito de melhorar a eficiência da comunicação entre forças militares. É problemática a visão linear, unidirecional e bipolar deste modelo. Em termos práticos, sua aplicação aos modos de pensar, planejar e fazer comunicação leva à ideia de que o processo limita-se à transferência de informações a receptores que nada sabem. Ainda, essa perspectiva está relacionada com o contexto do fim da Segunda Guerra Mundial, quando havia o objetivo de acabar com a pobreza e evitar a disseminação do comunismo. Para isso, seria preciso combater a falta de informação, educação e promover “atitudes adequadas ao progresso”, processo relacionado intimamente com a comunicação, que entrou como elemento chave na ideia de alavancar o desenvolvimento na América Latina, Índia e África.

[...] apostamos que as pessoas, ocupando sempre diferentes lugares de interlocução, não se apresentam ao consumo simbólico de uma forma homogênea e estável, mas que os movimentos e modos de apropriação (portanto, de produção dos sentidos) vão se constituindo mediante os múltiplos processos interativos. Essas apropriações determinarão modos diferentes de agir sobre a realidade [...]. apostamos também que a comunicação é um processo permanente de negociação e que não existe uma relação causal e mecânica entre receber e compreender uma mensagem e mudar o comportamento (ARAÚJO, 2009, p. 46).

Ancorada nesta compreensão, Inesita Soares de Araújo (2009) concebe a comunicação como processo de produção, circulação e apropriação de bens simbólicos. Esses três elementos constituem um *espaço discursivo*, em que há disputa e negociação de sentidos entre os sujeitos. Há um

[...] fluxo contínuo de informação e saberes entre pessoas e comunidades discursivas (MAINGUENEAU, 1993; ARAÚJO, 2000), desfazendo a polaridade produção-recepção característica dos modelos informacionais. [...] Por esta perspectiva, a comunicação opera como um mercado, no qual as comunidades discursivas negociam bens simbólicos – seu modo de perceber e classificar o mundo e a sociedade, em busca do poder simbólico (BOURDIEU, 1989), o poder de constituir a realidade (ARAÚJO, 2009, p. 44).

É nesse mercado onde o poder de produzir e de fazer circular os discursos é distribuído, de forma desigual. Araújo (2009) considera que há um *centro* e uma *periferia* discursivos, espaços diferenciados por uma escala de poder, onde estão situados os agentes sociais, que desenvolvem estratégias de aproximação com o centro, isto é, a posição máxima de poder na comunicação.

Para alcançar uma condição mais democrática destaca-se a urgência da garantia do Direito à Comunicação, que, conforme Marinoni (2015), se configura como um núcleo orientador e integrador dos direitos à liberdade de expressão, à informação e à participação nos processos decisórios. No atual cenário brasileiro, “os indivíduos só podem ter (quando têm) acesso, de fato, ao campo aberto dos debates públicos através da mediação de um pequeno grupo de empresas privadas, que possuem a prerrogativa de selecionar, filtrar, editar e obstruir a expressão que passa pelos “seus” canais” (MARINONI, 2015, p. 04).

Concordamos com Dias (2010), para a qual a democratização da comunicação deve ir além da democratização dos *meios* de comunicação, “porque este processo está vinculado ao próprio processo educativo transformador. O que o torna educativo é exatamente seu conteúdo crítico, emancipador e reivindicativo” (p. 266).

Complementa-se a isso a perspectiva de que a defesa do direito à informação e à comunicação é indissociável do direito à saúde (ARAÚJO & CARDOSO, 2007). Particularmente porque esta pesquisa é gestada no bojo das experiências no Núcleo

**TRAMAS/UFC** – que tem, sobretudo no campo da **Saúde Coletiva** e na **Saúde e Ambiente**, os fundamentos da sua práxis nos territórios em que atua – costuramos esse debate com o campo de reflexão e ação da **Comunicação & Saúde**, a partir de Araújo e Cardoso (2007), que trazem compreensões construídas a partir da experiência do *Laboratório de Pesquisas em Comunicação e Saúde – Laces*, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Sua construção teórico-metodológica tem por fundamentos as relações de poder simbólico e de mediação, bem como a compreensão da comunicação enquanto processo de produção, circulação e apropriação de sentidos. Aqui, a comunicação é mais que um instrumento a serviço da saúde, unindo-se a este campo de modo que o direito à comunicação e o direito à saúde tornam-se uno.

Direito esse que não é apenas o de *receber* informações pertinentes às questões de saúde, mas que infere o aspecto *relacional* da comunicação, de modo que se busca enxergar as diferentes posições de poder entre os agentes nas trocas simbólicas. O enfoque apenas no âmbito da *produção* da comunicação está nos modelos mais correntes de comunicação – como no modelo informacional, citado anteriormente – que a reduz à transferência de conteúdo de um polo a outro. A proposta é a de olhar para o *ciclo produtivo* da comunicação, o que leva à noção de *mercado simbólico*, no qual “uma estratégia de comunicação pode, então, ser vista como o modo como se participa” desse mercado. O espaço da *circulação* é aquele “que confere existência aos produtos simbólicos”, e a *apropriação* é o lugar “que define se a comunicação se realiza ou não e que sentidos finalmente dela resultarão” (ARAÚJO & CARDOSO, 2007, p. 74-75).

Visualizando esse circuito, trazemos a seguir algumas descrições e reflexões acerca de uma produção outra de comunicação no contexto do conflito ambiental em Santa Quitéria/CE, que diz respeito ao lugar das contra-hegemonias. Referimo-nos às experiências de comunicação popular/comunitária/alternativa, sublinhando que, apoiados em Peruzzo (2010), essas três denominações serão consideradas, opondo-se a delimitações rígidas entre elas, uma vez que se entrelaçam nas ações conduzidas pela sociedade civil. Se expressam em produções de rádio, vídeo, televisão, comunicações por meio de alto-falante, *internet*, panfleto, faixas, cartazes, poesia de cordel, teatro popular etc.

A comunicação alternativa representa uma **contra-comunicação**, ou uma outra comunicação, elaborada no âmbito dos movimentos populares e “comunidades”, e que visa exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e, assim, democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, de modo a contribuir para a transformação

social. [...] São experiências comumente denominadas também de comunicação participativa, dialógica, educativa, horizontal, comunitária ou radical, embora existam diferenças de perspectiva política (uns querem combater os governos e as estruturas do modo de produção capitalista, outros buscam solucionar problemas sociais imediatos, por exemplo) e no modo de produção de seus conteúdos (uns mais participativos, outros dirigidos por pequenos grupos etc.) Trata-se de uma comunicação provinda de segmentos populacionais subalternos e que também pode ser percebida em suas singularidades a partir de outros ângulos, como a partir do conteúdo, do formato, da propriedade e controle coletivo da gestão, do nível de participação popular, público destinatário que se converte em emissor, finalidade, linguagem etc. [...] Estamos falando, pois, de uma comunicação que se vincula aos movimentos populares e outras formas de organização de segmentos populacionais mobilizados e articulados e que têm por finalidade contribuir para a mudança social e a ampliação dos direitos de cidadania. Assim sendo, um fator importante desse processo diz respeito à contextualização, ou seja, são experiências inseridas nas dinâmicas mais amplas de mobilização social com vistas à consecução de direitos de cidadania, tanto sociais como econômicos e políticos (PERUZZO, 2010, p. 16-19).

Os primeiros materiais produzidos pela sociedade civil organizada sobre a chegada do empreendimento na região foram a cartilha “*No Ceará, a peleja da vida contra o urânio*” e o documentário “*De Caetité (BA) a Santa Quitéria (CE): as sagas da exploração do urânio no Brasil*”. Ambos foram realizados por organizações civis reunidas na **Articulação Antinuclear do Ceará** (AACE), formada em 2011 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela Cáritas Diocesana de Sobral e pelo Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde da Universidade Federal do Ceará (TRAMAS/UFC).

A cartilha, produzida pela Cáritas, foi lançada no ano de 2013 e expressa uma tentativa de diálogo com as populações da região da jazida de Itataia com uma linguagem acessível. A cartilha é um formato bastante utilizado por organizações não governamentais e entidades civis que trabalham com comunidades e investem em estratégias de comunicação popular para viabilizar interações comunicativas mais eficazes com seus parceiros.

A publicação da Cáritas nasceu de demandas por informações das próprias comunidades camponesas que vivem no entorno da área do *Projeto Santa Quitéria*, que, ao ouvirem falar da possibilidade de exploração dessa jazida há tanto tempo, manifestaram suas preocupações com relação aos seus impactos, principalmente à saúde.



Figura 4 - Cartilha "No Ceará A Peleja da Vida Contra o Urânio", produzida pela Cáritas Diocesana de Sobral.

O sumário da cartilha é composto pelas seguintes seções: I) O chão de beleza merece ser respeitado (apresentação); II) Territórios ameaçados; III) Urânio, fosfato, energia nuclear - o que é?; IV) Energia cara e perigosa: como o nuclear é explorado no Brasil?; V) As ameaças do presente que temos em Caetité; VI) Caminhos de luta da Articulação Antinuclear do Ceará; VII) Resistências camponesas; VIII) Nas "tramas" da pesquisa-ação; IX) Alternativa camponesa à Mina de Itaitaia.

Nessa apresentação temos ainda o seguinte parágrafo, que demonstra que a produção da cartilha resulta de um processo dialógico e de um trabalho conjunto:

Agradecemos às mulheres, homens, jovens, crianças das comunidades de Caetité e Santa Quitéria que nos contaram suas histórias de vida, muitas vezes de sofrimento e dor, mas, também de um bem viver feliz no semiárido. Somos gratos as/aos ativistas sociais e todas/os que contribuíram para esta realização (CÁRITAS DIOCESANA DE SOBRAL, 2013, sumário).

Em seguida, a primeira seção (*O chão de beleza merece ser respeitado*) abre com versos de Chico Paiva, agricultor da Vila de Riacho das Pedras (Santa Quitéria), sábio e poeta local, que costuma ter suas rimas, típicas dos cordéis e repentes nordestinos, inspirando a comunicação produzida pela Articulação Antinuclear do Ceará (AACE) nesse processo de enfrentamento ao projeto de mineração.

A cartilha faz uma crítica à chegada do empreendimento na região “em nome do desenvolvimento” e ressalta as culturas e o modo de vida camponeses do lugar. Objetiva ser “um instrumento capaz de criar debates nas comunidades, instituições, movimentos, igrejas, enfim, qualquer ser humano atingido pelo projeto de Itaitaia ou qualquer outro projeto imposto

pelo Estado brasileiro” (CÁRITAS DIOCESANA DE SOBRAL, 2013, p. 04).

Destacamos o trecho em que apresenta a Articulação Antinuclear do Ceará e conta do seu surgimento, bem como dos seus objetivos e princípios. Conforme o texto, a AACE nasce no ano de 2011 “com a ideia de contribuir e proporcionar o debate sobre os impactos socioambientais da Mina de Itataia e, ao mesmo tempo, criar alternativas de enfrentamento e construir caminhos concretos capazes de empoderar as famílias das comunidades atingidas diretamente” (CÁRITAS DIOCESANA DE SOBRAL, 2013, p. 03).

Apresenta-se como princípios básicos de ação da Articulação:

- Formação e mobilização das comunidades atingidas diretamente;
- Contribuir na divulgação dos impactos ou antecipação de riscos;
- Intercâmbio entre as comunidades atingidas no Ceará e as comunidades de Caetitê na Bahia;
- Acompanhamento do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) que está sendo feito pelo IBAMA<sup>17</sup>;
- Realizar atividades e ações que possam contribuir no enfrentamento da implementação da Mina junto às comunidades. (CÁRITAS DIOCESANA DE SOBRAL, 2013, p. 04)

Em nossa avaliação, embora esteja composto por fotografias, ilustrações e citações de versos, o material ainda impõe alguns obstáculos de acessibilidade direta, por conter muito texto escrito, especialmente às agricultoras e aos agricultores locais que são em sua maioria analfabetos. Porém, ressaltamos o caráter dialógico da produção, em que o próprio processo de identificação de demandas de informações e de colheita de dados sobre a região e sobre o *Projeto Santa Quitéria* já possibilita a todos os interlocutores a participação na seleção dos elementos que iriam compor a cartilha e o conhecimento das questões levantadas.

Por sua vez, o documentário "*De Caetitê (BA) a Santa Quitéria (CE) - As sagas da exploração do urânio no Brasil*", coordenado pelo Núcleo TRAMAS/UFC e também lançado em 2013, explora outra linguagem para discutir as preocupações pertinentes ao possível início de uma exploração mineral. Com 01h05min de duração, traz a seguinte sinopse:

Partindo da experiência narrada por agricultores e agricultoras, lideranças comunitárias, agentes de pastoral, ambientalistas, religiosos/as, estudiosos/as e cientistas, é possível ter ideia das sagas da exploração do urânio no Brasil no século XXI.

Diferente do que anunciam as grandes campanhas publicitárias ou agências do governo brasileiro envolvidas na atividade, há muito mais a ser conhecido. O drama de famílias que perderam a possibilidade de viver da produção no campo pela proximidade com a mina, a eclosão de doenças que são invisibilizadas pela convivência ou omissão dos serviços públicos de saúde, o assédio moral vivido pelos trabalhadores da mineração, a poluição das águas, a perda da terra são alguns dos elementos que não aparecem numa primeira vista d'olhos a essa questão.

---

<sup>17</sup> Lembramos que o processo de análise para a concessão da licença prévia ao empreendimento já foi arquivado pelo IBAMA, no início de 2019.

O documentário produzido pelo Núcleo Tramas da UFC, em parceria com a Articulação Antinuclear do Ceará, tem por objetivo mostrar, a partir da experiência da exploração de urânio em Caetité, na Bahia, as possíveis consequências para a projetada exploração da mina de Itataia, na divisa entre os municípios de Santa Quitéria e Itatira, no Ceará.

Nesse sentido, promove o diálogo entre os sujeitos dos dois estados nordestinos, na tentativa de evitar que as populações cearenses vivam os impactos que hoje são sofridos pela população baiana do entorno da mineração de urânio.

Os esforços envidados são no sentido de realmente alertar a população, não só a das comunidades e municípios envolvidos no drama em que se revela esse tipo de exploração, mas a sociedade de um modo geral para a corresponsabilidade na mobilização para a exigibilidade dos direitos das populações impactadas. No tocante aos governos, o documentário é um recado — das comunidades já impactadas e das que não desejam ser — que intenta advertir e pressionar os poderes públicos instituídos a revisar os critérios de investimentos de recursos públicos em atividades degradadoras, poluentes e desarticuladoras dos modos de vida das populações onde se instalam os empreendimentos de exploração de urânio.

Explorando outras linguagens para discutir as preocupações pertinentes ao possível início de uma exploração mineral, o Núcleo TRAMAS/UFC coordenou, por sua vez, a produção de um documentário intitulado "*De Caetité (BA) a Santa Quitéria (CE) - As sagas da exploração do urânio no Brasil*" (2013, 01h05min) e de uma série de infográficos que sistematizavam de forma visual as informações sobre o *Projeto Santa Quitéria* consideradas mais importantes, relativas aos possíveis impactos ao ambiente e à saúde, ao volume de consumo de água etc. Esses infográficos foram impressos e expostos durante a realização das audiências públicas do processo de licenciamento ambiental, em 2014.



Figura 5 - Arte da Capa do documentário produzido pelo Núcleo TRAMAS/UFC.



Figura 6 – Infográficos produzidos pelo Núcleo TRAMAS/UFC com informações sobre o Projeto Santa Quitéria, que foram divulgados nas redes sociais e expostos em versão impressa nas audiências públicas em Santa Quitéria e Itatira (2014).

Em 2015, mais uma organização se une à Articulação Antinuclear do Ceará, fortalecendo o lugar da Comunicação no enfrentamento e na resistência ao projeto de mineração. O coletivo *Urucum – Direitos Humanos, Comunicação e Justiça*, com apoio financeiro do Fundo Brasil de Direitos Humanos, inaugurou sua atuação na região com o projeto “*Campanha Antimineração no Ceará: em defesa dos territórios camponeses*”, realizado entre 2015 e 2016.

A Urucum tinha esse propósito de atuar em espaços onde a gente via faltar aspectos em conflitos específicos. Em Santa Quitéria, a gente sentia que estava faltando uma força maior na comunicação. Já tinha vários atores lá, com trabalho de base e político super importante, mas a gente sabia que faltava divulgar isso. As pessoas não tinham ideia nem do empreendimento, do que implicava a sua construção para o estado e para o território. A gente sabia que as pessoas não tinham noção disso até porque a gente também nem sabia direito. Fomos nos apropriando da temática ao longo do processo. Não é uma temática fácil, é técnica. Isso era muito importante para a gente: como a comunicação vai atuar nesse papel de tornar uma informação tão técnica e tão difícil de compreender e de apreender em algo mais fácil? Uma das questões muito importantes para nós sempre foi essa: a de traduzir a informação. Como pegar esses dados brutos, como falar sobre urânio, impactos tão enormes de uma forma que seja de fácil compreensão e que dê para alertar as pessoas também. Foi bem desafiador porque tem toda uma linguagem técnica, como você vai falar de meia vida de um elemento radioativo, de nuvem tóxica, de uma série de dados técnicos que são difíceis de falar e de as pessoas perceberem a sua materialidade (COLETIVO URUCUM, 2018. Entrevista concedida a autora).

As ações da Urucum no sertão central cearense expressam experimentos em novas formas de fazer comunicação no âmbito popular e ativista, corroborando com a percepção de que “ultimamente, mais precisamente no início deste século observa-se uma retomada crescente de iniciativas de comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil, e agora incorporando inovadores formatos e canais de difusão possibilitados pelas novas tecnologias de informação e comunicação” (PERUZZO, 2010, p. 19).

Os objetivos do projeto de 2015/2016 se articulavam entre dois eixos principais: Acompanhamento Jurídico do processo de licenciamento ambiental e Comunicação. Entendendo que “*sem comunicação presente não dá pra reivindicar*”, o coletivo Urucum intentou inserir a dimensão da Comunicação de forma mais estrutural na atuação das organizações e não apenas como “acessório final” de divulgação de ações.

Em entrevista, o coletivo explica seu surgimento, no ano de 2011, a partir da identificação da necessidade de ampliar o alcance dos debates promovidos pelas organizações civis de modo que elas pudessem comunicar melhor suas pautas com a sociedade.

Era uma demanda, de que precisávamos inserir a comunicação na agenda da atuação

da ONGs, porque é uma coisa que realmente tem faltado. [...] A comunicação seria uma coisa que atravessasse todo o trabalho da Urucum. [...] A ideia era ocupar esse vazio, essa demanda que existia e a gente não via os coletivos ou ONGs trabalhando com comunicação diretamente. Sempre era uma coisa "ah, vamos fazer um vídeo". Fazia tudo e, no final, um vídeo. A gente sabe que não funciona bem assim. A Urucum nasceu mesmo com a ideia de incorporar a comunicação como uma prática da ONG e não como uma coisa que você vai fazer depois de tudo, para registrar. Esse era o nosso grande desafio, pra não ser só uma ferramenta de divulgação. A nossa intenção era como incidir politicamente a partir do que a gente produzia enquanto coletivo, de dados, de inserção territorial, de articulação política... (COLETIVO URUCUM, 2018. Entrevista concedida a autora).

A questão fundamental era: *como trabalhar a Comunicação como estratégia política?*

Em seu gestar, a Urucum inspirou seu trabalho e formou parcerias com outras organizações de comunicação como o *Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social*, o coletivo *Nigéria Filmes* e a ONG estadunidense *Witness*. Desses contatos emergiu a ideia da utilização do vídeo como dispositivo político para a reivindicação de direitos e a denúncia de violações de direitos humanos. No Brasil, a prática do vídeo ativismo se disseminou com os protestos que ocorreram por todo o país em 2013, quando mesmo os celulares modernos, os *smartphones*, serviram para, não só ativistas e comunicadores, mas também os cidadãos comuns registrarem as ações e denunciarem violações de direitos humanos.

A estratégia do *video advocacy*, aprendida da ONG *Witness*, foi a que buscaram desenvolver em sua atuação no sertão central cearense. Essa perspectiva “corresponde a um processo de integração de vídeo em um esforço jurídico para alcançar maior visibilidade ou impacto em uma campanha” (CALDWELL, 2005, p. 3 apud SOUSA e MAIA, 2016).

A gente quis se apropriar também desse *video advocacy*, que pensa a comunicação de maneira mais estratégica, que foi o que a gente tentou fazer nos dois projetos que a gente desenvolveu em Santa Quitéria. A estratégia é mais ou menos assim: você mapeia quem é o tomador de decisão, a autoridade, instituição ou empresa que pode incidir sobre o problema diretamente. Você mapeia esse ator e vai construir camadas de pressão sobre ele. Se é uma empresa, você pode pressionar os consumidores para que não consumam esse produto caso ele siga mantendo tal atividade ou violando direitos. São várias fases. [...] Isso envolve produção de material gráfico, campanhas, memes, trabalhamos com vídeo, postagens, *site*, uma série de coisas para poder movimentar uma campanha de comunicação (COLETIVO URUCUM, 2018. Entrevista concedida a autora).

No primeiro projeto da Urucum no sertão central cearense, realizado entre 2015 e 2016, o eixo de Comunicação tinha como objetivo “realizar uma campanha comunicacional para traduzir e difundir informações sobre os riscos e danos da exploração de urânio e fosfato no Ceará” e era composto pelas seguintes ações:

- 1) Realização de uma reportagem em quadrinhos sobre os impactos da obra

sobre o território e as experiências de convivência com o semiárido existentes no local;

- 2) Elaboração de material de informação e mobilização sobre o empreendimento;
- 3) Utilização do Facebook para ecoar o conteúdo hospedado no site e fornecer informações de maneira mais ágil;
- 4) Produção de vídeos.

A experiência com *videoadvocacy* se expressou na produção de uma série de três vídeos resultantes de uma entrevista com a Professora Dra. Raquel Rigotto, coordenadora do Núcleo TRAMAS/UFC: o primeiro apresenta o que é o *Projeto Santa Quitéria*; o segundo discute os impactos do Projeto; e o terceiro traz as *alternativas possíveis*.

Nossa ideia, muito inspirada no TRAMAS, não era só dizer Não, mas também dizer Sim a outras formas de vida, de trabalho, como pensar em não só negar o empreendimento, mas valorizar as formas de vida e de trabalho que já existiam e continuam existindo nos territórios. Fizemos mais um vídeo na segunda parte do projeto, que foi sobre a água, com uma entrevista com várias pessoas durante a II Jornada Antinuclear do Ceará. Essa é uma questão que foi se mostrando muito forte no processo inteiro pra gente. Como a questão da água e da alimentação era algo que podia ser muito divulgado inclusive enquanto comunicação. A gente começou a pensar nessa questão como algo que chamaria a atenção. Não era só falar sobre os impactos nas comunidades, como o processo é desigual, porque isso mobilizava, mas não tanto. Dizer que vai contaminar a água tem um impacto muito forte na vida das pessoas (COLETIVO URUCUM, 2018. Entrevista concedida a autora).

Foi lançado ainda um quarto vídeo dentro do primeiro projeto da Urucum na região, chamado “*Mineração e crise hídrica em Santa Quitéria/CE*”<sup>18</sup>, produzido durante a II Jornada Antinuclear do Ceará, na Vila de Riacho das Pedras, em 2016. Há entrevistas com representantes de entidades religiosas atuantes na região, ONGs, movimentos sociais e pesquisadores, abordando o tema específico dos impactos da instalação do empreendimento para a água na região, com riscos de agravamento da escassez de água e de contaminação da água consumida pelas comunidades. As falas são intercaladas com registros do ato público que concluiu a II Jornada Antinuclear do Ceará, nas ruas da sede do município de Santa Quitéria.

O coletivo investiu nas redes sociais para divulgar os materiais produzidos, mas começou a encontrar dificuldades no que diz respeito à democratização da informação no espaço virtual de fato.

[...] a gente aprende que a *internet* é esse campo aberto, fluido, que todo mundo tem

<sup>18</sup> <<https://www.youtube.com/watch?v=T7g3gl-iwpA>> . Acesso em: 19/02/2019.

acesso, mas não é assim. Está cada vez mais longe disso. [...] a gente esbarrou em uma grande dificuldade que foi a mudança no algoritmo do *Facebook*. O compartilhamento não tinha mais o mesmo alcance, aí você acaba tendo que patrocinar uma publicação, mas se você patrocina uma vez e depois publica algo não patrocinado, ele vai ter menos visualização ainda do que antes de você ter patrocinado. A ideia é criar uma lógica de sempre alimentar aquela rede, mas monetizando. [...] Não queríamos depender da mídia tradicional, ao mesmo tempo descobrimos que a *internet* não é esse mar de flores que a gente achava que era. A gente chegou nas comunidades e viu que várias pessoas não tinham acesso direto às redes sociais, que tinham que ir à escola para acessar. E aí já batia de frente com o público que a gente estava trabalhando. Não fazia sentido fazer uma campanha enorme só nas redes quando os principais impactados não tinham acesso a essas redes como a gente tinha aqui no celular direto. Como fazer?! [...] Acho que no *Facebook* a gente patrocinou algumas publicações, e nas comunidades a melhor atuação foi quando decidimos fazer a oficina de quadrinhos (COLETIVO URUCUM, 2018. Entrevista concedida a autora).

Diante da tensão entre as potencialidades e os desafios do uso da *internet*, outro material produzido pela Urucum explorou diferentes possibilidades de linguagem, formato e suporte de comunicação. A produção da história em quadrinhos “*Ceará Antinuclear: em defesa da vida, da água e por justiça ambiental*” foi considerada pelo coletivo “a melhor atuação nas comunidades”, ao trabalhar numa

[...] linguagem que podia ser usada nas escolas, porque não estava dando alcance para a gente trabalhar com a juventude do campo e pensar só nas redes. [...] Quando a gente ouviu falar sobre um deputado levando cartilhas para as escolas, nossa alternativa foi pensar em que material poderia ser usado lá (COLETIVO URUCUM, 2018. Entrevista concedida a autora).

A elaboração do quadrinho foi feita junto a um grupo de 08 a 10 jovens de Santa Quitéria (sede do município) e da Vila de Riacho das Pedras. O processo coletivo se deu com a realização de uma oficina em que foi definido um pré-roteiro da história e que foi sendo aperfeiçoado por meio de contatos virtuais.

Era para ser ainda mais participativo, mas tinha toda uma questão de custo, de viagem, uma logística que impediu. A gente fez um momento, mas acabamos tendo outros contatos com eles mais via WhatsApp (COLETIVO URUCUM, 2018. Entrevista concedida a autora).

Em seguida, em 2017, o coletivo Urucum desenvolveu outro projeto na região de Santa Quitéria. As novas ações deram continuidade à campanha de enfrentamento e resistência ao projeto de mineração, com o nome de *Ceará Antinuclear*. Mais uma vez, o grupo investiu nas redes sociais para propagar o pedido *#IbamaNãoLicencie*.

A imagem a seguir, publicada no *Facebook* no fim de 2016 – momento de continuidade entre o primeiro projeto da Urucum na região (2015/2016) e o segundo (2017) –, explora o episódio do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em 05 de novembro de 2015, como exemplo para o que **não** se quer ver repetido no Ceará.



Figura 7 - Arte produzida pelo Coletivo Urucum para divulgação nas redes sociais.

Uma série de outros materiais como esses foram produzidos e circularam nas redes sociais virtuais do coletivo Urucum, constituindo uma campanha sistemática durante o ano de 2017, com o intuito de pressionar o IBAMA a não conceder a licença prévia ao empreendimento. Recordamos que o processo de licenciamento havia iniciado anos antes, as audiências públicas ocorreram em 2014, e até esse momento o órgão ainda não havia concedido ou negado a autorização para o início do Projeto.

A identidade visual da *Campanha Ceará Antinuclear: em defesa da vida, da água e por justiça ambiental* traz a representação de um dragão, em alusão à forma como as comunidades da região denominam a reserva de minério existente. Segundo as camponesas e os camponeses, há sob seu chão um “dragão adormecido” – toneladas de urânio – que querem despertar e que os ameaça.



Figura 8 - Arte produzida pelo Coletivo Urucum para divulgação nas redes sociais (2).

O que o coletivo Urucum experimentou no primeiro projeto no sertão central,

construindo uma prática de comunicação como estratégia política, foi aprimorado no segundo. De forma mais consistente, a Comunicação figurou como elemento estruturante das ações da organização no enfrentamento da injustiça ambiental associada ao contexto de licenciamento do *Projeto Santa Quitéria*. A comunicação foi pensada como processo e produto, esses últimos direcionados especialmente à inserção do tema na sociedade e à tentativa de pressionar o IBAMA a não licenciar o empreendimento.

Em março de 2017, foi publicada na página do coletivo Urucum no *Facebook* a seguinte imagem, divulgando a *Campanha Ceará Antinuclear* e a entrega de uma carta escrita pela AACE ao IBAMA. A mesma imagem ganhou uma versão em inglês, integrando o objetivo do coletivo de, mais do que nacionalizar, internacionalizar a pauta, já que o tema da energia nuclear é discutido em muitos países, especialmente na Europa.

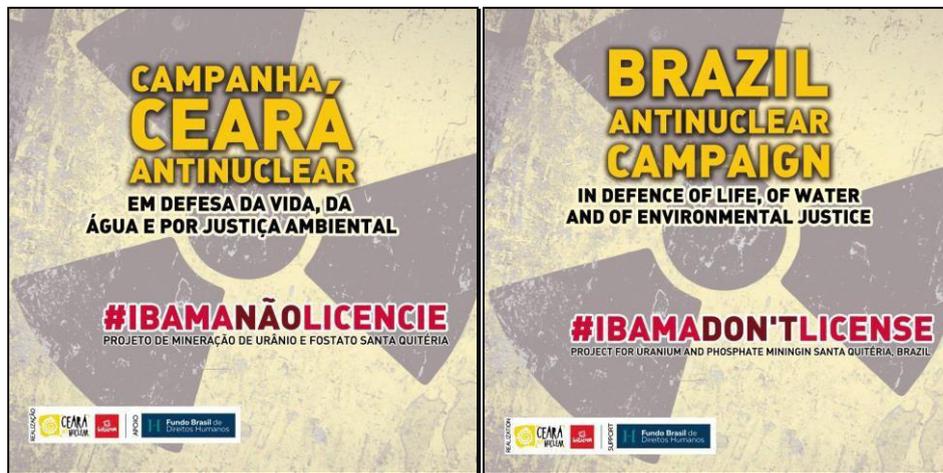


Figura 9 - Arte produzida pelo Coletivo Urucum para divulgação nas redes sociais (3).

Mais uma vez, investiu-se em infográficos como uma forma de sintetizar visualmente informações-chave a respeito das dimensões do empreendimento (a partir da apresentação do volume em toneladas de minério a ser explorado e da quantidade de recursos financeiros investidos) e de seus riscos, a exemplo da questão da inviabilidade hídrica (devido à escassez de água na região e aos riscos de contaminação).



Figura 10 - Infográfico produzidos pelo Coletivo Urucum, como parte da campanha #IbamaNãoLicencie.

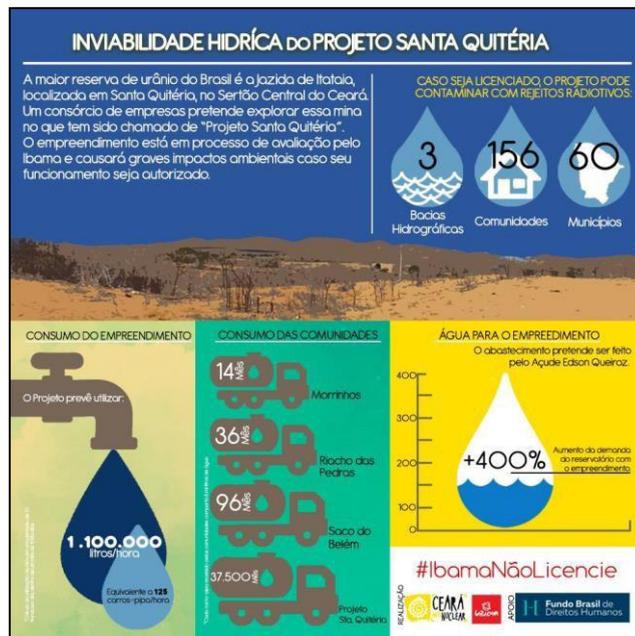


Figura 11 - Infográfico produzidos pelo Coletivo Urucum, como parte da campanha #IbamaNãoLicencie (2).

Em abril de 2017, outra publicação na página do *Facebook* trouxe uma foto informando sobre uma reunião em Santa Quitéria. Dizia a legenda: “AAACE se reúne em Saco do Belém (Santa Quitéria) para planejar próximas articulações da campanha Ceará

Antinuclear, partilhar saberes e conversar com a comunidade sobre os impactos do *Projeto Santa Quitéria*”. Para o coletivo, existia a preocupação de construir uma comunicação horizontal e participativa, como no caso da oficina citada anteriormente.

A gente não queria chegar como veículo de comunicação que ia pegar os dados brutos, voltar para Fortaleza e trabalhar tudo só. A oficina de quadrinhos foi uma tentativa de horizontalizar esse processo. Embora não tenha sido como a gente queria, talvez com mais encontros. Não sei se conseguimos adequadamente, mas tentamos muito horizontalizar esse processo para não ficar nessa comunicação verticalizada, alguém de fora sem diálogo com o território. A gente tentou como pôde dialogar com os territórios, com os principais atores, com as articulações políticas (COLETIVO URUCUM, 2018. Entrevista concedida a autora).



Figura 12 - Foto da reunião da Articulação Antinuclear do Ceará (AACE), em abril de 2017.

Desde uma construção coletiva e integradora de conhecimentos e linguagens científicas, técnicas, populares, poéticas e visuais, a comunicação resultante desse contexto apresentou uma diversidade de expressões e processos de produção. Para além dos argumentos a respeito dos riscos do empreendimento à saúde e ao ambiente, o discurso da Articulação Antinuclear do Ceará se baseou fundamentalmente na defesa do modo de vida camponês e na crítica ao modelo de desenvolvimento imposto com empreendimentos e atividades econômicas como essas.

Nesse sentido, foram produzidas as seguintes imagens, também divulgadas nas redes sociais virtuais do coletivo Urucum, abordando de modo poético-visual as questões relaciona-

das ao modo de vida camponês, às águas que promovem a vida e a saúde, à biodiversidade da caatinga, à paisagem rural que encanta, à produção de alimentos saudáveis pela agricultura camponesa.

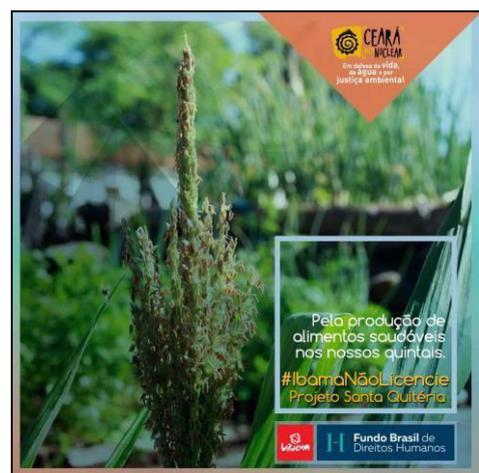
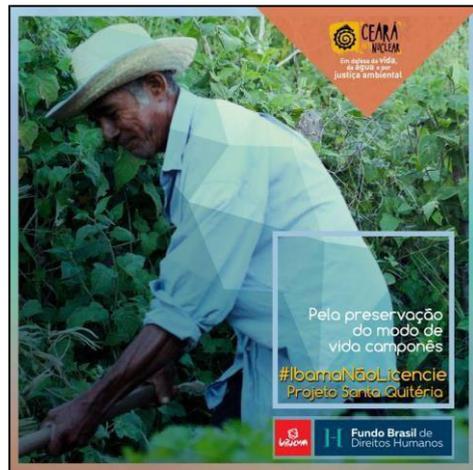


Figura 13 - Artes produzidas pelo Coletivo Urucum, como parte da campanha #IbamaNãoLicencie.

Mais três vídeos compuseram a produção audiovisual da campanha, que, juntos, constituíram a série “*O tesouro de Itaitaia*”, realizada em parceria com a produtora SuperA Filmes. “*Quem somos*” (4min50s), “*O que temos*” (6min03s) e “*O que faremos*” (6min03s) foram as temáticas abordadas em cada um.

Enquanto na primeira experiência audiovisual, o coletivo se restringiu a lançar vídeos de uma entrevista com uma professora/pesquisadora, nesta as imagens intercalam depoimentos de moradores locais, representantes de ONGs e também professores/pesquisadores.

O primeiro vídeo inicia com a fala do representante de uma entidade religiosa que atua na região, a Cáritas Diocesana de Sobral, que diz: “Nada mais rico existe do que um agricultor acordar de manhã e poder ir pro roçado”. Ao abordar o “quem somos”, o vídeo se concentra em destacar a valorização do modo de vida camponês, que se revela ameaçado com a possibilidade de chegada da exploração mineral. O mesmo representante conta que as comunidades relatam o início das visitas de funcionários das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que afirmavam: se houver a exploração, vai chegar desenvolvimento na comunidade. O vídeo apresenta a crítica à promessa de “progresso” e ao tipo de desenvolvimento que se anuncia para a região, argumento que compõe a matriz dos discursos elaborados pelos sujeitos em resistência à mineração, e finda com o depoimento de uma jovem mãe que declara desejar poder escutar, no futuro, a seu filho dizer: “mãe, obrigada por ter lutado por aquelas pessoas que são poucas, mas que são grandes em conhecimento. Não aquele conhecimento: “ah, eu estudei, sou advogado, professor, médico”, mas o conhecimento que eles carregam da cultura”.

Em um ambiente em que há o domínio de racionalidades hegemônicas e limita-se a circulação de ideias alternativas e contestadoras, análises críticas e expressões de dissenso, expressões contra hegemônicas como as que estamos apresentando no contexto do conflito ambiental em torno da mineração no Ceará têm em seu alicerce programático a missão de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista (MORAES, 2009).

Os usos e projetos contra-hegemônicos podem revelar, dependendo de suas reverberações sociais, “evidências da efetividade de contra-racionalidades e de racionalidades paralelas, que se levantam como realidades ante a racionalidade hegemônica, e apontam caminhos novos e insuspeitados ao pensamento e a ação” (Santos, 1997, p. 22). (MORAES, 2010, p. 15)

Assim como a construção da hegemonia se ampara, ao mesmo tempo, no domínio de tipos de conhecimentos e de formas de construção do conhecimento, bem como de tipos de interações comunicativas e de formas de produção de comunicação, as expressões questionadoras do pensamento único devem incluir caminhos que gestam tipos e modos de fazer comunicação contra hegemônicos.

Queremos dizer que tão importante quanto a forma, a linguagem e o suporte utilizado é como se dá o processo de produção de informação e de comunicação. Pensando em termos da comunicação social na contemporaneidade e no lugar dos *comunicadores*, a partir da noção da mediação, Martín-Barbero (2003) defende um comunicador que

[...] deixa, portanto, de figurar como *intermediário* – aquele que se instala na divisão social e, em vez de trabalhar para abolir as barreiras que reforçam a exclusão, defende o seu ofício: uma comunicação na qual os emissores-criadores continuem sendo uma pequena elite e as maiorias continuem sendo meros receptores e espectadores resignados – para assumir o papel de *mediador*: aquele que torna explícita a relação entre diferença cultural e desigualdade social, entre diferença e ocasião de domínio e a partir daí trabalha para fazer possível uma comunicação que diminua o espaço das exclusões ao aumentar mais o número de emissores e criadores do que o dos meros consumidores. [...] Essa reconfiguração do comunicador como mediador volta-se basicamente para o entendimento da comunicação como *a colocação em comum de sentidos da vida e da sociedade*. O que implica dar prioridade ao trabalho de *ativação, nas pessoas e nos grupos, de sua capacidade de narrar/construir sua identidade [..]*. Tudo isso implica uma “ética do discurso” que torne possível a valorização das diferentes “falas”, das diversas competências comunicativas, sem cair no populismo e no paternalismo de “tudo vale se vem de baixo”. Pois o que a verdadeira comunicação põe em jogo não é a enganosa demagogia com a qual se conservam as pessoas em sua ignorância ou provincianismo, mas a palavra que mobiliza as diferentes formas e capacidades de apropriar-se do mundo e de dar-lhe sentido (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 69-70).

Aí se encaixam os experimentos conduzidos pelos grupos que compõem a Articulação Antinuclear do Ceará na elaboração não só de **produtos** de comunicação para a divulgação de informações, argumentos e opiniões, mas também de **processos** coletivos de produção, na contramão do modelo hegemônico de emissão e recepção de mensagens em sentido único.

Para o coletivo Urucum – Direitos Humanos, Comunicação e Justiça, foi positiva a experiência de pensar sobre como produzir essa comunicação contra-hegemônica.

A ideia não era só fazer a nossa [comunicação] porque “somos autossuficientes”, até porque também temos que disputar o espaço dos grandes jornais. [...] A gente sabe que o lugar da comunicação popular é contra-hegemônico por si só. É um lugar de questionar, de pegar dados divulgados em jornais e contestar. Acredito que esse ganho foi muito importante, inclusive para a gente enquanto atuantes de organizações do terceiro setor. Pensar nesses lugares de produzir sim nosso próprio conteúdo, divulgar com outras linguagens e formas. Acredito que a gente tenha conseguido sair desse lugar das coisas feitas por comunicadores, expandimos o que significa ser comunicador. Até pra gente não se pensar enquanto jornalista, mas

enquanto comunicador. Esse lugar de disputar o que é o jornalista e o que é o comunicador (COLETIVO URUCUM, 2018. Entrevista concedida a autora).

## 5.2 A mídia tradicional

*O rádio e a  
televisão Espaço  
pro pobre não  
existe Só mostra o  
meio urbano  
Só para o povo rico permite*

Neste trabalho, reconhecemos a existência e a potencialidade dos processos de comunicação contra-hegemônicos, embora não nos escape o fato de que, em grande parte, é a partir dos meios de comunicação de massa que a maior parte da sociedade tem acesso aos acontecimentos e discussões atuais, sobretudo no que diz respeito aos temas pertinentes à questão ambiental. De fato, é a grande mídia “quem coloca os fatos que quer e os analisa como quer” (GUARESCHI, 2013, p. 27), e são muitos os fatores que determinam *o que e como* a mídia apresenta – ou omite – fatos.

Para o intelectual italiano Antonio Gramsci, a imprensa (jornais e revistas) é “a parte mais dinâmica” da superestrutura ideológica e “a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a frente teórica ou ideológica”, sendo então um suporte ideológico daqueles que exercem a hegemonia na sociedade. Concebida como *aparelho privado de hegemonia sob influência de classes, instituições e elites hegemônicas*, a imprensa assume, para Gramsci, o papel político-ideológico de organizar, divulgar e unificar concepções de mundo e determinados tipos de cultura.

Campo de contradições e disputas, a questão ambiental, no contexto da crise civilizatória atual, está sujeita a este poder da mídia. Os processos de injustiça ambiental e os conflitos ambientais são mais uma expressão das desigualdades e da assimetria de poderes reproduzidas nas esferas social, econômica, política, cultural, cognitiva etc. É desafiante o fortalecimento das expressões contra-hegemônicas, sobretudo no campo do simbólico, onde há um poder “invisível”, “o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p.07).

Experiências nesse sentido são vividas cotidianamente principalmente por organizações não-governamentais, movimentos populares e entidades civis que atuam junto a grupos sociais e comunidades marginalizadas e atingidas por injustiças socioambientais, e que

têm na Comunicação um dos pilares de seus trabalhos. É exemplo disso o relato da **Rede Justiça nos Trilhos**, que há mais dez anos desenvolve trabalhos com as comunidades que estão localizadas ao longo do Corredor Carajás, no Maranhão, Tocantins e Pará.

A gente tenta todo tempo pautar questões dos conflitos e das violações na grande mídia, só que é um aspecto bastante difícil, principalmente porque essas empresas violadoras são as que patrocinam a maior parte dos veículos de comunicação [...] Por exemplo, quando uma ferrovia é interditada, vão os jornalistas, vários veículos de comunicação vão noticiar aquilo, mas de acordo com o que a empresa está falando. Então, a gente vê que a sociedade já tem uma visão e que quem está se manifestando são arruaceiros, que isso está prejudicando a sociedade, que o trem de passageiro não vai passar, que isso prejudica muita gente. Mas nunca falam do ponto de vista das comunidades, sobre o motivo das manifestações (REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2018. Entrevista concedida a autora).

A dificuldade de pautar a discussão sobre o projeto de mineração de urânio e fosfato na imprensa tradicional também foi vivida pelos sujeitos que questionam o empreendimento. Não significa que o *Projeto Santa Quitéria* não estivesse nas páginas dos jornais. No entanto - e é por isso que incluímos esta descrição nessa pesquisa -, o tema ocupou, em sua maior parte, as páginas dos cadernos de Economia/Negócios dos jornais impressos do estado, especialmente no jornal Diário do Nordeste, de onde coletamos 62 notícias publicadas entre 2009 e 2018. Das 62 matérias analisadas, 58 foram publicadas na editoria de Negócios, 3 na editoria Regional e 1 na editoria de Política.

A análise dessas matérias se debruçou sobre os seguintes aspectos: caderno/editoria; se possuía caráter noticioso/factual ou de reportagem/pauta; o tema principal; as fontes ouvidas; se apontava cenário favorável ou desfavorável ao empreendimento; presença de informações relevantes sobre questões ambientais; presença de informações sobre opinião pública; apresentação de contrapontos e/ou contestações ao empreendimento e os argumentos utilizados.

A abordagem principal das matérias traz uma espécie de “acompanhamento” do processo de implantação do empreendimento, com informações e atualizações sobre o licenciamento ambiental, sobre a concessão do financiamento, o “passo-a-passo” e o “cronograma” do Consórcio Santa Quitéria no rumo do esperado início da exploração mineral. Em sua maioria, os textos tratam do empreendimento desde uma perspectiva predominantemente econômica, destacando a sua importância para a geração de emprego, renda e tributos para a região. Se reproduzem quase que totalmente as mesmas informações fornecidas pelo Consórcio, corroborando na constituição de um discurso único do mundo. Um título de notícia publicada em 05.09.2015 ilustra o foco econômico da cobertura: “Itataia deve

gerar só em impostos R\$ 92 mi/ano”.

Do mesmo modo, trazem predominantemente fontes governamentais e empresariais (representantes de órgãos licenciadores e financiadores, parlamentares apoiadores do projeto e representantes do Consórcio Santa Quitéria, das Indústrias Nucleares do Brasil, da Galvani, etc.). Em 57 matérias haviam aspas de fontes empresariais, governamentais, de assessorias de imprensa, da sociedade civil, de movimentos sociais/ONG/entidades, e de acadêmicos/pesquisadores. As fontes empresariais, governamentais e de assessorias de imprensa estavam presentes em, respectivamente, 31, 33 e 16 textos, enquanto que a sociedade civil, os movimentos sociais/ONGs/entidades e os acadêmicos/pesquisadores só foram ouvidos em, respectivamente, 5, 3 e 3 matérias.

<b>Lista de fontes</b>	
Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará (SRH)	José Francisco de Paiva (PSDB) – Ex-Prefeito e Ex-Presidente da Câmara Municipal de Santa Quitéria
Banco do Nordeste (BNB)	Coordenador do Projeto Santa Quitéria no Ceará, José Roberto (INB)
Galvani Indústrias e Comércio S/A	Professora de Morrinhos
Assessorias de imprensa (Galvani, INB, BNB, IBAMA)	Cáritas Diocesana
Estadual do Meio Ambiente (SEMACE)	Padre Ricardo Cornyall
Deputado estadual Tomás Figueiredo Filho (MDB)	Núcleo TRAMAS/UFC
Indústrias Nucleares do Brasil (INB)	Coordenadoria de Meio Ambiente de Santa Quitéria
Governador Cid Gomes (PSB)	Juiz da 18ª Vara da Justiça Federal em Sobral
Moradora aposentada de Riacho das Pedras	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
Associação Comunitária de Riacho das Pedras	Agência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE)
Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT)	Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República
Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL)	Greenpeace
Deputado Estadual Dedé Teixeira (PT)	Secretário de articulação social da Presidência da República
Deputado estadual Sérgio Aguiar (PDT)	Ministério de Minas e Energia
Consórcio Santa Quitéria	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)
Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)	Deputado Federal Danilo Forte (PSB)
Antônio Almir, Ex-Prefeito de Itatira (PDT)	Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico
Deputado estadual Professor Pinheiro (PT)	Sindicato das Indústrias de Mármore e Granito do Ceará

**Quadro 01** – Lista de fontes das notícias publicadas no jornal Diário do Nordeste.

Sabemos que o jornalismo e as corporações midiáticas, da forma como se apresentam hoje, têm no sistema capitalista seu espaço de desenvolvimento e, tal qual outros atores do mercado, oferecem um *produto*: a informação. “Os conglomerados midiáticos são grandes atores do mercado e, ao mesmo tempo, sua missão é difundir ideologias disfarçadas de informação” (RAMONET, 2013, p.63). Em todos os aspectos analisados, revela-se um desenho geral que expressa como se constrói, de fato, a hegemonia, a partir do lugar das corporações midiáticas, que estabelecem critérios de agendamento dos temas que devem estar presentes ou ser excluídos das páginas dos jornais, de modo a regular a opinião social, determinando aquilo que tem importância para ser pauta de discussão, além de designar medidas de valor aos acontecimentos divulgados (MORAES, 2009).

Vejamos: a cobertura do jornal Diário do Nordeste sobre o Projeto Santa Quitéria foi, sobretudo, de caráter factual/noticioso, apresentando 55 textos factuais e apenas 7 textos com caráter de reportagem. Esse elemento é importante para nós porque consideramos que esse é um tema que merecia maior aprofundamento da abordagem jornalística, já que o projeto de implantação do empreendimento foi motivo de intensa movimentação da sociedade civil devido aos seus aspectos relacionados a riscos ambientais e impactos à saúde da população local.

Esse aprofundamento, porém, também não é efetivado quando se observa os temas explorados. Categorizamos os textos em 07 tipos de temáticas e contabilizamos a frequência de abordagem de cada um, como descritos a seguir. Sublinhamos que esses temas não foram abordados de forma isolada em cada texto, mas que se entrelaçam e se apresentam com predominâncias variadas, ora aparecendo como tema principal ora como tema secundário.

*Acompanhamento do “cronograma” do Projeto e das demais infraestruturas associadas ao seu funcionamento;*

Essa foi a temática mais presente nas publicações do Diário do Nordeste, estando em 29 das 62 matérias analisadas. Como dito, essa foi a perspectiva predominante da cobertura do veículo impresso, que frequentemente trazia atualizações sobre os passos e a situação da assinatura de contrato entre a INB e a Galvani para a formação do Consórcio Santa Quitéria, do licenciamento ambiental, da obtenção de financiamento pelo Banco do Nordeste (BNB), da licitação para a construção da adutora pelo Governo do Estado etc.

*Licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria;*

O segundo tema mais explorado, quase sempre descrito como “impasse” para a ágil implantação do Projeto, esteve de forma mais consistente em 14 das 62 matérias. Acompanhando o empreendimento desde 2009, o Diário do Nordeste noticiou a revogação da licença concedida pela SEMACE e posteriormente o novo processo de licenciamento, desta vez pelo IBAMA, bem como a solicitação de complementos aos estudos ambientais apresentados pelo Consórcio. As matérias com foco nessa temática também têm um caráter de acompanhamento do “cronograma” do Projeto, já que trazem atualizações sobre a realização dos estudos ambientais e a entrega de relatórios ao órgão licenciador.

*“Impasses” do Projeto;*

Aqui são elencados impasses de outras ordens, para além do licenciamento ambiental, como atrasos na entrega de documentos aos órgãos licenciadores ou financiadores.

*Financiamento do Projeto;*

Notícias que se focaram em apresentar informações sobre o contrato com o Banco do Nordeste (BNB) para a obtenção de recursos financeiros para a construção da Usina.

*Importância do Projeto;*

Sete matérias destacaram a importância do empreendimento sobretudo para o desenvolvimento econômico da região de Santa Quitéria, considerada como miserável. Trazem repetidos dados sobre a receita gerada em tributos, a quantidade de empregos diretos e indiretos gerados, a oportunidade da chegada de capacitação para a população local trabalhar no empreendimento, a importância do urânio para a geração de energia nuclear no país e do fosfato para diminuir a dependência do agronegócio brasileiro de fertilizantes importados etc.

*Abordagem de problemáticas na implantação do projeto, relacionadas a questionamentos da sociedade civil e debates públicos;*

Também foram 07 os textos que trouxeram informações sobre o posicionamento da

sociedade civil diante do empreendimento. Noticiam debates promovidos pela Cáritas na região, com foco nas preocupações da população local acerca dos riscos do empreendimento; palestras promovidas pelo Consórcio para apresentar o Projeto à sociedade; e questionamentos de pesquisadores e acadêmicos aos estudos ambientais e aos possíveis impactos da mineração. É praticamente apenas nesses textos em que são ouvidas fontes da sociedade civil: moradores locais, pesquisadores, ONGs.

*Eventos;*

Textos que noticiaram reuniões entre parlamentares, autoridades públicas e representantes do Projeto ou das empresas que formam o Consórcio e visitas, por exemplo, à unidade de mineração da INB em Caetité (BA).

*Temas diversos;*

Textos que abordam a produção e utilização de Energia Nuclear no Brasil; energia e acidentes nucleares no mundo; parcerias para projetos de capacitação de mão de obra local, etc.

Os textos também apontam predominantemente, conforme nossa interpretação, um cenário favorável à implantação do empreendimento, mesmo diante dos inúmeros “impasses” no licenciamento e na obtenção do financiamento. Quando os textos trazem informações sobre dificuldades ou atrasos nesses processos, muitas vezes as críticas são seguidas por falas de representantes da INB e da Galvani assegurando que não afetariam o cronograma.

Em matéria publicada no dia 22.07.2009, sob título “Obras ainda dependem de licenciamentos”, na editoria de Negócios, a necessidade de obtenção das licenças ambientais é encarada como “impasse” - essa perspectiva se repete em vários dos textos analisados - apesar do qual “o cronograma do processo de implantação não será atrasado”. Se apresenta declaração do então presidente da Galvani, Luis Antonio Bonagura: “Há um empenho ‘agressivo’ da INB (Indústrias Nucleares do Brasil) no sentido de conseguir no mais curto período de tempo as licenças ambientais. As nossas expectativas são as melhores possíveis”.

De 2009 a 2018 são as notícias coletadas, que fazem parte da construção de um enredo histórico acerca da descoberta e projetos de exploração da Jazida de Itataia, que remonta sua origem à década de 1970, e que, por sua, vez é unilateral, por ter seu conteúdo

predominantemente oriundo de um número e diversidade limitados de fontes.

Assim ocorre nos textos das notícias de jornal: o discurso constituído nas narrativas elaboradas em cada um é hegemonicamente alinhado com a ideologia e os interesses de determinados sujeitos e grupos sociais e nega o valor de existências outras. Por isso ressaltamos nesses textos o fato de que há pouca ou nenhuma inserção de informações fornecidas por setores outros da sociedade - além de empreendedores, órgãos e autoridades públicas, parlamentares.

Agrupamos, enfim, outros três aspectos analisados nas matérias que consideramos fundamentais para compreender a atuação da mídia impressa:

- presença de informações sobre questões ambientais: em 13 das 62 notícias;
- presença de informações sobre opinião pública: em 11 das 62 notícias;
- presença de de contrapontos e/ou contestações ao empreendimento: em 5 das 62 notícias.

A questão ambiental aparece de forma mais direta inicialmente em matéria publicada em 11.07.2009, no caderno de Negócios, sob o título “Mina de Itataia tem impasse”. Diz o *lead*:

Um impasse de ordem judicial, ligado à questão do meio ambiente, impede o avanço do projeto de exploração da maior mina de urânio do País, localizada em Santa Quitéria, no Sertão Central Cearense. A jazida de Itataia tem seu urânio associado ao fosfato e, mesmo já tendo licença para a exploração desse segundo elemento expedida pela Semace (Superintendência Estadual do Meio Ambiente), enfrenta o impedimento do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), que não reconhece esse licenciamento. Enquanto a questão não se resolve, as obras não podem ter início (DIÁRIO DO NORDESTE, Negócios, 2009).

O tema é retomado em 01.09.2009, no caderno Regional, na notícia “Adutora para Itataia aguarda licitação”. Aqui, informações sobre a construção da adutora que levaria água até a futura usina são combinadas com a afirmação de que a infraestrutura também beneficiaria famílias e comunidades ao longo do percurso da adutora, que “sofrem a cada ano com a falta d’água no período de estiagem”.

Essa é uma das poucas publicações que traz como fonte moradores da região, embora não expressem declarações especificamente sobre o empreendimento de mineração, mas sim sobre a construção da adutora e a possibilidade de ter água encanada em casa. A matéria reproduz fala de uma senhora aposentada de 63 anos, moradora de Riacho das Pedras, declara

que “a vida fica mais difícil quando o inverno vai embora. Temos que andar quase um quilômetro para pegar água. Com a chegada da adutora, acredito que ficará mais fácil, pois poderemos realizar um sonho antigo que é ter água encanada dentro de casa”. O texto ainda diz que o presidente da Associação Comunitária da mesma comunidade “conta que durante o inverno as pessoas se beneficiam com a água do Açude Riacho das Pedras” e em aspas ele declara: “A água, neste período em que estamos agora, só se for de cacimbão. Quando a coisa se complica, temos que contar com ajuda de carro-pipa. O bom mesmo seria que esse povo tivesse água encanada”. Ao fim do texto está também uma Enquete com a declaração de outros dois moradores, que dizem: “Espero que com a chegada da adutora acabe com o nosso sofrimento que é a falta d'água no período da estiagem” e “Temos que andar mais de 1 quilômetro para pegar água no período de estiagem. É um sofrimento todo ano”.

Destacamos ainda desse texto a seguinte fala atribuída ao deputado estadual Tomás Figueiredo Filho: “A construção da adutora é importante, pois levará água para a mina, mas se torna mais viável ainda porque irá beneficiar comunidades carentes que não teriam como receber água em suas casas se não fosse a construção dessa obra”. Essa declaração corrobora com uma perspectiva muito recorrente nos contextos de injustiças ambientais e grandes empreendimentos: a chegada de “benefícios” às comunidades condicionada à implantação dos projetos, como a construção de infra- estruturas de água, abastecimento elétrico, estradas, postos de saúde, escolas etc.

No ano seguinte (07.05.2010), na editoria de Negócios, a notícia “Licença de Itataia gera debate” traz pela primeira vez a expressão “impactos ambientais” e faz menção à opinião pública sobre os riscos do empreendimento, assim como informações dadas pelas empresas sobre seus “planos ambientais” em encontro promovido pela Cáritas para debater o Projeto.

Em 22.06.2010, no caderno de Negócios, o jornal anuncia: “Juiz anula licença da Semace à Usina de Itataia”. A informação é a de que, para um juiz da 18ª Vara da Justiça Federal em Sobral, “o empreendimento [...] geraria significativo impacto ambiental, uma vez que, no curso do processo de beneficiamento do minério colofanito, necessariamente, haverá a geração de rejeitos radioativos de minério urânio” e porque “o urânio e o fosfato estão dentro do mesmo minério [...] cabe ao Ibama analisar o EIA-RIMA”.

Durante o ano de 2014, o Consórcio Santa Quitéria empreendeu diversas ações nos municípios da região, pois era o período anterior à realização das audiências públicas do processo de licenciamento ambiental, após a entrega dos estudos ambientais ao IBAMA. Nesse momento se desenvolveram as estratégias previstas no quadrante 04 do Plano de Comunicação do Projeto Santa Quitéria, apresentado no item 4.1.

Pois então, em 12.04.2014 e em 28.06.2014, no caderno Regional, era anunciada a realização de debates com "autoridades políticas, líderes comunitários, estudantes e moradores", promovido pela INB e pela Galvani, "sobre os impactos da exploração da reserva de urânio de Itataia, localizada no município de Santa Quitéria" e "para orientar e assegurar tranquilidade". Os textos levantam uma série de impactos/intervenções/mudanças possíveis no ambiente a partir da instalação do empreendimento, cita alterações na paisagem, níveis de radiação locais, corte de vegetação e riscos de escorregamentos, impermeabilização do solo, geração de ruídos e poeira, inchaço populacional, aumento dos índices de violência. Tudo isso baseado em informações fornecidas pelas empresas e pelo conteúdo do EIA-RIMA. Embora o debate tenha acontecido com a participação de diversos setores da sociedade, os líderes comunitários, estudantes, pesquisadores e moradores não aparecem no texto. Apenas informações do EIA-RIMA e declarações dos empreendedores e políticos são citadas.

O ano de 2014 também foi de intensa movimentação entre os sujeitos que empreendem o questionamento e o enfrentamento a esse projeto de mineração, devido a aproximação das datas de realização das audiências públicas. Nesse momento se conseguiu pautar as críticas ao empreendimento nas páginas do jornal, resultando na notícia "Itataia: pesquisadores questionam projeto", publicada em 21.11.2014 no caderno Negócios. Foram ouvidos pesquisadores da Universidade Federal do Ceará (UFC) e detalhados seus respectivos questionamentos ao processo de licenciamento e aos estudos ambientais apresentados pelo Consórcio, que em seguida foram respondidos pelos empreendedores.

As insuficiências nos estudos ambientais apresentados pelo Consórcio levaram o IBAMA a fazer novas exigências e solicitar mais esclarecimentos sobre o Projeto, conforme noticiado em 31.07.2015: "Itataia: Ibama faz novas exigências para usina".

Em seguida, em 12.08.2015, mais uma notícia traz as críticas de pesquisadores aos impactos do empreendimento, em matéria intitulada "Relatório aponta impactos não contabilizados no uso de urânio".

A presença de informações sobre questões ambientais nos textos quase sempre coincide com a presença de informações sobre opinião pública e de contraponto/contestação ao Projeto, trazendo-os com mais solidez a partir da provocação da sociedade civil reunida na Articulação Antinuclear do Ceará. Em outros momentos, a opinião pública também aparece na forma de apoio e ansiedade para a consolidação do Projeto, tornando-o aparentemente legítimo ao conjunto da sociedade.

O *lead* da matéria de 06.05.2010 é explícito, assim como as aspas que apresenta:

Enquanto o impasse com relação ao órgão que fará a liberação da licença ambiental para a construção da Usina de Itataia - entre Ibama e Semace - continua tramitando na 18ª Vara Federal, em Sobral, o município de Santa Quitéria [...] realiza hoje, às 9h, na localidade de Riacho das Pedras, encontro promovido pela Cáritas de Sobral para discutir assuntos relacionados ao funcionamento da Mina de Itataia, considerada a maior do Brasil. Otto Bittencourt Neto, diretor de Recursos Minerais da INB, demonstrou preocupação ante a liberação da licença ambiental. “Estamos lutando nesse sentido. Ainda não conseguimos entender o porquê de tudo isso. Estamos trazendo o progresso para uma região pobre e que precisa crescer”, lamentou.

O prefeito em exercício do município, José Francisco de Paiva, lembrou que existe uma ansiedade muito grande por parte da população para que a jazida de Santa Quitéria entre em operação. “Estamos lutando também para conseguir uma audiência com o Ibama em Brasília, para saber o que está acontecendo para que a licença ainda [não] tenha sido dada”, disse.

[...] Presidente da Associação dos Moradores de Riacho das Pedras, disse que o encontro com os técnicos do consórcio será muito importante para o povo da região. “Nesse encontro, iremos tirar muitas dúvidas. Quero ver Riacho das Pedras se transformar um em grande polo empregador para as Indústrias Nucleares do Brasil e Galvani S/A”, disse.

Na região, não se fala em outra coisa. “Agora a coisa anda. Com a vinda desses técnicos, iremos começar a entender o que a jazida trará de vantagens para nossa gente”, salientou a professora [...] que trabalha na região de Morrinhos (DIÁRIO DO NORDESTE, Negócios, 2010).

Algumas vezes, a opinião pública é trazida de forma indireta, por meio do discurso de empreendedores ou de políticos. Em 21.11.2014, no caderno de Política, o jornal retratou falas de deputados na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, das quais foi reproduzida a declaração do deputado Sérgio Aguiar, segundo o qual “moradores da região se mostraram resistentes à exploração, mas, após explicações, a maioria se convenceu da importância da atividade”.

Como instrumento da hegemonia, a grande mídia, portanto, assume, por vezes explicitamente, o papel de reduzir a visibilidade de ideias contestadoras.

A meta precípua é esvaziar análises críticas e expressões de dissenso, evitando atritos entre as interpretações dos fatos (notadamente os que afetam interesses econômicos, corporativos e políticos) e seu entendimento por parte de indivíduos, grupos e classes. O controle ideológico dificulta a participação de outras vozes no debate sobre os problemas coletivos, pois se procuram neutralizar óticas alternativas (MORAES, 2010, p. 68).

Em tempos de *internet* e de ampliação do acesso a tecnologias de comunicação, há um movimento das organizações da sociedade civil de investir na produção de conteúdo próprio sobre suas pautas, devido às dificuldades de conseguir espaço na mídia tradicional. Sem

desconsiderar a importância dessas iniciativas, não nos esqueçamos, porém, que a mídia ainda é uma fonte de informação fundamental e que segue sendo instrumento de legitimação de ideologias hegemônicas. Os jornais e veículos tradicionais são meios já legitimados pela sociedade como aqueles que falam a verdade. Por vários motivos, e também porque “o discurso jornalístico é de certa forma antecipadamente legitimado, uma vez que foi o próprio leitor que o comprou. O jornal procura apresentar-se como quem responde a demandas, explícitas ou não, dos leitores” (MAINGUENEAU, 2011, p. 40).

Conforme Steinberger (2005), os meios de comunicação também se tornaram um sistema de referência hegemônico na sociedade contemporânea globalizada, destacando-se entre aqueles que atuam na produção e legitimação de concepções de mundo.

Um sistema de referência é um sistema de princípios socialmente interiorizados com base nos quais certa época seria dotada de uma unidade de modos de dizer, modos de fazer, modos de se relacionar, modos de interagir, modos de interpretar, modos de criar – enfim, modos de instituir (...). A mundialização da cultura e as formas cada vez mais eficazes de imperialismo cultural são indicadores de que o sistema de referência em ascensão hoje é o sistema pós-moderno-midiático (STEINBERGER, 2005, p. 23)

Na experiência da *Rede Justiça Nos Trilhos*, a disputa por espaço na mídia tradicional faz parte dos desafios do trabalho em contexto de conflito ambiental, partindo de cobranças, tanto das organizações quanto das comunidades atingidas, para conseguir pautar os veículos.

Há uma cobrança tanto interna quanto da própria comunidade. Tipo: ‘tá, mas isso aí que vocês estão falando vai ficar só com a gente? Eu já estou convencido disso, e as outras pessoas que não estão, como a gente faz?’ Como eu faço para chegar essas informações em outras pessoas? [...] É mais difícil, mas quando a gente encontra uma brecha a gente consegue colocar em pauta ou pelo menos algo que é relacionado (REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2018. Entrevista concedida a autora).

### Já para o *Coletivo Urucum*, a articulação com a imprensa

é a maior dificuldade que a gente tem em todo e qualquer movimento, em qualquer pauta, de como pensar a importância de divulgar para a imprensa, mas também de fazer o nosso próprio material e não depender exclusivamente da divulgação de um grande veículo. A gente está trabalhando com uma questão que vai de encontro a vários interesses hegemônicos. [...] Uma coisa importante é perceber onde se fala sobre o Projeto Santa Quitéria na imprensa, e são sempre nos cadernos de Economia, Negócios. Eles nunca entram na pauta de pensar a saúde, por exemplo. A gente sempre tentava divulgar os impactos e os eventos da AACE, mas sempre sabendo que é uma pauta de difícil adesão. Mas mandávamos coisas, eu ligava para as redações. Fizemos o material de divulgação da Jornada Antinuclear, eu entrei em contato com as redações, liguei, fui em jornais. Sempre tem um interesse na pauta mas nunca é pensando sobre os impactos. O que a gente conseguiu de ter mais acesso no jornal foram

os artigos escritos para o Jornal O Povo, mas nenhuma pauta foi sobre os impactos do projeto. [...] O desafio é como vencer essa campanha massiva de que é algo incrível, enorme, que vai trazer progresso. Esse discurso do progresso está muito atrelado aos jornais também (COLETIVO URUCUM, 2018. Entrevista concedida a autora).

Na condição privilegiada de distribuidores de conteúdo, isto é, de concepções particulares de mundo e interpretações sobre o quadro social, os órgãos da imprensa compõem o que Gramsci denomina de “jornalismo integral”. A combinação dos componentes socioeconômicos e ideológicos – que “impelem a agregar o público leitor para assegurar rentabilidade e influência” (MORAES, 2010) – constitui aquele que é um “jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área” (GRAMSCI, 1982).

Esta categoria nos auxilia a olhar para a mídia na contemporaneidade, em que estão entrelaçadas as dimensões políticas (de intervenção na formação da opinião pública) e econômicas (o caráter empresarial e mercadológico), e na qual cada vez mais os componentes e as relações empresariais são determinantes da incidência política dos veículos na formação da opinião pública. Isso porque há um entrecruzamento de interesses das empresas jornalísticas que integram grupos econômicos com outras atuações no mercado e que também se relacionam com corporações dos mais diversos setores, por exemplo, por meio da contratação de espaços publicitários.

Para nós é também fundamental trazer para as reflexões desse trabalho as questões pertinentes ao que se tem por Jornalismo Ambiental, Jornalismo e Meio Ambiente, Comunicação Ambiental. É de se destacar o fato de que, embora o Projeto Santa Quitéria se trate de uma atividade econômica baseada no extrativismo mineral e, portanto, na exploração de recursos ambientais, as problemáticas relativas aos impactos da mineração em grande escala e a céu aberto não sejam devidamente discutidas pela cobertura jornalística.

Diferentes dinâmicas podem explicar a deficiência no debate, não somente na atuação do jornal Diário do Nordeste. Foi essencial a participação da mídia na emergência da questão ambiental na sociedade, a partir da década de 1970. Nas décadas seguintes, foi crescendo a ênfase dada às coberturas relacionadas a acontecimentos e discussões sobre meio ambiente, e surgiu uma série de especializações na temática (veículos, cadernos, profissionais). Wilson Bueno (2007, p. 30 apud Loose & Souza-Lima, 2013) define a comunicação ambiental como “todo conjunto de ações, estratégias, produtos, planos e esforços de comunicação destinados a promover a divulgação/promoção da causa ambiental”.

Em publicação do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), define-se que o jornalismo ambiental deve contribuir para a difusão dos complexos assuntos pertinentes ao campo, analisando suas implicações políticas, sociais, culturais e éticas, evitando análises e descrições simplistas e compreendendo a interdependência que se deve estabelecer entre os mais diversos campos.

Não obstante a importância da existência desse tipo de foco na atuação jornalística, argumentamos que esse modelo pode acabar por tornar as questões ambientais isoladas de outros processos sociais. Loose e Souza-Lima (2013), citando John A. Hannigan, apontam que o dogma central do ambientalismo – de que tudo está ligado e os problemas ambientais resultam de complexas relações políticas, econômicas, culturais, sociais etc – ainda hoje não está totalmente incorporado à prática jornalística. O que se vê na realidade é a “informação ambiental” fragmentada. Além disso, são muitas as abordagens que, explícita ou implicitamente, contribuem para o ponto de vista no qual, apesar dos problemas ambientais, a relação homem/natureza deve ser mantida nas mesmas bases atuais para garantir o desenvolvimento e a continuidade do progresso (GIRARDI, et al., 2011).

É controverso que, na mesma publicação do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), se defenda que o jornalista especializado nos temas ambientais “deverá saber explicar, por exemplo, por que a energia eólica é ambientalmente mais barata e por que é um bem que além de abundante não se esgota nem polui” (GIRARDI et. al, 2011).

Tomamos este breve exemplo para observar como os jornalistas e mesmo alguns pesquisadores comprometidos com a elaboração de uma perspectiva teórico- metodológica e prática sobre a comunicação ambiental, embora cientes dos problemas gerados pelo modo como se constroem as relações entre homem e natureza na sociedade capitalista, reproduzem discursos identificados com a ideia de *desenvolvimento sustentável*, estrategicamente elaborada para compatibilizar questões sociais e ambientais às estratégias hegemônicas de mercado. Reproduz-se a crença de que através da eficiência tecnológica – como as torres eólicas para produzir energia elétrica – pode-se alcançar o uso racional dos recursos, sendo suporte ao avanço do capital.

Nas regiões costeiras do Ceará, a implantação de parques de produção de energia eólica está relacionada com numerosos casos de injustiças e conflitos ambientais, devido às intervenções na dinâmica dos territórios, na paisagem e nos modos de vida das comunidades pesqueiras e tradicionais locais, ocasionadas pela implantação dos grandes empreendimentos eólicos (Viana, Nascimento & Meireles, 2016).

São muitas atividades e produtos predominantemente considerados “sustentáveis” pela mídia e, em associação com isso, pela sociedade. É resultado do sucesso, em muitos casos, das estratégias de marketing verde – *greenwashing* – adotado por empresas e grandes corporações como forma de inserir o discurso da sustentabilidade em suas marcas, para conseguir vantagens competitivas no mercado (LOPES & BARRETO, 2012). Essas estratégias são um “conjunto formidável de ações, posturas e estratégias utilizadas por determinadas organizações ou mesmo governos para legitimar um pretenso compromisso com a questão ambiental” (BUENO, 2011).

As empresas e grandes corporações têm deturpado os conceitos e processos pertinentes à preocupação ambiental e concentrado investimentos apenas no campo conhecido como *greenwashing* ou marketing verde, realizando projetos, principalmente, de publicidade para dar visibilidade a algumas poucas ações de responsabilidade socioambiental.

Conforme Bueno (2011), infelizmente, o discurso do marketing verde encontra eco na mídia, por dois motivos: a) falta de consciência dos profissionais que atuam nos veículos de comunicação, com um sistema de produção jornalística cada vez mais acelerado que não permite a investigação minuciosa; b) a manutenção de vínculos comerciais das empresas jornalísticas com outras empresas e governos, seja através de financiamento ou compra de espaço publicitário. Também encontra eco na sociedade, pois, sendo “meio contemporâneo dominante responsável pela produção e circulação de sentidos nos diferentes campos, a mídia possibilita a visibilidade das instituições e dos agentes, tendo, portanto, uma forte influência sobre a opinião dominante em todas as áreas do conhecimento” (Costa, 2005, p.155 apud LOOSE e SOUZA-LIMA, 2013).

Do mesmo modo, os meios de comunicação, especialmente a imprensa empresarial, têm adotado cada vez mais um discurso que apresenta o meio ambiente como oportunidade de negócios (os “produtos verdes”). Essa visão “otimista” se ampliou sobre a promessa e expectativas para o “desenvolvimento sustentável”. “Ironicamente, a seção dos meios de comunicação social onde a cobertura ambiental se tornou institucionalizada foi nas páginas financeiras, onde o “negócio verde” é visto como tendo aumentado a relevância econômica” (HANNIGAN, 1995, p. 100).

### 5.3 O Projeto Juventudes do Campo

*Então vamos juventude A máfia desmascarar  
Não podemos ficar quietos Com a gangue vamos acabar*

No âmbito das estratégias desenvolvidas pela sociedade civil para articular, organizar e movimentar a resistência ao empreendimento de mineração em Santa Quitéria, se desenvolveu uma ação junto aos jovens das comunidades camponesas da região, demandada pela própria população local, a partir da identificação da necessidade de maior envolvimento dos jovens no debate e na resistência, especialmente porque havia a percepção de que esse era um dos segmentos mais vulnerabilizados por esse tipo de empreendimento, já que, além dos impactos ao ambiente e à saúde, estavam sujeitos às promessas de emprego e renda.

A partir disso, o Núcleo TRAMAS elaborou o projeto *Meio Ambiente, Saúde, Comunicação e Cultura – transformações territoriais e a juventude no sertão central cearense*, chamado abreviadamente de **Projeto Juventudes do Campo (PJC)**, submetido ao Edital MCTI/MDA- INCRA/CNPq nº 19/2014 – Fortalecimento da juventude rural.

Constituiu-se uma experiência formativa de 02 (dois) anos (2015-2016) com 35 jovens de 08 (oito) localidades dos municípios de Santa Quitéria, Itatira e Canindé, situados no entorno da jazida de urânio e fosfato, com base nos objetivos e pressupostos teórico-metodológicos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e no conjunto de princípios e práticas da Justiça Ambiental (ACSELRAD, 2009).

O projeto trabalhou temas de saúde, ambiente, trabalho, agroecologia, arte e cultura, comunicação e direitos humanos, com um olhar territorializado, com respeito aos saberes das comunidades participantes, buscando uma interpretação crítica da realidade que conduz a uma ação transformadora, a partir de uma leitura inter e transdisciplinar, com ênfase em aspectos ligados aos temas das juventudes do campo, das injustiças ambientais, do direito à informação, da organização popular, da solidariedade e da disposição para a luta em favor de seus modos de vida no território (BRASILEIRO; LOPES e LEÃO, 2018).

A comunicação foi trabalhada com o objetivo de promover o acesso a ferramentas, visando o fortalecimento da comunicação comunitária nos territórios envolvidos, estimulando a atuação em rede e o compartilhamento de experiências como estratégias para o monitoramento das transformações territoriais provocadas por projetos de desenvolvimento. Discutimos com os jovens sobre a importância da luta pelo direito à informação e à comunicação e a sua importância para garantir a participação popular nos processos

decisórios, construindo uma compreensão conjunta de que esta é uma dimensão central na disputa entre distintas racionalidades e projetos de mundo. A experiência com os jovens também ampliou o escopo de reflexão sobre o território, uma vez que a comunicação possibilitou enxergar e trabalhar elementos para além do tema do conflito ambiental na região, situando-se também como importante processo pedagógico de construção, fortalecimento e visibilização das identidades jovens e camponesas.

Elencamos a seguir alguns resultados desse processo de aprendizado conjunto com os jovens. Em uma oficina com fotografia, os educandos foram instigados a produzir imagens que conseguissem responder à pergunta “o que é ser jovem no campo?”. O material apresentado pelos grupos (figuras abaixo) revelou uma multiplicidade de compreensões e identidades construídas por eles, que contemplaram dimensões pertinentes ao cotidiano do modo de vida camponês no semiárido – a produção agrícola familiar, as formas de acesso à água, às paisagens que marcam as identidades de suas comunidades e elementos da cultura local – artesanato, teatro, dança e outras manifestações (BRASILEIRO; LOPES e LEÃO, 2018; BRASILEIRO, 2016).



Figura 14 – Fotografias produzidas pelos jovens na oficina Laboratório Criativo de Imagens.

Em outra oficina realizada no curso com a parceria do Coletivo Urucum – Direitos

Humanos, Comunicação e Justiça e com o Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, diversos materiais foram produzidos, entre eles um vídeo em que os jovens apresentavam a disputa em torno da implantação do projeto de mineração e os elementos discursivos que compõem as estratégias de convencimento e legitimação do Consórcio Santa Quitéria. Nas cenas, alguns deles interpretavam moradores da região que buscavam sanar dúvidas quanto às características do empreendimento e seus riscos. Os questionamentos eram respondidos por um jovem que interpretava um membro da equipe do Consórcio conhecido na região, por sua notável presença nas comunidades principalmente no período anterior à realização das audiências públicas do processo de licenciamento ambiental. As respostas eram questionadas e ao final do vídeo foi encenado um ato em protesto ao projeto de mineração.

O elemento da cultura também esteve fortemente presente nos momentos vivenciados. Por várias vezes alguns dos jovens escreviam e apresentavam poesias e cordéis sintetizando os aprendizados reunidos em cada oficina e alguns deles trouxeram a questão da comunicação, como ilustrado nos versos que orientam a estruturação dessa dissertação e nos demais a seguir:

### COMUNICAÇÃO

Sem comunicação o mundo não gira  
Com comunicação ficamos informados  
A comunicação é a base de tudo  
Sem ela ficamos desatualizados

Os políticos mandam nas rádios  
A mídia é censurada  
Boa parte da população não sabe  
Que está sendo enganada

Tudo que falam é mentira  
O povo precisa de informação  
Precisa saber a verdade  
Não das mentiras que falam na televisão

Eles pensam que somos bobos  
Temos que compartilhar a verdade  
Mostrar o que é certo  
Já chega de falsidade

Destacamos especialmente os versos escritos pelos jovens porque expressam a força dos modos de expressão mais típicos do sertanejo brasileiro: o cordel, a cantoria, o repente. Para Maingueneau (2011) a rima e a versificação dos textos populares trazem uma

potencialidade para a *estabilização* de seus enunciados, que geralmente são desvalorizados por não serem formas verbais escritas, mas orais. Desse modo, por meio da versificação “as classes populares constroem seus próprios meios de comunicação a partir de suas realidades materiais e simbólicas” (OLIVEIRA e MENDES, 2010, p. 277) e é desses meios que as organizações procuram se aproximar para construir trabalhos e ações de comunicação junto às comunidades e populações.

O trabalho com os jovens nos inspira ainda a pensar sobre a potencialidade das construções contra-hegemônicas através da Educação e da Comunicação. Conforme Gramsci, esses dois campos participam das dinâmicas de perpetuação da hegemonia e da estrutura social que conhecemos, mas também constituem o caminho para a possibilidade de mudança. “Isso porque são processos em que, quando permitido e estimulado, o diálogo é estabelecido, o que promove a construção de um conhecimento em que nos percebemos como sujeitos da construção e não apenas como coadjuvantes” (LAHNI et al., 2010, p. 90)

No vislumbre dos caminhos de resistência aos conflitos e injustiças ambientais inerentes ao modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, as juventudes nos abrem os olhos para as novas possibilidades e, conforme Lander (2013):

[...] outras formas de fazer política, menos institucionais, mais espontâneas, menos verticais, mais democráticas, [que] colocam um conjunto de assuntos críticos para debate: como a potencialidade das novas tecnologias de comunicação e informação. O uso das novas tecnologias de comunicação tem incorporado de modo criativo múltiplas expressões de luta e mobilização, e aberto potencialidade de acesso à informação e comunicação: criação de espaços virtuais de debate público, de intercâmbio de experiências e articulação nas lutas e mobilizações sociais (LANDER, 2013, p. 80).

## 6 COMUNICAÇÃO PARA A JUSTIÇA AMBIENTAL

Chegamos até aqui discutindo essencialmente o contexto vivenciado em Santa Quitéria (CE), por ocasião de um projeto de mineração em larga escala de urânio e fosfato. Contexto esse que foi uma importante base de formação para a pesquisadora e que, tendo vida e movimento, foi também ditando os rumos da investigação.

Desde nossas intenções iniciais, ampliamos o escopo de estudo para além desse contexto, adicionando outros diálogos e vivências em espaços que pudessem nos fornecer mais informações sobre como se trabalha a Comunicação em diferentes experiências de atuação junto a comunidades principalmente camponesas que enfrentam injustiças ambientais.

Traremos agora, portanto, mais elementos e ideias reunidas a partir de entrevistas com comunicadores e comunicadoras e de vivências em campo. Destacamos aqui os diálogos estabelecidos com representantes de três organizações: a **Cáritas**, a **Rede Justiça nos Trilhos** e o **Coletivo Urucum – Direitos Humanos, Comunicação e Justiça**; e em um debate sobre *comunicação e incidência política* ocorrido no seminário **Ciência, Universidade e Diálogo de Saberes: desafios à Justiça Ambiental**, realizado em março de 2018 pelo Núcleo TRAMAS/UFC.

Nossa intenção é vislumbrar parâmetros de construção de ideias a respeito da comunicação como **estratégia política**, de modo integrado à estrutura geral das ações dos grupos e organizações – e não somente como apêndice final para registro e divulgação – e processual – com foco no processo de construção, para além da importância do resultado final de materiais produzidos. Para este fim, recordamos Peruzzo (2010), segundo a qual nesta concepção trata-se da inserção da comunicação “em processos de mobilização e de vínculo local ou identitário sintonizados a programas mais amplos de organização-ação, dos movimentos sociais populares” (p. 20).

Contudo, preterimos as ideias que propõem uma *comunicação para o desenvolvimento sustentável* em favor da construção de uma noção de **comunicação para a justiça ambiental**. Embora, por exemplo, para Peruzzo (2010) a *comunicação para o desenvolvimento sustentável* se constitua “no bojo de dinâmicas voltadas à mudança social” e de “comunicação para a transformação social ou para a cidadania”, para nós esse conceito se arrisca a corroborar com uma perspectiva de compatibilizar as questões sociais e ambientais às estratégias hegemônicas de mercado, conforme apontado anteriormente. Nossa perspectiva muito mais se aproxima à construção de uma práxis em Comunicação que contemple o enfrentamento às injustiças ambientais e, portanto, ao modelo de desenvolvimento vigente,

bem como às armadilhas dos conceitos de sustentabilidade.

Um campo de reflexão que nos auxilia a analisar esses processos de desigualdade, exclusão e dominação na ação de “dizer o mundo” e agir sobre ele é o que identifica a manutenção de um sistema de poder que esteve visivelmente operante durante os séculos de colonização das Américas e que, hoje, reverbera e constitui em essência as estruturas de organização social e as relações principalmente entre países considerados “desenvolvidos e subdesenvolvidos”. Sistema associado ao binômio modernidade/colonialidade, uma vez que oferece as bases para reconhecer a constituição da modernidade capitalista contemporânea sob os pilares da colonialidade.

Aníbal Quijano (2009) afirma que “a *colonialidade* é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista” (p. 73). Está vinculada, mas não se confunde com o *colonialismo*, referente “estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra” (p. 73). A *colonialidade do poder* e a *colonialidade do saber* mantêm um poder que se ampara, em seu gestar, na classificação da população do mundo a partir da hierarquia entre raças, etnias e, portanto, culturas, e que se legitima por meio da criação de um imaginário de superioridade dos sistemas de conhecimento e ação sobre o mundo oriundos da Europa Ocidental.

A sociedade liberal constitui – de acordo com esta perspectiva – não apenas a ordem social desejável, mas também a única possível. Essa é a concepção segundo a qual nos encontramos numa linha de chegada, sociedade sem ideologias, modelo civilizatório único, globalizado, universal, que torna desnecessária a política, na medida em que já não há alternativas possíveis a este modo de vida (LANDER, 2005, p. 08).

As contribuições teóricas críticas sobre o sistema moderno/colonial, sobretudo nos trabalhos de pensadores latino-americanos reunidos no grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonial (MCD), geraram, a partir do fim do século XX, compreensões sobre o fato de o atual modelo capitalista neoliberal ser compreendido, para além de um modelo econômico, um discurso hegemônico de modelo civilizatório.

Esse modelo está intimamente ligado aos modos de *conhecer* o mundo e dos discursos produzidos sobre ele, nos quais aqueles que são considerados legítimos estão centralizados no mundo Ocidental (Europa e EUA), na forma do conhecimento científico.

Conforme Boaventura de Sousa Santos (2009), o pensamento moderno ocidental é um *pensamento abissal*, conformado a partir de um sistema de distinções visíveis e invisíveis, em que existem dois distintos universos “deste lado da linha” e “do outro da linha” que os divide.

A relação entre esses universos se dá de forma a tornar inexistente, pela mão “deste lado da linha”, o que está “do outro lado da linha”. São eles as sociedades metropolitanas europeias e os históricos territórios coloniais latino-americanos, africanos e asiáticos. Enquanto naquelas caracteriza-se a modernidade ocidental fundada na regulação/emancipação social, nestes o que se aplica é a dicotomia apropriação/violência.

A dimensão epistemológica que dá origem ao conceito de pensamento abissal está no cerne da lógica de dominação das colônias, onde, em oposição ao unicamente legítimo conhecimento científico, os conhecimentos existentes “do outro lado da linha” foram reduzidos a crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimento intuitivos ou subjetivos, não dignos de integrar a categoria conhecimento.

A *colonialidade* se define como a imposição de uma classificação racial/étnica da população como eixo constitutivo de um padrão de poder que opera em diversos “planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal” (QUIJANO, 2009, p. 73). Quijano destaca especialmente o movimento de dominação e constituição da América Latina, de onde emergiu e se consolidou o poder capitalista mundial.

Santos (2009) destaca que

As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece actualmente no pensamento e práticas modernas ocidentais tal como aconteceu no ciclo colonial. Hoje, como então, a criação e ao mesmo tempo a negação do outro lado da linha fazem parte integrante de princípios e práticas hegemónicas (p. 31).

Esse modelo de exclusão se reproduz não somente na relação entre países na dinâmica mundial, está também no âmago da constituição social dos países “subdesenvolvidos”, as antigas colônias europeias. Participam dessa dinâmica as diversas formas de produção de conhecimentos e discursos, como aquilo que é realizado no âmbito da comunicação social e midiática, espaços de produção de sentidos.

Cenário expressivo como nenhum outro, isso sim, das contradições desta época, os meios de comunicação nos expõem cotidianamente à diversidade dos gostos e das razões, à *diferença*, mas também à *indiferença*, à crescente integração do heterogêneo das raças, das etnias, dos povos e dos sexos no “sistema de diferenças” com o qual, segundo J. Baudrillard, o Ocidente conjura e neutraliza os outros. Como se somente submetidos ao “esquema estrutural das diferenças” que o Ocidente propõe nos fosse possível estabelecer relações com as outras culturas. Os meios de comunicação constituem um dos dispositivos mais eficazes desse “esquema”, e isso através dos procedimentos mais opostos (MARTIN- BARBERO, 2003, p.71-73).

Os meios de comunicação social, enquanto instrumentos de hegemonia, com seu

“poder de fazer ver e fazer crer”, definem e atribuem esquemas de valor àquilo que será enunciado enquanto constituinte da realidade. Os discursos e ideias que vão de encontro ao modelo hegemônico são silenciados e subjugados. No mundo globalizado, “(...) de um lado, se multiplicam as percepções fragmentadas e, de outro, pode estabelecer-se um discurso único do mundo” (SANTOS, 2010, p. 45).

[...] a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (BOURDIEU, 1989, p. 11).

No contexto de estudo deste trabalho, são enriquecedoras as contribuições de Godfrid (2016). Ao analisar a mega-mineração na Argentina, identifica as novas estratégias de legitimação do setor extrativo, que reatualizam a dominação baseada na colonialidade do poder e do saber, invisibilizando uma multiplicidade de alternativas, saberes, valores e experiências. A comunicação é fundamental na construção de uma narrativa que identifica a atividade extrativa com o “desenvolvimento sustentável”, contribuindo para a reprodução de um padrão global de dominação capitalista baseado na colonialidade do poder.

[...] el concepto moderno de desarrollo y sus nuevas adjetivaciones, referentes a la sustentabilidad, continuán operando como un mecanismo de dominación basado en la colonialidad del poder. De este modo, la estrategias de legitimación se orientan a desacreditar las críticas sociales, ubicando a las comunidades en el lugar del desconocimiento y del "atraso", incitándolos a que acepten la "colaboración" de la corporación mega-minera para "desarrollarse" (GODFRID, 2016, p. 173).

A investigação do caso da empresa *La Alumbreira*, mineradora na província de Catamarca, na Argentina, se deu pela análise das ações de intervenção social direta e comunicacionais. As primeiras foram estudadas a partir de entrevistas nas áreas de influência e a segunda a partir da análise de discurso da *Revista Minera Alumbreira*, mantida pela própria empresa, na qual apresenta sua atividade e busca legitimar-se.

A observação foi de que, em cenário de alta conflitividade e com várias denúncias de contaminação, a empresa lançou mão de ações com a intenção de se vincular às comunidades e construir laços de confiança. O lançamento de um novo “Programa de Desenvolvimento Sustentável” incluiu a participação de representantes corporativos cuja função foi de desenhar políticas específicas de “colaboração” às atividades comunitárias produtivas, culturais, de educação, desportivas e sociais, com materiais e assessoramento técnico. Articulada a essas intervenções diretas na comunidade, a estratégia comunicacional empenhou a construção de uma narrativa comum em torno das iniciativas em âmbito local.

No movimento natural de embate entre modelos hegemônicos e expressões contra-hegemônicas, não deixam de existir conflitos e resistências.

Las resistencias y la hibridación cultural son expresiones en sí mismas de la persistencia de prácticas alternativas, no-modernas, que evidencian que las distintas comunidades "colonizadas", lejos de ser receptoras pasivas de la modernidad, reconfiguran activamente sus identidades, relaciones sociales y prácticas económicas (LANDER, 2000 apud GODFRID, 2016, p. 164).

Nesse sentido, contribui Maldonado (2010) ao apresentar o que chama de *ciudadania comunicacional*, a qual

implica educar nos meios e com os meios para a reestruturação profunda da realidade social; exige superar o *instrumentalismo* e o *funcionalismo*, tornando a prática comunicacional um exercício de reflexão experimental e inventiva, uma força de produção política subversora que potencialize e configure culturas de fraternidade, poesia, fruição, estética, trabalho colaborativo, contradição produtiva e multiculturalidade democrática” (MALDONADO, 2010, p. 79).

Assim, perceber que “sem comunicação presente não dá para reivindicar” e que o processo da comunicação é mais amplo do que a operação de emitir e receber mensagens implica também “entender que a comunicação começa muito antes da produção de um material ou da sua divulgação final” (URUCUM, 2018, Entrevista concedida a autora). O aprofundamento da perspectiva de encarar o trabalho em Comunicação como **processo** foi destaque no debate ocorrido no seminário **Ciência, Universidade e Diálogo de Saberes: desafios à Justiça Ambiental**.

A pesquisa estadunidense leva muito a gente a achar que comunicação envolve alguém que emite uma mensagem por um canal para um destinatário, quando na verdade a origem dela reflete uma coisa completamente diferente, que é a ação de pôr em comum. [...] Se a gente está disputando narrativas, perspectivas de mundo, a gente está compartilhando sentido, algo, e que passa pela comunicação. [...] A comunicação deixando de ser vista só como essa coisa, como instrumento ou ferramenta de informar ou de visibilizar, é mais do que isso, é inclusive enquanto processo pedagógico de fortalecimento das articulações políticas e da construção das identidades e fortalecimento da autonomia (Informação Verbal, 2018. Seminário Ciência, Universidade e Diálogo de Saberes).

Na tentativa de expandir as possibilidades de intervenção da Comunicação nas ações das instituições, a **Cáritas** Regional de Fortaleza vem elaborando reflexões e planejamentos que buscam incluir diversas dimensões do campo. As ações de Comunicação da instituição foram sistematizadas nos seguintes eixos: 1 – Comunicação Institucional; 2 – Comunicação para a Mobilização Social; 3 – Comunicação para a Mobilização de Recursos; 4 – Comunicação Popular.

Destacamos aqui os eixos Comunicação para a Mobilização Social e Comunicação Popular. O primeiro “é quase como a ideia política da Comunicação pelo olhar da instituição, como Direito Humano, como comunicação que consiga chegar nas comunidades e grupos [...], que consiga levar o debate e promover reflexão/ação” (CÁRITAS, 2018. Entrevista concedida a autora). Nele está previsto: Fortalecimento da rede de comunicadores da Cáritas no Ceará; Capacitação e Preparação Técnica e Política de agentes de referência; Produção de programas radiofônicos. Por sua vez, o eixo de Comunicação Popular propõe: Criar vínculos entre a Rede de Comunicadores e a Rede de Juventudes da Cáritas para propor debates sobre Comunicação como Direito; Mapear ações de referência e estabelecer parcerias; Divulgar curtas-metragem em festivais; Produzir material informativo sobre Comunicação Popular e Educomunicação para multiplicação nas comunidades.

Tanto a **Rede Justiça nos Trilhos**, quanto a **Cáritas** e o **Coletivo Urucum**, assim como diversas outras organizações e entidades, buscam explorar uma variedade de formatos e linguagens em produtos de Comunicação, com o objetivo de atingir diferentes públicos e finalidades. Resultam de seus trabalhos revistas, cartilhas, folders, banners, vídeos, cordéis, produtos radiofônicos etc. Algumas vezes, também promovem oficinas e formações em Comunicação com as comunidades e grupos com os quais atuam, com a intenção de promover **autonomia e protagonismo** na ação de “dizer o mundo”.

Se a gente vê que tem uma comunidade que tem uma demanda maior da equipe de comunicação, ela pede para a gente fazer mais matérias, ou então ela pede para ser mais retratada, ou se tem algum tipo de demanda em relação a comunicação, aí a gente leva oficinas (REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2018. Entrevista concedida a autora).

Esse é um caminho que tem muitos desafios, especialmente porque a inserção da Comunicação como um dos pilares estruturais da atuação dos grupos e organizações ainda não acontece de fato. Ocorre, então, que são muito reduzidos os recursos destinados a esse campo, bem como o tamanho das equipes dedicadas a isso.

Para várias organizações a comunicação é uma coisa que, primeiro, estava fora [das ações previstas], hoje em dia, na boca das organizações, é indispensável, mas ainda é como se ela estivesse colada aqui, mas ainda não está dentro, não faz parte dos processos (CÁRITAS, 2018. Entrevista concedida a autora).

O plano de comunicação não é um plano para a equipe [de comunicação], mas é um plano visando a organização, então todo mundo tem que participar. Inclusive, no nosso último encontro a gente fez questionários com todo mundo perguntando o que as pessoas entendiam sobre qual era o papel da equipe de comunicação. (REDE

JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2018. Entrevista concedida a autora).

Esses impasses impossibilitam o acompanhamento do processo da comunicação até o fim, isto é, depois que são produzidos e distribuídos os materiais, não se sabe em que medida a sua circulação atingiu os objetivos ou que repercussão obteve.

Aí é a parte em que a nossa produção não consegue chegar até o final. Não se sabe se realmente teve efeito [...]. Por isso que a comunicação popular faz mais sentido na proporção que você está mais perto do lugar onde você está fazendo acontecer (CÁRITAS, 2018. Entrevista concedida a autora).

Entender **o que é e como se faz** o “tipo de comunicação” que se busca também tem sido desafiador.

[...] nem todo mundo sabe o que significa a Educomunicação ou até onde vai a Comunicação Popular, [...] você pode até trabalhar algumas coisas que a gente identifica como comunicação popular e que não é um profissional que estudou e que sabe a parte técnica que vai dominar a comunicação popular, tem agentes que são muito melhores nisso, [...] que não são formados. É uma ação que vai existir, às vezes, por um agente, mas não é uma ação planejada, pensada [...] achamos importante que isso faça parte do nosso vocabulário e que o vocabulário se torne debate e possa vir a ser ação (CÁRITAS, 2018. Entrevista concedida a autora).

Esses são elementos iniciais que expusemos aqui para ingressar na sistematização de alguns outros aspectos que identificamos a partir dos diálogos estabelecidos nas entrevistas e da observação participante, que podem ser orientadores de uma práxis de Comunicação para a Justiça Ambiental, e que foram agrupados em seis temáticas: **o trabalho em rede; a horizontalidade; a questão da linguagem; a prática da tradução; do formato/suporte; a imagem e a visualidade.**

O que temos visto, na vivência e na observação do trabalho em Comunicação nos contextos delimitados para esse estudo, é que tanto maior é o potencial das ações quanto mais se investe na articulação e formação de parcerias com outros grupos e organizações afins. Isso porque, dessa forma, somam-se pessoas, recursos, experiências e conhecimentos diversos. A **coletividade** e a **organização em rede** é o caminho apontado como mais fértil para a garantia de efetividade e potência do trabalho.

O Coletivo Urucum que, conforme relato concedido em entrevista, queria aprofundar-se no trabalho em Comunicação como pilar da estratégia política da organização mas “não tinha know-how de trabalhar a incorporação da comunicação em uma ONG”, lançou mão de contatos com outras entidades que já desenvolviam esse tipo de experiência, como o *Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação*, o coletivo de audiovisual de Fortaleza (Ceará)

*Nigéria Filmes* e a ONG estadunidense *Whitness*, sendo o contato com esta última o considerado mais enriquecedor.

Esse contato com a *Whitness* veio num contexto muito específico, que foi quando a *Urucum* fez o projeto para cobrir violações de direitos humanos durante o período da Copa do Mundo no Brasil. A *Whitness* fortaleceu muito o pensar em como atuar, porque eles dão oficinas de estratégias de comunicação, por exemplo, como filmar uma manifestação. Eles trazem experiências de proteção inclusive da pessoa enquanto filma, divulga algo. São estratégias para quem trabalha com comunicação em contextos delicados. Deram uma oficina para a gente por Skype. Eles trabalham basicamente em duas frentes: essa questão da cobertura de conflitos, uma coisa mais pontual, e também com uma ferramenta chamada *videadvocacy*, que é uma coisa bem mais estratégica e a longo prazo. E a gente utilizou esse método mais pontual nas manifestações, mas a gente quis se apropriar também desse *videadvocacy* que pensa a comunicação de maneira bem estratégica, que foi o que a gente tentou fazer nos dois projetos que a gente desenvolveu em Santa Quitéria (COLETIVO URUCUM, 2018. Entrevista concedida a autora).

No Projeto Juventudes do Campo (PJC), que foi essencialmente construído desde a articulação do Núcleo Tramas/UFC com diversos outros grupos acadêmicos, movimentos sociais, entidades e organizações, as atividades relacionadas ao eixo de Comunicação também estiveram orientadas por esse princípio. Conforme apresentado anteriormente, vários sujeitos se somaram à realização e facilitação de oficinas, vivências e atividades.

Considera-se que essa perspectiva tem se tornado ainda mais profícua nas atuais condições de desenvolvimento tecnológico e do uso da internet, que possibilitam conexões cada vez mais rápidas e longínquas.

*A transformação tecnocultural* que a invenção e o funcionamento do *tempo/espço* digital têm tornado possível, suscitou, também, um desenvolvimento da *cultura das redes*, dado que as conexões entre nós e sujeitos apresentam-se factíveis e em condições de intensificação, intercâmbio, cooperação e fluxo mais eficientes e dinâmicos que nos formatos atômicos. Tanto em termos de abrangência, penetrabilidade, simplicidade de instalação e funcionamento, quanto no sentido de potencialidade comunicacional e informacional, a mudança é *qualitativa* (MALDONADO, 2010, p. 71).

O outro lado da moeda é que, assim como as mídias tradicionais (televisão, rádio, veículos impressos) têm, no Brasil, sua posse concentrada nas mãos de um pequeno grupo de corporações, as desigualdades também têm se reproduzido nos processos comunicativos forjados nos novos espaços virtuais. A tecnologia algorítmica utilizada em plataformas como o Facebook e o Instagram têm, de fato, limitado o alcance de vozes, especialmente desde a adoção da estratégia de publicações patrocinadas, ou seja, quem mais se consegue fazer ver nas redes sociais é quem pode investir recursos financeiros nessas plataformas.

A isso agrega-se o já conhecido fato de que o amplo acesso à internet ainda é limitado, com disparidades associadas fundamentalmente à renda. A pesquisa TIC Domicílios 2017, divulgada em julho de 2018 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, revelou que mais de um terço dos domicílios do país não têm acesso à internet, e que esse índice é diferente entre as classes, sendo maior nas classes C e classes D e E, que apresentam, respectivamente, taxas de 69% e de 70% de domicílios sem acesso à internet. Além disso, nos grupos de menor renda o acesso à internet ocorre em sua maior parte por meio de redes móveis (3G e 4G), o que também é um fator limitante da qualidade do acesso e, portanto, da informação acessada.

As tecnologias digitais e a internet, portanto, aparecem como elementos de duplo caráter. Ao mesmo tempo em que possibilitam redes de conexões mais amplas, a visibilização de pautas e vozes omitida nos processos hegemônicos, também têm se conformado sob o modelo de mercado capitalista, gerando, portanto, novas desigualdades.

Por isso, a visão compartilhada nas informações e diálogos construídos junto aos demais sujeitos desse estudo diz respeito à importância de estar vigilante às formas como os processos de comunicação e seus produtos serão difundidos.

Às vezes, [...] o nosso processo cria um produto. [...] E a gente não tem o processo de dar continuidade a esse produto. A gente mesmo tem um monte de material que produziu e não consegue dar vazão, encontrar espaços de compartilhar isso. A gente acaba se prendendo um pouco nas redes sociais, no nosso lugar de comum, onde a gente tem acesso. E a gente, às vezes, talvez não se pergunte se essas outras pessoas têm acesso e de que forma. (Informação verbal, 2018. Seminário Ciência, Universidade e Diálogo de Saberes).

Ao trabalho em rede está intimamente associada a prática da **horizontalidade** nos processos de comunicação, que implica uma conduta diferenciada por parte dos profissionais, comunicadores, jornalistas que assumem, por exemplo, a coordenação das ações.

A gente tinha uma preocupação muito grande de construir uma comunicação horizontal. A gente não queria chegar como veículo de comunicação que ia pegar os dados brutos, voltar para Fortaleza e trabalhar tudo só. [...] Não sei se conseguimos adequadamente, mas tentamos muito horizontalizar esse processo, para não ficar nessa comunicação verticalizada, alguém de fora sem diálogo com o território. A gente tentou como pôde dialogar com os territórios, com os principais atores, com as articulações políticas. [...] Outro ganho foi pensar sobre essa questão de produzir uma comunicação contra-hegemônica. [...] A gente sabe que o lugar da comunicação popular é contra-hegemônico por si só. É um lugar de questionar, de pegar dados divulgados em jornais e contestar...[...] Acredito que a gente tenha conseguido sair desse lugar das coisas feitas por comunicadores, expandimos o que significa ser comunicador. Até para a gente não se pensar enquanto jornalista, mas enquanto comunicador. Esse lugar de disputar o que é o jornalista e o que é o comunicador. Acho que a Urucum trouxe muito isso, o comunicador não como essa figura do jornalista formado que está ali para escrever para o jornal. Saber que o comunicador está em todos esses espaços, esses aspectos (COLETIVO URUCUM,

2018. Entrevista concedida a autora).

Esse comunicador, ao expandir-se em sua auto concepção e prática, também deve se preocupar com a **linguagem** desenvolvida tanto no resultado final do trabalho quanto no processo da comunicação.

A primeira questão é que as ações de comunicação dos grupos e organizações em contextos de conflito visam alcançar diferentes públicos, com diferentes objetivos, o que demanda que se explorem diferentes modos de dizer e representar as pautas que se quer visibilizar. Dessa forma, é necessário haver uma diversidade de produção, com a qual se consiga estabelecer diálogos com a sociedade civil, comunidades, autoridades públicas, órgãos governamentais, empresas, imprensa etc.

Já apresentamos anteriormente que diversos tipos de materiais, com diferentes linguagens, costumam ser desenvolvidos: cartilhas, documentários, fotografias, peças radiofônicas, bem como artigos científicos, livros, documentos jurídicos, infográficos etc. E, tanto quanto o tipo de texto produzido, importa ainda o discurso elaborado.

O principal desafio identificado é o de conceber um discurso que, mais do que enfrentar e negar o projeto desenvolvimentista e denunciar seus impactos, se proponha a apresentar alternativas possíveis, apresentando e dizendo “sim” a tais projetos e modos de vida. As falas abaixo expressam essa preocupação:

[...] tivemos contato com algumas campanhas de *videoadvocacy* que funcionaram muito bem. Elas se apoiavam em uma linguagem publicitária nos vídeos, e a gente ainda tem uma linguagem muito militante. Vídeos longos, com entrevistas longas, falas técnicas. Isso foi o que dificultou. Porque essa ideia de você comunicar um conflito de maneira leve é um desafio grande. [...] Nossa ideia, muito inspirada no Tramas, não era só dizer não, mas também dizer sim a outras formas de vida, de trabalho, como pensar em não só negar o empreendimento, mas valorizar as formas de vida e de trabalho que já existiam e continuam existindo nos territórios. [...] a esquerda, de um modo geral, trabalha muito pouco com o imaginário. Ela é muito realista, muito dura. Não produz narrativas, ou produz poucas. E as que são produzidas estão ainda nesse campo da dureza, sempre se colocando de maneira muito "vamos à luta". Tem uma gramática já colocada que é bem engessada. Eu acho que isso dificulta bastante a gente tentar pensar em narrativas possíveis para comunicar melhor esses conflitos para as pessoas que não estão no dia a dia do conflito e que realmente não têm dimensão, não têm empatia. Está todo mundo envolvido nos seus próprios problemas, então você precisa de uma narrativa que consiga criar um campo de empatia, que as pessoas possam se engajar, senão como ator direto, mas pelo menos sendo apoiador. (COLETIVO URUCUM, 2018. Entrevista concedida a autora)

A gente que vem da academia traz muito uma comunicação argumentativa, a gente produz dados e convence as pessoas. E eu acho que algumas pessoas estão convencidas, mas acho que é mais profundo. É um convite pra gente procurar olhar para as formas de comunicação que existem nos territórios (Informação Verbal, 2018. Seminário Ciência, Universidade e Diálogo de Saberes).

Cada vez mais, essas “formas de comunicação que existem nos territórios” crescem em potência para protagonizar processos de comunicação, já que é parte da defesa das alternativas possíveis a opção por reconhecer e fomentar essas práticas. O teatro, o cordel, os versos e repentes, por exemplo, são linguagens que tem sido bastante exploradas, e configuram processos de comunicação que há bastante tempo são desenvolvidos na vivência popular.

Nessa perspectiva, a comunicação ganha um sentido mais amplo, para além da visão que a confina nas possibilidades oferecidas pelos meios e tecnologias de comunicação modernos, assumindo a comunicação como processo social de “partilhamento do sentido através da materialização de formas simbólicas” (FRANÇA, 2001, p. 41 apud OLIVEIRA e MENDES, 2010, p. 275), que possui existência anterior e independente às tecnologias e meios de comunicação.

Esta última afirmativa fazendo corresponder comunicação/meios de comunicação ou realidades mediáticas que parece convincente e é amplamente aceita, não significaria, no entanto, afirmar também a inexistência da comunicação nos períodos anteriores? Mas então como podemos nomear o que faziam nossos antepassados, relatando seus feitos, rescindindo suas querelas, instituindo seus valores, invocando seus deuses, cantando seus amores? (França, 2001, p. 41 apud OLIVEIRA e MENDES, 2010, p.275).

Oliveira e Mendes (2010) inserem as expressões da cultura popular no conceito de “mídia radical” proposto por John. D. H. Downing (2002), para o qual essas formas comunicativas “tornam-se mídias desde que protagonizadas pelas classes populares com intenções comunicativas, com perspectivas de denúncia e crítica social” (p. 273).

Na experiência das organizações, revela-se fecundo o trabalho de comunicação realizado junto a educadores populares, que são quem “estão mais perto, ficam mais tempo em campo, então sabem a maneira como essas pessoas se expressam, a linguagem que deve ser usada” (REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2018, Entrevista concedida a autora).

A questão da linguagem também é importante para uma outra, a da **tradução**, um desafio presente especialmente em contextos como o do projeto de implantação da mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, quando se está diante de informações tão técnicas quanto as que estão relacionadas a esse empreendimento. A produção de cartilhas, infográficos, documentários etc, esteve essencialmente relacionada a esse objetivo de traduzir e tornar mais compreensíveis as informações técnicas e científicas sobre o projeto que

ajudariam na visualização e entendimento dos seus possíveis impactos.

Um terceiro aspecto se vincula aos dois anteriores: o **formato/suporte** por meio do qual os processos comunicativos são desenvolvidos e publicizados. A diversidade de linguagens implica a multiplicidade de formatos e suportes, e ressaltamos ainda que as condições materiais de comunicação dos sujeitos revelam sobretudo a dinâmica social na qual os processos estão inseridos. De fato, as desigualdades de capital econômico reverberam no capital simbólico, e vice-versa. Os grupos hegemônicos possuem, em sua maioria, muito mais recurso financeiro, enquanto que esse é sempre um desafio para os grupos e organizações que atuam no campo da contra-hegemonia. Não é à toa que, por exemplo, a *Cáritas* incluiu em seu planejamento o eixo *Comunicação para a mobilização de recursos*, buscando garantir a sustentabilidade da organização e o apoio financeiro às ações.

Vimos que é necessário reservar um lugar importante ao modo de *manifestação material* dos discursos, ao seu *suporte*, bem como ao seu modo de difusão: enunciados orais, no papel, radiofônicos, na tela do computador etc. [...] Hoje, estamos cada vez mais consciente de que o mídiun não é um simples “meio” de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. O mídiun não é um simples “meio”, um instrumento para transportar uma mensagem estável: uma mudança importante do mídiun modifica o *conjunto de um gênero de discurso* (MAINGUENEAU, 2011, p. 72).

O sexto elemento que compõe esse panorama diz respeito ao investimento na **imagem**, seja ela em forma de desenhos, ilustrações, fotografias ou audiovisual. Isso também está relacionado com um elemento anterior: o da diversificação de linguagens. Os elementos visuais são fundamentais sobretudo porque nas comunidades camponesas, ou indígenas, quilombolas, tradicionais, muitos são analfabetos. As cantorias e versos populares declamados são antiga estratégia para a memorização e continuidade dos textos e histórias. Assim, no contexto contemporâneo, especialmente a fotografia e o audiovisual potencializam o diálogo e alcance dos processos comunicativos. Nessa perspectiva, relembramos o que foi produzido no contexto do conflito ambiental em Santa Quitéria, cujas análises estão presentes em páginas anteriores: o documentário *De Caetité a Santa Quitéria – As sagas da exploração do urânio no Brasil*; o documentário *O Tesouro de Itataia*; as fotografias produzidas pelos jovens educandos do *Projeto Juventudes do Campo*; a revista em quadrinhos produzida pelo Coletivo Urucum e por jovens de Santa Quitéria etc.

Finalmente, a relação com as mídias e veículos de comunicação tradicionais seguem sendo um desafio para os grupos e organizações que tentam pautar os conflitos ambientais na

sociedade. A tensão entre investir em produções próprias e conseguir emplacar os temas nos noticiários. A busca por visibilização no que se considera ser espaço de hegemonia é fundamental na disputa de narrativas, na sensibilização aos projetos alternativos de sociedade imbricados no enfrentamento aos impactos de grandes empreendimentos.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ser anunciado, em fevereiro de 2019, em um jornal impresso do estado o arquivamento do processo de licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria, o sentimento de vitória e o desejo de celebração estenderam-se entre os sujeitos, grupos e movimentos que compõem a Articulação Antinuclear do Ceará (AAACE). Embora, de fato, a inviabilidade ambiental, hídrica e social do empreendimento e a deficiência dos estudos ambientais apresentados pelos empreendedores ao IBAMA tenham demarcado a avaliação do órgão ambiental, não se pode ignorar a medida em que o movimento de resistência contribuiu para esse resultado.

Como relatou a reportagem, a decisão do IBAMA se apoiou no parecer emitido por técnicos do órgão, que apontou “ausência de dados sobre radiação” no manejo do urânio, “subdimensionamento dos riscos”, “ausência de efetividade das medidas mitigadoras”, “ausência de comunidades no diagnóstico social” e “falta de simulação computacional sobre dispersão de poluentes radioativos”. Esses elementos haviam sido apontados em Contra-Parecer Técnico elaborado pelo Painel Acadêmico-Popular conformedo no âmbito das ações da AAACE, que analisou o EIA/RIMA do Projeto e apontou suas insuficiências.

O conflito em torno projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria/CE, que teve na comunicação um dos pilares de sua conformação, nos instigou a pensar o lugar desse campo de conhecimento e ação nos processos e nos resultados das relações que se estabeleceram. Além dos sujeitos e grupos sociais envolvidos diretamente no embate de argumentos e projetos, também nos chamou a atenção o modo como a mídia tratava do assunto, ao percebermos o padrão de enquadramento do tema na editoria de Negócios e de uma abordagem que prescindia do debate sobre as questões ambientais, muito embora, de modo tão óbvio, o empreendimento apresentasse um processo de “licenciamento ambiental”. Somente quando os questionamentos, argumentos e ações da Articulação Antinuclear começaram a incidir sobre esse processo foi que as inviabilidades do Projeto foram pautadas, ainda assim, em poucos textos.

Trouxemos a problemática das injustiças e dos conflitos ambientais no Brasil, como resultados inerentes de um conjunto de assimetrias de poder e de um modelo de desenvolvimento hegemônico, no qual localizamos a Comunicação, em especial os grandes veículos e as estratégias de relações públicas e marketing das empresas, como aliada do esforço de legitimação desse modelo. Por meio de seus discursos e enunciados que reforçam visões de mundo e sociabilidades engendradas no âmbito da lógica de mercado, os meios de

comunicação estão inseridos em processos de construção de hegemonias e de emergência de dissensos e contradições, que buscam construir uma contra-hegemonia. Assim, olhamos para os conflitos e disputas existentes entre os sujeitos que se comunicam em condições de desigualdade de poder simbólico.

Objetivamos refletir sobre o lugar da Comunicação nos contextos de conflitos ambientais, a partir da experiência vivenciada em torno do projeto de implantação de um empreendimento de mineração de urânio e fosfato no sertão central do Ceará, o Projeto Santa Quitéria. A partir desse caso, buscamos ainda compreender, de maneira mais ampla, como a comunicação tem participado dos contextos de conflito ambiental no Brasil, tendo em vista a necessidade de se elaborar perspectivas teórico-práticas de um trabalho de comunicação afinado com uma visão crítica do desenvolvimentismo e das injustiças ambientais.

Isso porque outra reflexão que nos alimentou nessa pesquisa foi a de que, no Brasil, o que se tem chamado de jornalismo ambiental ou comunicação ambiental, com suas variadas nuances, traz uma abordagem das questões ambientais que não alcança essa crítica e a perspectiva de que muitos dos problemas ambientais e dos impactos à saúde e ao ambiente que conhecemos hoje decorrem sobretudo da ação humana e especialmente das atividades econômicas que conformam esse modelo de desenvolvimento.

Guardadas as proporções e o fato de que se trata de um conflito que se delineou especificamente na fase de licenciamento ambiental – sem ter se desdobrado nos momentos de construção e de operação da unidade de extração e beneficiamento dos minérios e de expressão de seus impactos – o caso Santa Quitéria demonstrou como a Comunicação foi central na forma de inserção dos empreendedores no território e, mais ainda, nas estratégias de luta e resistência.

O Consórcio Santa Quitéria, por meio da consultoria da empresa Ouvidor Comunicação, elaborou materiais como cartilhas e boletim informativo com informações sobre o empreendimento e a produção de energia elétrica através do urânio e de fertilizantes químicos e ração animal através do fosfato, o curso das águas na região e a radiação “natural” do urânio. Entretanto, a ação que mais teve “efeito” sobre a memória e os debates sobre o Projeto nas comunidades foi a presença de um “funcionário da empresa” – que, na verdade, é o diretor da empresa de consultoria de comunicação – em reuniões e visitas às casas das famílias, tentando estabelecer relações de afetividade ao, inclusive, levar presentes e visitá-los, por exemplo, em datas comemorativas.

Entre os elementos que compuseram o discurso dos empreendedores, identificamos, evidentemente, uma perspectiva desenvolvimentista enquanto projeto para aquele território; a

tentativa de identificação e aproximação com o lugar (com o *slogan* “riquezas da nossa terra”); o argumento de que a segurança da operação estaria garantida; e o objetivo de desconstruir o “imaginário local” sobre os riscos do urânio.

Por sua vez, os sujeitos e grupos que compõem a Articulação Antinuclear do Ceará (AACE) também se dedicaram a elaborar materiais e processos de comunicação como parte das estratégias de enfrentamento ao empreendimento. Foram produzidas cartilhas, documentários, campanhas etc.

Na mídia impressa, observamos a reprodução do discurso empreendedor em notícias publicadas predominantemente na editoria de Economia/caderno de Negócios, repercutindo a perspectiva desenvolvimentista hegemônica.

Vale ressaltar que a incidência das pautas relacionadas aos conflitos e injustiças ambientais ganharam maior visibilidade nas páginas do jornal devido à mobilização do capital simbólico da Universidade e de seus pesquisadores. Estes foram as principais fontes de informação nas notícias que abordaram os impactos do Projeto Santa Quitéria e os questionamentos e argumentos apresentados pela Articulação Antinuclear do Ceará (AACE). Os pesquisadores exerceram a função de “porta-vozes” desses posicionamentos, considerando que são, para os jornalistas, fontes de maior “credibilidade”, justamente por seu maior capital simbólico em um modelo de racionalidade que delega ao conhecimento científico a hegemonia do saber.

Essa questão também evoca a problemática da concentração/democratização dos meios de comunicação no Brasil, um debate que há muitos anos vem sendo travado e pautado por coletivos como o **Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação**. O grupo coordenou a pesquisa “Quem Controla a Mídia no Brasil?”<sup>19</sup>, desenvolvida como parte do projeto *Media Ownership Monitor* (2017) da organização internacional Repórteres Sem Fronteiras. O estudo colocou o Brasil em alerta vermelho de risco ao pluralismo e à independência da mídia, devido ao cenário de alta concentração de audiência e de propriedade, alta concentração geográfica, falta de transparência e interferências econômicas, políticas e religiosas. Entre os outros 10 países que foram analisados pelo *Media Ownership Monitor*, o Brasil apresentou o mais grave cenário de riscos ao pluralismo da mídia.

E mais que isso, evidencia-se também o tema do Direito Humano à Comunicação, em torno do qual se discutem “os processos que estimulam, permitem, cerceiam e limitam o diálogo social” (GERALDES et al., 2016, p. 21), que inclui mas ultrapassa a questão da posse

---

<sup>19</sup> Banco de dados disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acesso em 15/04/2019.

dos meios de comunicação de massa e contempla o profundo abismo existente entre aqueles que detêm poderes/capitais – simbólicos, econômicos, políticos – assimétricos.

Conforme Martins e Barbosa (2016) a construção do conceito de direito à comunicação passa pela percepção dos "desafios colocados por uma sociedade em que a possibilidade de circular informação passa, necessariamente, pelo acesso à mídia" (p. 367). Nesse sentido, destaca-se a urgência de se combater as restrições econômicas e sociais, derivadas do sistema de desigualdades intrínseco ao modelo do capital, que impedem grupos sociais de se comunicarem por meio de veículos massivos, não necessariamente vinculados a grandes grupos de mídia, mas também de forma independente. Ou seja, de ter acesso a meios e condições de produzir e circular conteúdo, seja ele de caráter opinativo, informativo ou de produção cultural.

O caso do conflito ambiental em Santa Quitéria (CE) nos levou à busca de uma reflexão um pouco mais focada e aprofundada sobre o lugar da comunicação em contextos de conflito e de injustiça ambiental. Isso porque, primeiramente, não nos pareciam suficientes as ideias e práticas em torno de uma noção de comunicação para a sustentabilidade/para o desenvolvimento sustentável, pois se aproximam de uma perspectiva ao qual somos críticos: a de compatibilização das práticas de mercado com as preocupações ambientais.

Para isso, lançamos mão de uma segunda fase da pesquisa em que foram realizadas entrevistas com comunicadores e comunicadoras de três organizações. Nosso objetivo foi conhecer como, em suas experiências, trabalham a Comunicação em diferentes trabalhos junto a territórios e comunidades que enfrentam injustiças ambientais. Também intentamos traçar parâmetros iniciais para a construção de ideias e estratégias de utilização da Comunicação como estratégia política nesse enfrentamento, conformando uma práxis de *comunicação para a justiça ambiental*.

Nesse preâmbulo, identificamos alguns aspectos orientadores:

- a) O trabalho em Comunicação tendo como propósito fundamental a promoção da autonomia e do protagonismo dos sujeitos e grupos sociais dos territórios;
- b) O reconhecimento da potência do trabalho em rede, somando pessoas, recursos, experiências e conhecimentos;
- c) O exercício da horizontalidade nas fases de concepção, planejamento, execução e avaliação dos trabalhos;
- d) A atenção para a diversidade de públicos com os quais se trabalha, o que demanda o desenvolvimento de trabalhos com pluralidade de linguagens,

bebendo principalmente da fonte das formas de comunicação já desenvolvidas e apropriadas pelos territórios;

- e) O desafio da tradução de dados e informações científicas oriundas de estudos ambientais relacionados a implantação de grandes empreendimentos;
- f) Em paralelo ao aspecto da linguagem, o investimento em diversos formatos de materiais;
- g) O investimento na imagem e na linguagem audiovisual, principalmente quando se trabalha com juventudes e/ou populações camponesas analfabetas.

Consideramos que esses são resultados preliminares de um estudo acerca de concepções teóricas, metodológicas e práticas de uma noção de *comunicação para a justiça ambiental* que pode ser aprofundado no decurso de subseqüentes pesquisas. Porém, destacamos que para nós não se trata de um esforço de construção de mais um segmento de comunicação ou jornalismo especializados. Pelo contrário, defendemos que as questões que envolvem a assimetria de poderes e as injustiças socioambientais no Brasil devem atravessar a prática em comunicação como um todo. Os problemas ambientais na atualidade apresentam-se cada vez mais complexos e interligados, e estão fundamentalmente relacionados com a imposição de riscos e impactos ao ambiente e à saúde de forma desigual. Este estudo empreende um exercício de pensar as possibilidades da comunicação não como um braço desse sistema que produz desigualdades, mas como um campo de produção de contra-hegemonias e de processos que fomentem a autonomia, o protagonismo e a emancipação popular.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.
- ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la ecología política latino-americana. *In*: ALIMONDA, H. (coord). **La naturaleza colonizada**. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- ARAÚJO, I. S; CARDOSO, J. M. **Comunicação e Saúde**. Rio De Janeiro: FIOCRUZ, 2007.
- ARAÚJO, I. S. Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde. **RECIIS - R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 42-50, set. 2009.
- BOLAÑO, C. Economía política da comunicação e da cultura. Breve genealogia do campo e das taxonomias das indústrias culturais. *In*: BOLAÑO, C.; GOLIN, C.; BRITTOS, V. **Economia da arte e da cultura**. São Paulo: Itaú Cultural; São Leopoldo: Cepos/Unisinós; Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS; São Cristóvão: Obscom/UFS, 2010.
- BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. *In*: ORTIZ, R. (org.). **Bourdieu - sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. Coleção grandes cientistas sociais, v. 39. p. 156-183.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Brasileira, 1989.
- BRANDÃO, C. R (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRONZ, D. **Empreendimentos e empreendedores**: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. 2011. Tese (Doutorado) – Museu Nacional, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- BRASILEIRO, L. A. M. **Educação para a transformação**: uma experiência formativa com juventudes do campo em contexto de conflito ambiental. 2016. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- BRASILEIRO, L. A. M.; LOPES, C. A. O.; LEÃO, F. A. F. Juventudes do campo e justiça ambiental no Ceará: um projeto de extensão do Núcleo TRAMAS. *In*: RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (orgs). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- BUENO, W. da C. B. Jornalismo ambiental e transparência corporativa: o marketing verde como estratégia de mistificação. **Revista Ação Midiática**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/acaomidiatica/article/viewArticle/26426>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CAMARGO, A. L. de B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas: Papirus, 2003.

CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CÁRITAS DIOCESANA DE SOBRAL. **No Ceará a peleja da vida contra o urânio**. Cartilha, 2013, 28p.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL CEARÁ. Entrevista concedida a Camila Aguiar. Julho de 2018.

COLETIVO URUCUM - DIREITOS HUMANOS, COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA. Entrevista concedida a Camila Aguiar. Agosto de 2018

COMUNIDADE discute sobre usina de Itataia. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, Negócios, 06 jun. 2010.

COX, R. J. **Environmental communication and the public sphere**. Thousands Oaks, California: Sage Publications, 2009.

DIAS, L. de O. Além de uma simples onda: recepção, cidadania e rádio-poste no Quilombo Barra de Aroeira. In: BARBALHO, A.; FUSER, B.; COGO, D. (org.). **Comunicação para a cidadania: temas e aportes teóricos-metodológicos**. São Paulo: Intercom, 2010. Coleção verde-amarela, v. 5, o brado retumbante.

ESCOSTEGUY, A.; JACKS, N. Comunicação e recepção. Uma visão latino- americana. **Razón y Palabra**, Quito, Ecuador, v. 12, n. 57, jun./jul., 2007.

FUNTOWICZ, S.; RAVERTZ, J. Ciência pós normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **História, Ciência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 1997, p. 219-230.

GERALDES, E.; RAMOS, M. C.; SOUSA, J.; PAULINO, F.; NEGRINI, V.; MONTENEGRO, L.; TELES, N. O direito humano à comunicação e à informação: em busca do tempo perdido. In: GERALDES, E.; RAMOS, M. C.; SOUSA, J.; PAULINO, F.; NEGRINI, V.; MONTENEGRO, L.; TELES, N. (org.). **Direito achado na rua: introdução crítica ao direito à comunicação e à informação**. 8. ed. Brasília: UnB, 2016, v. 8, p. 20-30.

GIRARDI, I. M. T.; PEDROSO, R. N.; BAUMONT, C. C. Jornalismo e sustentabilidade: as armadilhas do discurso. In: GIRARDI, I. M. T.; PEDROSO, R. N.; BAUMONT, C. C. **Ecoss do planeta: estudos sobre informação e jornalismo ambiental**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

GODFRID, J. Mega-minería y colonialidad. Nuevas estrategias de legitimación, viejos binomios. Chasqui, **Revista Latinoamericana de Comunicación**, Ecuador, n. 131, abr./jul., 2016.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUARESCHI, P. **O direito humano à comunicação:** pela democratização da mídia. Petrópolis: Vozes, 2013.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental:** a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Perspectivas ecológicas, 1995.

LAHNI, C. R.; COELHO, F.; HALLACK, L. C.; AGOSTINI, L. C. Educomunicação e cidadania: conceitos e práticas na produção acadêmica entre 2004 e 2008. *In:* BARBALHO, A.; FUSER, B.; COGO, D. (org.). **Comunicação para a cidadania:** temas e aportes teóricos-metodológicos. São Paulo: Intercom, 2010. Coleção verde-amarela, v. 5, o brado retumbante.

LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**, Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, set. 2005.

LANDER, E. Con el tiempo contado. Crisis civilizatoria, límites del planeta, asaltos a la democracia. *In:* LANG, M.; LÓPEZ, C.; SANTILLANA, A. (org.). **Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI**. Ecuador: Fundación Rosa Luxemburg, 2013.

LANG, M. Por qué buscar alternativas? A manera de introducción. *In:* LANG, M.; LÓPEZ, C.; SANTILLANA, A. (org.). **Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI**. Ecuador: Fundación Rosa Luxemburg, 2013.

LOCATELLI, C. A. **Comunicação e barragens:** o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil). 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LOOSE, E. B.; SOUZA-LIMA J. E. (Re) configurações do campo comunicacional a partir da epistemologia ambiental. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 35, n. 1, jan./jun., 2013.

LOPES, C. A. O.; BARRETO, H. M. R. Consumo e greenwashing: o lugar da Comunicação na promoção da sustentabilidade. *In:* Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 35, 2012, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: 2012.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MALDONADO, A. E. Transformação tecnocultural, cidadania e confluências metodológicas. *In:* BARBALHO, A.; FUSER, B.; COGO, D. (org.). **Comunicação para a cidadania:** temas e aportes teóricos-metodológicos. São Paulo: Intercom, 2010. Coleção verde-Amarela, v. 5, o brado retumbante

MALERBA, J. (org.). **Diferentes formas de dizer não:** experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. Rio de Janeiro: FASE, 2014.

MARINONI, B. Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização no país. **Revista Análise**, São Paulo, n. 13, Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, nov. 2015.

MANSUR, M. S. Peru: Agricultura X Mineração. *In*: MALERBA, J. (org.). **Diferentes formas de dizer não**: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. Rio de Janeiro: FASE, 2014.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

MARTÍN-BARBERO, J. Globalização comunicacional e transformação cultural. *In*: MORAES, D. de (org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MARTINS, H.; BARBOSA, B. O Intervozes e a luta dos movimentos sociais pelo direito à comunicação. *In*: GERALDES, E.; RAMOS, M. C.; SOUSA, J.; PAULINO, F.; NEGRINI, V.; MONTENEGRO, L.; TELES, N. (org.). **Direito achado na rua**: introdução crítica ao direito à comunicação e à informação. 8. ed. Brasília: UnB, 2016, v. 8, p. 358-374.

MATTELART, A.; NEVEU, E. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MELO, R. D. **Riscos ambientais e processos de vulnerabilização**: estudo de caso do projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, Ceará. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MINA de Itaitia tem impasse. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, Negócios, 11 jul. 2009.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES R. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MONTEZUMA, T. F. P. F. **Licenciar e silenciar**: análise do conflito ambiental nas audiências públicas do Projeto Santa Quitéria, CE. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MORAES, D. **A comunicação na batalha das ideias**. Brasil, 2009. Disponível: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1079>. Acesso em: 02 fev. 2018.

MORAES, D. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci., **Revista Debates Dossiê Comunicação e Política**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, 2010.

MORENO, C. Las Ropas Verdes del Rey. La economía verde: una nueva fuente de acumulación primitiva. *In*: LANG, M.; LÓPEZ, C.; SANTILLANA, A. (org.). **Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI**. Ecuador: Fundación Rosa Luxemburg, 2013.

OLIVEIRA, C. T. F.; MENDES, E. S. Cultura e comunicação popular: o trabalho comunicativo de uma comunidade no sertão dos Inhamuns, Ceará, pela santificação de uma escrava. *In*: BARBALHO, A.; FUSER, B.; COGO, D. (orgs). **Comunicação para a cidadania**: temas e aportes teóricos-metodológicos. São Paulo: Intercom, 2010. Coleção verde-amarela, v. 5, o brado retumbante.

O TESOURO DE ITATAIA: Capítulo 3 - O que faremos. Direção: Coletivo Urucum – Direitos Humanos, Comunicação e Justiça. Itatira: [s. n.], 2017. 1 vídeo (6min02secs). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3CRj4pRh8Zg>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PESSOA, F. **O guardador de rebanhos e outros poemas**: poesia completa de Alberto Caetano. São Paulo: Landy, 2006.

PERUZZO, C. M. K. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *In*: BARBALHO, A.; FUSER, B.; COGO, D. (orgs). **Comunicação para a cidadania**: temas e aportes teóricos-metodológicos. São Paulo: Intercom, 2010. Coleção verde-amarela, v. 5, o brado retumbante.

PERUZZO, C. M. K. Relações públicas no capitalismo cognitivo. **Organicom**, São Paulo, v. 8, n. 15, 2011.

PETERSEN, P. Agroecologia: um antídoto contra a amnésia biocultural. *In*: TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americana. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 37-52, 2006.

PROJETO SANTA QUITÉRIA. **Mais alimentos, desenvolvimento e energia**, 2014.

PROJETO SANTA QUITÉRIA. **O caminho das águas em Itataia**, 2014. Cartilha.

PROJETO SANTA QUITÉRIA. **Radiação**: o que é isso? 2014. Cartilha.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009.

ROCHA, M. M.; RIGOTTO, R. M. Da crítica à ciência moderna à construção de novas práxis acadêmicas - a Pedagogia do Território e a Ecologia de Saberes. **International Colloquium Epistemologies Of The South**, Coimbra, 2015.

RAMONET, I. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? *In*: MORAES, D., RAMONET, I., SERRANO, P. (orgs). **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013.

RIBEIRO, L. A. D. **Risco e injustiça hídrica no semiárido**: contribuição à avaliação de equidade ambiental do projeto de mineração de urânio e fosfato em Santa Quitéria, Ceará. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

RIGOTTO, R. M. Conhecimentos em disputa no conflito ambiental em torno da mineração de urânio e fosfato no Ceará. **Vibrant Virtual Brazilian Anthropology** [s.l.], v. 14, n. 2, 2017.

REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS. Entrevista concedida a Camila Aguiar. Julho de 2018.

SILVA, P. J. **Comunicação ambiental e construção do risco**: a visibilidade dos conflitos socioambientais, resíduos sólidos e aterros sanitários na região metropolitana de Curitiba na mídia. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Coleção para um novo senso comum, v. 4.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009.

SANTOS, B. S. A sociologia das ausências e a sociologia das emergências: para uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, M. O. S. **Análise crítica do discurso da mídia impressa sobre a saúde e o ambiente no contexto de instalação da refinaria de petróleo em Suape-PE**. 2011. Dissertação (Mestrado em saúde pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, 2011.

SANTOS, M. O. S. **Vulneração e injustiças ambientais na determinação social da saúde no território de Suape, Pernambuco/Brasil**. 2017. Tese (Doutorado acadêmico em saúde pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Aggeu Magalhães, 2017.

STEINBERGER, M. B. **Discursos geopolíticos da mídia**: jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: EDUC: Fapesp: Cortez, 2005.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

THIOLLENT, M. Problemas de metodologia da pesquisa-ação. *In*: MELO, J. M. **Teoria e pesquisa em comunicação**: panorama latino-americano. São Paulo: Cortez, 1983.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VIANA, L. A.; NASCIMENTO, J. L. J. do; MEIRELES, A. J. de A. Complexos eólicos e injustiças ambientais: mapeamento participativo e visibilização dos conflitos provocados pela implantação de parques eólicos no Ceará. **Revista Geografar**, Fortaleza, n. 11, p. 64–83, 2016.

WYNNE, B. Elefantes nas salas onde os públicos encontram a "ciência"?: uma resposta a Darrin Durant, "Refletindo sobre a expertise: Wynne e a autonomia do público leigo". **Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 36, 2014. Niterói: UFF, 2014.

## APÊNDICE A - NOTÍCIAS PUBLICADAS NO JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE

<i>Data</i>	<i>Caderno/Editoria</i>	<i>Título</i>
2009/02/10	Negócios	Aduora de Itataia espera inclusão no PAC
2009/05/19	Negócios	Galvani enviará projeto ao BNB em até 30 dias
2009/07/11	Negócios	Mina de Itataia tem impasse
2009/07/14	Negócios	Contrato de Itataia sai na próxima semana
2009/07/22	Negócios	Obras ainda dependem de licenciamentos
2009/07/23	Negócios	Licitação para adutora inicia
2009/07/24	Negócios	Galvani tem até o fim do mês para mostrar o projeto
2009/08/04	Negócios	Projeto da usina de Itataia já em análise no BNB
2009/08/19	Negócios	Galvani prevê expansão
2009/09/01	Regional	Aduora para Itataia aguarda licitação
2009/09/16	Negócios	Itataia: contrato em janeiro
2009/10/27	Negócios	Itataia: licença pedida em 15 dias
2009/11/30	Negócios	Itataia: crédito só com licença
2009/12/12	Negócios	Usina de Itataia deverá começar construção
2010/03/22	Negócios	Licenciamento de Itataia sob indefinição
2010/04/13	Negócios	Santa Quitéria busca qualificação profissional
2010/05/05	Negócios	Financiamento para Itataia deve sair até o fim do mês
2010/05/06	Negócios	Comunidade discute sobre usina de Itataia
2010/05/07	Negócios	Licença de Itataia gera debate
2010/06/22	Negócios	Juiz anula licença da Semace à Usina de Itataia
2010/06/24	Negócios	Sentença deve atrasar prazos da Usina de Itataia
2010/06/25	Negócios	Itataia: governo quer licença compartilhada
2010/07/07	Negócios	Trabalhos iniciados na mina de Itataia
2010/09/14	Negócios	Resultados de testes em Itataia até o fim do mês
2010/10/29	Negócios	Ibama quer priorizar licença para Itataia
2011/12/11	Negócios	Cronograma de Itataia já está comprometido
2011/03/19	Negócios	Papel do CE na energia nuclear
2011/03/19	Negócios	EIA/rima de Itataia só deve sair em dezembro
2011/04/26	Negócios	Mina de itataia fica para 2015, admite INB

2011/07/16	Negócios	Sem urânio de Itataia, País terá de importar
2011/07/16	Negócios	Segurança é essencial para geração nuclear
2011/09/21	Negócios	Itataia precisa de uma ferrovia para ser viável
2011/12/03	Negócios	Estudos da usina de Itataia só no ano que vem
2012/05/12	Negócios	Cronograma de Itataia será mantido
2012/05/23	Negócios	Cid conhece extração de urânio igual à de Itataia
2012/11/30	Negócios	Obras em Itataia devem começar em julho
2013/01/25	Negócios	Itataia: novo protocolo espera ajuste
2013/03/13	Negócios	Itataia: novo protocolo será assinado amanhã
2013/03/15	Negócios	Obras na usina de Itataia só em 2014
2013/04/09	Negócios	Brasil tem um pré-sal de urânio a explorar'
2013/04/30	Negócios	Itataia: solicitada retomada
2013/09/20	Negócios	Ibama recebe EIA/RIMA da usina de Itataia
2013/10/09	Negócios	Itataia: seminário debate a retomada do projeto
2013/10/11	Negócios	Mina de Itataia vai gerar receita de até R\$ 1 bi
2014/01/10	Negócios	Projeto de R\$ 870 mi para Itataia tem protocolo assinado
2014/02/04	Negócios	Itataia: projeto de separação do minério aprovado
2014/04/02	Negócios	Ibama aceita estudo ambiental para obras de Itataia em 2015
2014/04/12	Regional	Itatira debate impactos da Mina de Itataia na zona rural
2014/05/09	Negócios	Consórcio de Itataia leva informações à população
2014/06/28	Regional	Consórcio faz palestras sobre Mina de Itataia
2014/07/25	Negócios	Usina de Itataia: obras previstas para 2016
2014/11/15	Negócios	Receita de Itataia pode chegar a R\$ 1 bilhão anual
2014/11/19	Negócios	Itataia: Galvani buscará novo contrato de financiamento
2014/11/21	Negócios	Itataia: pesquisadores questionam projeto
2014/11/21	Política	Deputados cobram apoio à mineração
2015/07/14	Negócios	Licença para usina de Itataia deve sair nos próximos dias
2015/07/31	Negócios	Itataia: Ibama faz novas exigências para usina
2015/08/12	Negócios	Relatório aponta impactos não contabilizados no uso de urânio

2015/09/05	Negócios	Itataia deve gerar só em impostos R\$ 92 mi/ano
2015/11/17	Negócios	Dados sobre Itataia serão levados ao Ibama
2016/06/08	Negócios	Itataia: exploração ficará para 2020
2016/12/05	Negócios	Carência de urânio não agiliza exploração no CE